



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

RELATÓRIO

**SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS ACERCA DO COMÉRCIO
AMBULANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Vereador Adilson Amadeu (PTB)– Presidente

Vereador Alessandro Guedes (PT) – Vice-Presidente

Vereador George Hato (MDB) – Relator

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| História do comércio ambulante na Cidade de São Paulo..... | 3 |
| Situação de calamidade pública | 4 |
| Aspectos jurídicos..... | 9 |
| Os números da Subcomissão | 9 |
| A SUBCOMISSÃO | 11 |
| Dos convidados | 11 |
| <i>Subprefeitura da Mooca</i> | 11 |
| <i>Subprefeitura da Lapa</i> | 14 |
| <i>Subprefeitura de Santo Amaro</i> | 15 |
| <i>Subprefeitura de São Miguel Paulista</i> | 16 |
| <i>Subprefeitura da Sé</i> | 17 |
| <i>Guarda Civil Metropolitana</i> | 18 |
| <i>São Paulo Transportes – SPTrans</i> | 19 |
| <i>Companhia de Engenharia de Tráfego – CET</i> | 20 |
| <i>Secretaria Municipal de Segurança Urbana</i> | 21 |
| <i>Subprefeitura da Sé</i> | 22 |
| CONCLUSÕES | 24 |
| ANEXO | 28 |

INTRODUÇÃO

História do comércio ambulante na Cidade de São Paulo

Por volta de 1904 a quantidade de vendedores ambulantes na cidade estava em torno de 1.400 pessoas e aumentou até aproximadamente 3.400 no idos de 1915.

Nesse tempo esses ambulantes careciam de qualificação para exercerem outras atividades, e tentavam atuar na venda de produtos para o consumo doméstico habitual, trabalhando com utensílios e ferramentas, existiam vendedores de balaios, cestos de vime, espanadores, tecido, etc.

Os comerciantes ambulantes dessa época procuravam sua clientela, perambulando entre a área central da cidade e os bairros alternando entre as regiões mais populosas e as mais ricas.

A Cidade de São Paulo cresceu e se desenvolveu sendo que o aumento ou diminuição desta atividade visivelmente estava atrelada ao mercado, ou seja, em períodos de pleno emprego observa-se a diminuição da atividade ambulante e quando da alta do desemprego a informalidade aumentava.

A título de exemplificação a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação Seade, mostra que em 2009 aproximadamente 100.000 pessoas atuavam no comércio de rua na capital paulista.

Situação de calamidade pública

De 2009 até atualmente a quantidade de pessoas exercendo a atividade de comércio ambulante ou informal aumentou drasticamente, não só pela situação da crise pela que gerou 13 milhões de desempregados, mas também pelo aumento de migrantes e imigrantes que vieram para a capital paulista em busca de melhores condições de vida.

Várias matérias jornalísticas evidenciaram a situação crítica do comércio ambulante em toda a cidade.

G1

SÃO PAULO

Camelôs do Brás dizem pagar até R\$ 100 mil por uso de calçada em área de comércio popular de SP

Vendedores ambulantes são cobrados de poder paralelo e pagam também por iluminação. Prefeitura diz que fiscalizações e apreensões são constantes.



Nas ruas

  ENVIAR POR E-MAIL

17/12/2017

Camelôs invadem calçadas e ruas no fim de ano do Brás



Agora

Segunda-feira, 5 de março de 2018

Camelôs invadem paradas em corredores de ônibus

Agora
são paulo

5 agosto 2018

Feira noturna de camelôs inferniza hospital no Pari

 **ESTADÃO**

14 Maio 2018

Paulista à noite vira 'passarela do álcool'.

Comércio ambulante clandestino de bebidas aceita cartões e atende até adolescentes.

veja São Paulo

3 junho 2016

Avenida Paulista, o novo paraíso dos camelôs.

De segunda a sexta, **mais de 150 barraquinhas** apresentam uma grande variedade de produtos no principal cartão-postal da metrópole.

Aos domingos, **o número chega perto de 400.**



diáriodo comércio

NEGÓCIOS

Lojistas do Brás pedem socorro contra o comércio irregular

 **ESTADÃO** São Paulo

Aumenta nº de imigrantes no comércio irregular; conflitos crescem no Brás

Desde o Largo da Concórdia, na região central de São Paulo, é nítido o crescimento no número de ambulantes, que chegam a enfrentar os policiais quando ocorrem casos de apreensão de mercadorias; Operação Delegada da PM passa por cortes

Agora **FOLHA DE S.PAULO** 22/09/2018

Camelôs avançam por ruas e calçadas do Largo da Concórdia, no Brás

Maioria dos ambulantes é imigrante; lojistas locais reclamam de prejuízo

Esse aumento desenfreado do comércio ambulante em todas as regiões da cidade, e com maior evidência na região dos bairros Brás, Pari, Canindé, trouxe também o problema da falta de segurança para essas áreas.

Vídeos registram mais de 30 furtos no Brás durante compras de Natal

Até mulher grávida participa dos furtos. Vídeos de roubos a pedestres no Brás são registrados há anos pela TV Globo.

SP SÃO PAULO

20 agosto 2018

Vídeo mostra PMs agredindo e xingando ambulantes no Centro de SP

Gravação que circula nas redes sociais registrou **socos, chutes e golpes de cassetetes em vendedores irregulares.**

Além disso a administração municipal também sofre prejuízos, com uma quantidade vendedores ambulantes muito acima do suportável para essas regiões, o fluxo de pedestres fica prejudicado, o trânsito de veículos e do transporte público fica impossibilitado.

Nas ruas

    ENVIAR POR E-MAIL

17/12/2017

Camelôs invadem calçadas e ruas no fim de ano do Brás

Outro grande problema é o uso indevido do espaço público das calçadas e ruas, ocorrendo denúncias de demarcação e aluguel desses espaços para que os ambulantes possam utiliza-los para venderem seus produtos.

Camelôs do Brás dizem pagar até R\$ 100 mil por uso de calçada em área de comércio popular de SP

Vendedores ambulantes são cobrados de poder paralelo e pagam também por iluminação. Prefeitura diz que fiscalizações e apreensões são constantes.



G1 SÃO PAULO

Bolivianos denunciam cobrança ilegal de taxas para montar barraca na rua no Brás, no Centro de SP

Na madrugada de segunda (3), disputa pelo comércio ilegal na madrugada terminou em briga.
Camelôs foram ouvidos pela Polícia nesta terça (4).



Aspectos jurídicos

As Subcomissões de estudo são comissões temporárias criadas para analisar fatos determinados e por um prazo certo. O seu poder investigativo decorre do fato de a função do Poder Legislativo não se prender apenas ao ato de elaborar leis, mas também de fiscalizar a sua execução.

No âmbito Municipal, a Subcomissão de estudo está prevista no art. 89, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, para a análise de fato determinada ou denúncia em matéria de interesse do Município afeita ainda sua matéria a temática da Comissão permanente a que pertence, neste caso específico à Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia no que tange a atividade econômica.

Os números da Subcomissão

Esta Subcomissão teve seu início a partir do Requerimento de Criação aprovado em reunião ordinária da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia.

Composta por 3 membros, os vereadores Adilson Amadeu (PTB), como Presidente, Alessandro Guedes (PT) como Vice-Presidente, George Hato (MDB) como Relator.

A primeira reunião foi para a instalação desta Subcomissão, em 09/05/2018, onde também foram eleitos Vice-Presidente, Relator.



O prazo regimental desta Subcomissão é de 90 dias, o qual foi prorrogado por mais 90 dias por Requerimento de Prorrogação aprovado dia 29/08/18 em reunião ordinária da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia.

Nesta Subcomissão de estudos ocorreram 05 Reuniões de Trabalho e 06 Reuniões Ordinárias, nas quais foram aprovados 14 requerimentos que trataram de convites a órgãos do Executivo e entidades relacionadas ao comércio.

Participaram das reuniões 19 pessoas, representando os seguintes órgãos e entidades:

- Companhia de Engenharia de Tráfego (CET)
- Guarda Civil Metropolitana
- Subprefeitura da Lapa
- Subprefeitura da Mooca
- Subprefeitura de Santo Amaro
- Subprefeitura de São Miguel Paulista
- Subprefeitura da Sé
- Secretaria Municipal de Segurança Urbana
- SPTrans
- Associação Brasileira de Combate à Falsificação

A Subcomissão

Durante as reuniões ordinárias e de trabalho os convidados trouxeram muitas informações e elucidações para a situação assombrosa do comércio ambulante na cidade.

Tivemos também a exibição de vídeos e apresentações nas reuniões quando necessário para demonstrar a condição e atuação dos vendedores ambulantes nas diversas regiões da cidade.

Dos convidados

Subprefeitura da Mooca

Reunião em 23 de maio de 2018.

Compareceram Paulo Sergio Criscuolo, Prefeito Regional, Maurício Martins, Chefe de Gabinete, e Walter José Pires Bellintani, Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Em síntese, todos Informaram que com o aumento do desemprego e a crise econômica, inevitavelmente houve expressivo aumento no comércio ambulante na região, também identificaram aumento na quantidade de imigrantes atuando como: bolivianos, haitianos, africanos.

Com relação ao controle de ambulantes, expuseram que seria necessário um cadastramento dessas pessoas para ter conhecimento da quantidade de comerciantes que atuam na região.



Reconhecem a ineficiência da fiscalização, uma vez que carentes de equipes se encontra a Subprefeitura da Mooca, sendo portanto, ações pontuais ineficazes no ponto de vista macro para conter o avanço desta atividade informal.

Informam ainda, a necessidade de um cadastro amplo destes trabalhadores, uma vez que todos os TPU's foram cancelados no ano de 2003, na gestão Kassab, isso proporcionaria um melhor controle na fiscalização e organização de possíveis espaços.

Explicaram também, que embora os Termos de Permissão de Uso – TPU estejam cassados e não sendo emitidos novos, algumas centenas de ambulantes lograram êxito na obtenção de liminares na Justiça que lhes garantiram a permanência nas ruas bem como na continuidade do comércio informal ambulante.

Com relação às demarcações clandestinas de espaço nas vias para uso dos ambulantes informaram que a Subprefeitura sempre apaga essas marcações todas as noites, bem como encaminharam o assunto às autoridades policiais competentes para a devida apuração, uma vez que existem farto relato que apontam para a venda e locação clandestina desses espaços públicos.

Sugeriram uma campanha educativa de conscientização por parte da Prefeitura para a população evitar a compra de produtos dos ambulantes uma vez que o comerciante formal paga uma série de impostos e taxas, que retornam para o município como serviços da administração municipal, e o vendedor ambulante não paga impostos e também não tem produtos de origem confiável, e ainda não havendo uma diferença de preços tão sensível que justifique a escolha de compra do informal.

Com relação à fiscalização exercida pela Subprefeitura sobre o comércio ambulante informaram que tem três equipes atuando, enalteceram a atuação da Polícia Militar na Operação Delegada e da Guarda Civil Metropolitana durante as ações.

Tem a sugestão de envolver órgãos da administração federal e estadual para melhorar a eficiência da fiscalização.

Sobre o comércio ambulante no período da madrugada estimam uma quantidade 1500 trabalhadores informais e com relação aos consumidores uma quantidade estimada de 400.000 (quatrocentos mil) pessoas, podendo chegar a 500.000 em épocas de datas comemorativas, que circulam na região durante o dia e a noite.

Existem operações regulares de fiscalização durante o período da noite em toda a região de abrangência da Subprefeitura da Mooca.

Com relação às apreensões informaram que uma grande parte é feita pela operação delegada, muitos produtos sem origem comprovada, CDs, DVDs, cigarros contrabandeados, bebidas, perfumes, etc.

O material “pirata” é reunido e encaminhado para destruição. O material apreendido que o comerciante consegue comprovar pode ser retirado do depósito da Prefeitura Regional, mediante ainda a apresentação de contra lacre.

O conhecido “rapa”, ação dos agentes da Subprefeitura para realizar apreensões, tem funcionado de forma acessória com a operação delegada visando tão somente em confiscar produtos “piratas”, cigarros, bebidas, perfumes, atuando em toda a região.

Sugestões:

- Cadastramento dos comerciantes ambulantes;
- Criação de “bolsões” para manter os comerciantes;
- Auxílio na formalização dos comerciantes ambulantes.

Subprefeitura da Lapa

Reunião em 6 de junho de 2018.

Compareceram os senhores Carlos Eduardo Batista Fernandes, Prefeito Regional, acompanhado de José Antônio Cipolla da Silva, Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Informaram sobre a importância da operação delegada no auxílio na fiscalização e que a região da Subprefeitura não existe apenas o comércio ambulante, ocorrem às atividades de entretenimento, casas noturnas, estádio de futebol, casas de shows. Tendo ainda as faculdades que também atraem os ambulantes. Toda isso envolvendo aproximadamente 70.000 pessoas frequentando esses locais em horários diversificados.

Com relação à fiscalização informaram que a Subprefeitura tem 3 equipes, que trabalham 8 horas por dia. Fazem apreensões de bebida, cigarros, etc.

Sugestões:

- cadastro único dos ambulantes;
- avaliação e melhorias na execução das fiscalizações

- georreferenciamento dos ambulantes;
- informatização dos cadastros dos ambulantes;
- local custeado, ou parcerias para abrigar os comerciantes.
- legislação para cobrança de taxa para a atuação da Subprefeitura em eventos, como ocorre com a CET, PM, sendo o valor revertido para a fiscalização da Subprefeitura e GCM.

Subprefeitura de Santo Amaro

Reunião em 20 de junho de 2018.

A Prefeita Regional de Santo Amaro, senhora Janaina Lopes de Martini, e o senhor Rubens Gonçalves Biar Filho, Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, compareceram nesta Subcomissão.

Esclareceram que na área da Subprefeitura o comércio ambulante também tem aumentado drasticamente. Com um visível acréscimo dos imigrantes, haitianos, angolanos, nigerianos, que tem uma reação mais violenta contra a fiscalização, que vão para o confronto. E com o apoio da operação delegada a fiscalização tem mais segurança.

Com relação às apreensões informaram que em 2017 foram 9.890 mercadorias apreendidas.

Informam que possuem 2 equipes formadas cada uma por um funcionário da Prefeitura, policiais da PM pela operação delegada, e um

peçoal da empresa contratada Era. Essas equipes atuam uma no período da manhã e uma à tarde.

Sugestões:

- Legislação para regularizar os ambulantes;
- Criação de feiras, similares as feiras de artesanato que ocorrem na região;
- aumentar a quantidade de funcionários da fiscalização;
- Uso de tecnologia da informação para cadastro e controle dos ambulantes.

Subprefeitura de São Miguel Paulista

Reunião em 08 de agosto de 2018.

Compareceu em reunião desta Subcomissão a senhora Simone Cristina de Oliveira Silva Rossi, Coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, representando o Prefeito Regional Edson Marques.

Informou que na Subprefeitura de São Miguel Paulista conta com um total de 8 fiscais para toda a região, atuando em todos os assuntos.

As fiscalizações são programadas regularmente com a Guarda Civil Metropolitana para ajudar em ações que ocorram apreensões.

Com relação à operação delegada diz que não ocorre na área da Subprefeitura de São Miguel Paulista.

Explicou que existe uma comissão permanente de ambulantes que trata periodicamente dos assuntos que afetam esses comerciantes.

Informou que os vendedores ambulantes da região trabalham amparados por uma liminar.

Sugestões:

- Legislação atualizada para o comércio ambulante com atenção aos valores que são cobrados dos ambulantes;
- Criação de espaços específicos para os ambulantes, “bolsões”;

Subprefeitura da Sé

Reunião em 29 de agosto de 2018

Estiveram presentes Reginaldo José Fazzion, Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e Felipe Ramos de Souza, Assessor de Gabinete do Prefeito Regional.

Informaram que têm mais problemas com comércio ambulante nas vias 25 de Março, Santa Efigênia, José Paulino, Av. Paulista. Contam com 15 equipes, onde 7 ficam com o “rapa” e 8 com a zeladoria, sendo cada equipe composta por 10 pessoas.

Contam com o apoio da GCM e da Polícia Militar pela operação delegada e em alguns locais contam com bases fixas.

Explicaram que na área de abrangência da Subprefeitura também existem casos de comércio ambulante durante o período noturno, entre meia noite e seis da manhã, Praça da República, Av. Paulista, Santa Ifigênia, Peixoto Gomide, Treze de Maio.

Sugestões:

- Aumentar o número de agentes de fiscalização
- Criação de bolsões para organizar os comerciantes ambulantes;

Guarda Civil Metropolitana

Reunião em 12 de setembro de 2018.

Compareceu o Inspetor de Divisão Marcos dos Santos Queiroz, da Inspetoria Regional da Sé, responsável pelo policiamento na região do Brás.

Informou que a área de atuação da Inspetoria está ampliada, além da Sé, chegando às regiões do Brás, Pari e Mooca.

Disse que a GCM mantém em média na região do Brás, 35 homens, na Operação de Atividade Especial – DEAC, conta também com o policiamento com ronda.

Esclareceu que durante o período noturno não possuem efetivo suficiente para atender todos os locais, ocorrendo o policiamento por rondas. E que para uma efetividade em qualquer ação noturna é necessário um planejamento estratégico em conjunto com a Prefeitura Regional.

Informou que vai realizar reuniões com o Prefeito Regional e com a Polícia Civil para aumentar os esforços e melhorar a situação da região.

Sugestões:

- Espaços alternativos para os vendedores ambulantes saírem das ruas;
- Retorno dos TPUs, para auxiliar na organização dos ambulantes;

São Paulo Transportes – SPTrans

Reunião em 10 de outubro de 2018.

Compareceram Gerente de Operações, senhor Jeová Tenório Lima e o senhor Wagner Chagas Alves, que é Diretor de Operações.

Informaram que o problema para o transporte público na região do Brás é o grande contingente de pessoas nas ruas, o que leva a SPTrans aplicar desvios nas rotas dos ônibus prejudicando os usuários.

São 600 ônibus que trafegam na região atendendo 41 linhas, com a invasão das ruas pelos comerciantes ambulantes impedindo o fluxo normal dos veículos, são feitos os desvios e causam prejuízos para 320 mil pessoas.

Existe ainda o risco de acidentes, uma vez que com a invasão das calçadas, os pedestres acabam ocupando uma parte do leito carroçável ficando passíveis de atropelamentos, e no ano de 2018 foram 14 atropelamentos.

Os ônibus fretados de compradores também corroboram para complicar o trânsito.

Esclareceram que tem o apoio da GCM, PM, em ações programadas periodicamente em todas as regiões da cidade.

Existe um projeto para implantar faixas exclusivas para ônibus na região, mas com a ocupação irregular das vias pelos comerciantes ambulantes esse projeto fica paralisado.

Companhia de Engenharia de Tráfego – CET

Reunião em 31 de outubro de 2018.

Esteve presente o senhor Alexandre Francisco Trunkl, Gerente de Engenharia de Tráfego Leste.

Informou que existe equipe da CET atuando também no horário noturno, entre 23h até as 4:30h para atender principais corredores e emergências.

A operação delegada ajudava a manter a fluidez do trânsito, mas atualmente apenas trabalham em conjunto em operações específicas.

Com relação aos ônibus fretados de consumidores informaram que ocorreram tratativas com a SPTrans e Subprefeitura da Mooca para encontrar uma área de estacionamento, mas não houve prosseguimento uma vez que os fiscais da CET não identificaram uma quantidade expressiva desses ônibus.

Explicou que a quantidade pessoas na região do Brás é de 440 mil entre 8h e 16h.

A CET realiza autuações ligadas ao trânsito, e guinchamentos quando necessário, tendo um contrato com uma empresa que fornece 32 guinchos para atender toda a cidade.

Com relação aos veículos que ficam parados nas ruas da região do Brás, esclareceu que se esses veículos estiverem irregulares podem ser guinchados, mas se tiverem produtos perecíveis dentro, ou carregados apenas a Subprefeitura pode apreender e recolher o automóvel.

Sugestões:

- Operações conjuntas com GCM, PM e Prefeitura Regional;

Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

Reunião em 21 de novembro de 2018.

Compareceu o Coronel Alexandre Augusto Campos de Souza, Coordenador de Políticas Integradas e Parcerias - CPIP.

Informou que responde por todas as regiões da cidade na parte de monitoramento por câmeras, programa City Câmeras que conta com 2400 câmeras instaladas e do aplicativo SP+Segura, que já conta com 40 mil seguidores.

Explicou que a Secretaria de Segurança Urbana distribuiu 200 câmeras para cada Prefeitura Regional.

Com relação ao comércio ambulante durante o período noturno na região do Brás, disse que conhece a situação. E que a operação delegada ocorre à noite quando programada.

Subprefeitura da Sé

Reunião em 05 de dezembro de 2018.

Em segunda reunião com representantes da Subprefeitura da Sé estiveram presentes Álvaro Godoy Filho, engenheiro e Dra. Maria Helena Ribeiro de Moraes, Assistente Jurídica da Prefeitura Regional.

O Eng. Álvaro explicou sua função de técnico durante as fiscalizações, que observa e constata as irregularidades na parte de segurança da edificação, se tem extintor, hidrante, rotas de fuga, verifica a funcionalidade de sistemas de combate a incêndio, etc.

A Dra. Maria Helena descreveu como funciona o processo de fiscalização quando chegam para o setor jurídico. Existe um prazo de 5 dias para que o ambulante apresentar documentação e retirar a mercadoria apreendida. Para todas as mercadorias apreendidas existe um laudo desse produto.

Explicou que existem 2 processos, o administrativo que fica na Subprefeitura e outro em que se encaminha um ofício para a delegacia de polícia para abertura de inquérito quando for o caso.

Nesta mesma reunião ocorreu uma explanação do representante da Associação Brasileira de Combate à Falsificação ABCF, senhor Rodolpho Ramazzini.

Expôs que a ABCF é uma entidade sem fins lucrativos, que existe desde 1992 e com cerca de 80 indústrias nacionais e multinacionais associadas, visando trabalhar em conjunto com as autoridades para combater o comércio de produtos ilegais no território brasileiro.



Segundo ele a ABCF calcula que existam hoje mais de 30 mil ambulantes somente na região do Brás.

Disse que a ABCF defende que os comerciantes ambulantes sejam organizados por cooperativas, e com auxílio da Prefeitura, possam ter todos os seus alvarás concedidos e fiquem organizados, para que estando organizados possam adquirir produtos com uma condição mais facilitada e vendam produtos originais.

Informou que a ABCF já teve tratativas com o Secretário Anderson Pomini para uma cooperação no qual se coloca à disposição para dar apoio técnico, logístico e operacional em ações de fiscalização e apreensão.

Conclusões

O comércio ambulante na Cidade de São Paulo com o passar do tempo tem aumentado e nestes últimos anos cresceu drasticamente devido à crise pela que passou o país e também pelo aumento de imigrantes na cidade, com isso a sua organização e controle são necessários e urgentes.

Esse tipo de comércio informal traz prejuízos para a população moradora do entorno, para os consumidores, para os comerciantes formais, lojistas, fisco, previdência, prefeitura, etc.

Como Poder Fiscalizador a Câmara Municipal precisa manter uma análise periódica da situação do comércio ambulante e seus impactos na Cidade de São Paulo.

Complexo o tema, pois existentes são os aspectos culturais, sociais e de mercado que envolvem esta questão.

Durante as reuniões desta Subcomissão, os diversos órgãos que compareceram deram muitas informações e sugestões.

Um dos problemas detectados é a falta de funcionários públicos para a fiscalização, as Subprefeituras contam com poucas equipes que não conseguem atender a demanda, necessário seu incremento.

Outro ponto é a necessidade de aprimorar a Operação Delegada, e também aumentar o efetivo da GCM, para melhorar segurança e coibir a criminalidade.



Nesse escopo da segurança pública também deve ser aprimorado o programa City Câmeras para também auxiliar no combate ao crime.

Outro problema é o uso indiscriminado do espaço público, os ambulantes ocupam as calçadas e em alguns casos todo o leito carroçável causando transtornos para pedestres e para fluidez do trânsito em toda a região que os abriga.

Foi verificado ainda, que existe o loteamento e aluguel do espaço público, tanto nas calçadas quanto nas ruas, para estabelecimento de ambulantes que conforme algumas reportagens chegam a pagar até R\$ 100.000,00 por uma vaga em uma das ruas do Brás.

O crime organizado se estabeleceu principalmente na região do Brás, não são raros os relatos de violência e cobranças indevidas destes trabalhadores por verdadeiras milícias. Nesse contexto, a ampliação da operação delegada nessas regiões se faz necessária.

Esta Subcomissão entende que criar um mecanismo para cadastrar e identificar os comerciantes ambulantes, com o auxílio também de ferramentas digitais, bem como desenvolver locais específicos para esse comércio, com infraestrutura adequada, sendo em áreas públicas ou com parcerias com a sociedade em locais privados, seria a melhor possibilidade para sanar essa calamidade que afeta toda a Cidade.

Um exemplo que nos parece salutar é criação de espaços geridos pela a iniciativa privada como no Circuito das Compras, em que existe a construção de shopping popular como grande capacidade de absorver essa mão de obra até então informal, além de proporcionar uma melhor recepção dos clientes/compradores através de adequada

infraestrutura como: banheiros, segurança, alimentação, estacionamento etc.

Sem prejuízo de outras implementações de controle digital ou virtual, o posicionamento georreferenciado dos ambulantes é vital para um melhor controle e impacto nocivo no trânsito, pois comuns são problemas na fluidez do tráfego em virtude deste tipo de atividade juntamente com o grande fluxo de pessoas, que nas vias atuais geram impulso por toda a cidade.

Reforçamos ainda, nosso entendimento da necessidade da criação de uma Subprefeitura do Brás/Pari/Canindé em virtude de ser uma região com grande concentração de ambulantes e comércio em geral, que por sua especificidade e vocação heterogênea com as demais áreas pertencentes à Subprefeitura da Mooca merece essa atenção especial.

Esse relatório não é conclusivo, sendo necessário o acompanhamento contínuo desta edilidade no que tange as políticas públicas para o incremento e controle dessa atividade ambulante na Cidade.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS ACERCA DO COMÉRCIO
AMBULANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Sala das sessões,

**Adilson Amadeu
Vereador**

Presidente

**Alessandro Guedes
Vereador**

Vice-Presidente

**George Hato
Vereador**

Relator



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS ACERCA DO COMÉRCIO
AMBULANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO**

ANEXO



Apresentações exibidas nas Reuniões



Subprefeitura da Mooca - Reunião em 23 de maio de 2018



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

SÃO PAULO

Ambulantes do Brás pagam mensalidade para trabalho clandestino

Vendedores pagam taxa para cooperativa que administra, sem relação com a Prefeitura, o comércio

Camelôs do Brás dizem pagar até R\$ 100 mil por uso de calçada em área de comércio popular de SP

Vendedores ambulantes são cobrados de poder paralelo e pagam também por iluminação. Prefeitura diz que fiscalizações e apreensões são constantes.

Vídeos registram mais de 30 furtos no Brás durante compras de Natal

Até mulher grávida participa dos furtos. Vídeos de roubos a pedestres no Brás são registrados há anos pela TV Globo.



Terça-feira, 20 de Novembro de 2018

Agora **FBS** **JORNADA FUTEBOLÍSTICA! ENTRE NO CONCURSO**

Capa: CBF Zapping Nas ruas: Grana Trabalho: Dicas Defesa do Cidadão: Editorial Vencer

Nas ruas

17/12/2017

Camelôs invadem calçadas e ruas no fim de ano do Brás

diáriodo comércio

NEGOCIOS

Lojistas do Brás pedem socorro contra o comércio irregular



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Ambulantes do Brás pagam mensalidade para trabalho clandestino

Vendedores pagam taxa para cooperativa que administra, sem relação com a Prefeitura, o comércio da região.



Nas ruas

17/12/2017

Camelôs invadem calçadas e ruas no fim de ano do Brás





**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

BRÁS

- Rua Monsenhor Andrade
- Av. Rangel Pestana/Celso Garcia
- Rua Oriente
- Rua Vitor Hugo
- Rua Henrique Dias
- Rua Barão de Ladário
- Av. Vautier
- Rua Min. Firmino Whitaker
- Rua Maria Marcolina
- Largo da Concórdia
- Rua João Teodoro
- Rua Tiers
- Rua Rodrigues dos Santos



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Monsenhor Andrade



Vendedores ambulantes ocupando a calçada, exibindo produtos em lonas, interferindo no fluxo de pessoas



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Monsenhor Andrade

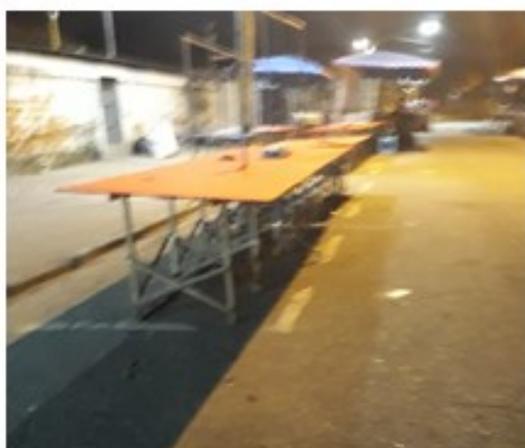


Demarcações no chão para os ambulantes usarem o espaço durante a madrugada.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Monsenhor Andrade



Barracas sendo montadas para os ambulantes usarem durante a madrugada.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Av. Rangel Pestana/Celso Garcia

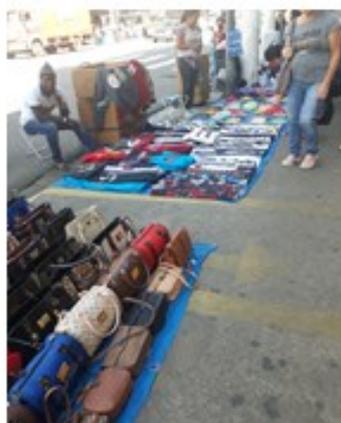


Vendedores ambulantes ocupando a calçada, exibindo produtos em lonas e interferindo no fluxo de pessoas.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Av. Rangel Pestana/Celso Garcia



Vendedores ambulantes ocupando a calçada, exibindo produtos em lonas, também usando a faixa de pedestre.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Oriente

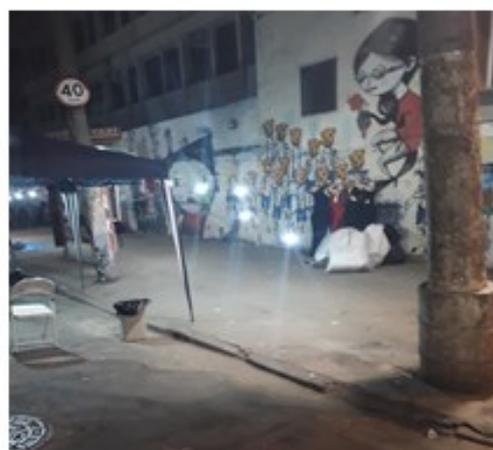


Vendedores ambulantes ocupando a calçada interferindo no fluxo de pessoas.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Oriente



Iluminação clandestina para os ambulantes usarem durante a madrugada



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Oriente

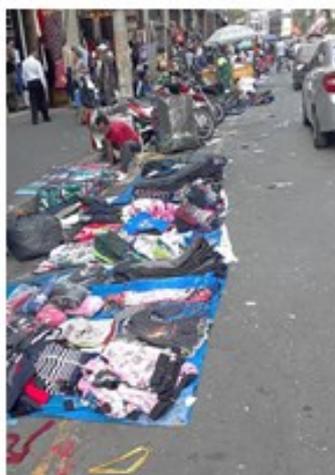


Ponto de saída de energia elétrica para a iluminação clandestina durante a madrugada.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Vitor Hugo



Vendedores ambulantes exibindo produtos em lonas, usando a rua interferindo no estacionamento de veículos.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Vitor Hugo



Vendedores ambulantes vendendo alimentos perecíveis ao ar livre, ocupando a rua interferindo no estacionamento e fluxo de veículos.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Henrique Dias



Vendedores ambulantes ocupando a calçada, exibindo produtos em lonas.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Av. Vautier

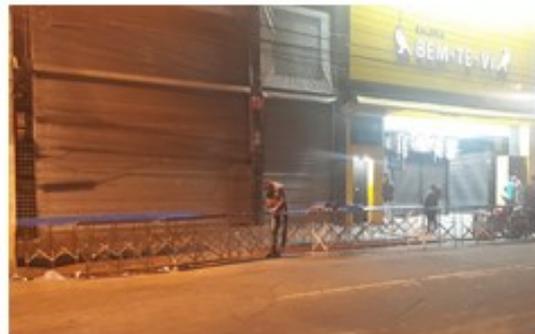


Demarcações no chão para os vendedores ambulantes ocuparem durante a madrugada



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Av. Vautier



Montagem de barracas para a madrugada, usando a demarcação no chão.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Av. Vautier



Ambulantes montando as barracas para a madrugada.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Min. Firmino Whitaker

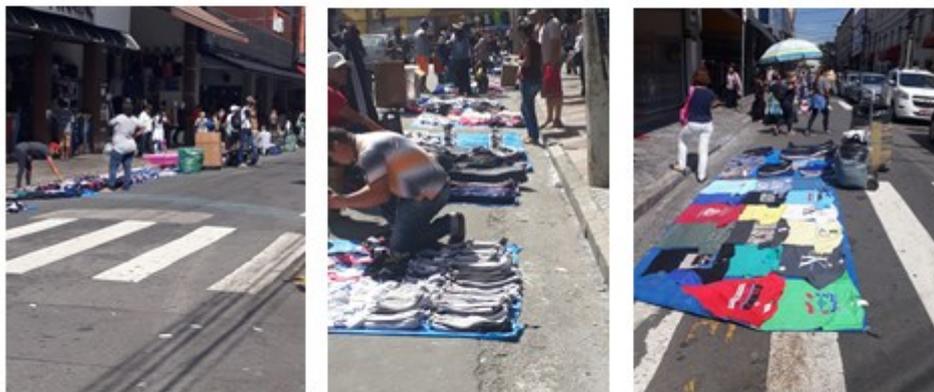


Vendedores ambulantes exibindo produtos em lonas, ocupando a rua e interferindo no estacionamento e passagem de veículos.



Subcomissão de Estudo do Comércio Ambulante na Cidade de São Paulo

Rua Min. Firmino Whitaker



Vendedores ambulantes exibindo produtos em lonas, ocupando a rua e faixa de pedestres.



Subcomissão de Estudo do Comércio Ambulante na Cidade de São Paulo

Rua Maria Marcolina



Vendedores ambulantes ocupando a calçada, interferindo no fluxo de pedestres.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS ACERCA DO COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO



Subcomissão de Estudo do Comércio Ambulante na Cidade de São Paulo

Rua Maria Marcolina



Vendedores ambulantes exibindo produtos em lonas, ocupando a rua e a faixa de pedestres.



Subcomissão de Estudo do Comércio Ambulante na Cidade de São Paulo

Largo da Concórdia



Vendedores ambulantes na área da praça no Largo da Concórdia aguardando para poderem iniciar suas atividades.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS ACERCA DO COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO



Subcomissão de Estudo do Comércio Ambulante na Cidade de São Paulo

Largo da Concórdia



Vendedores ambulantes ocupando a calçada e a rua, exibindo produtos em lonas, interferindo no fluxo de pedestres e veículos.



Subcomissão de Estudo do Comércio Ambulante na Cidade de São Paulo

Rua Barão de Ladário



Vendedores ambulantes ocupando a calçada, exibindo produtos em lonas, interferindo no fluxo de pedestres.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Barão de Ladário



Vendedores ambulantes ocupando a calçada, exibindo produtos em lonas, interferindo no fluxo de pedestres.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Tiers



Vendedores ambulantes ocupando a faixa de pedestres, exibindo produtos em lonas e interferindo no fluxo de pessoas e veículos.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Tiers



Vendedores ambulantes ocupando a calçada e rua, exibindo produtos em lonas e interferindo no fluxo de pessoas e veículos.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua João Teodoro



Vendedores ambulantes ocupando a faixa de pedestres e calçada, interferindo no fluxo de pessoas e veículos.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua João Teodoro



Ambulantes vendendo alimentos em carrinhos ocupando a calçada interferindo no fluxo de pessoas.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Rodrigues dos Santos



Vendedores ambulantes montando as barracas durante a madrugada em locais demarcados e reservados.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Rodrigues dos Santos



Vendedores ambulantes montando as barracas durante a madrugada em locais demarcados e reservados.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Canindé



Ruas Azurita e Araguaia, com demarcações no asfalto para ambulantes.



Subprefeitura da Lapa - Reunião em 6 de junho de 2018



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

LAPA

- Rua Dr. Cincinato Pamponet
- Rua Doze de outubro
- Túnel de passagem entre as ruas
John Harrison e Willian Speers



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Dr. Cincinato Pamponet



Vendedores ambulantes ocupando a calçada, interferindo no fluxo de pedestres.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Dr. Cincinato Pamponet



Vendedores ambulantes ocupando a calçada, interferindo no fluxo de pedestres.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Doze de outubro



Vendedores ambulantes ocupando a calçada, interferindo no fluxo de pedestres.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua Doze de outubro



Vendedores ambulantes ocupando a calçada, interferindo no fluxo de pedestres.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Túnel de passagem entre as ruas John Harrison e Willian Speers



Vendedores ambulantes ocupando a área interna do túnel interferindo no fluxo de pedestres.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Túnel de passagem entre as ruas John Harrison e Willian Speers



Vendedores ambulantes ocupando a área interna do túnel interferindo no fluxo de pedestres.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS ACERCA DO COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO

Subprefeitura de Santo Amaro - Reunião em 20 de junho de 2018.



Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo

Agora **Camelôs** invadem paradas em corredores de ônibus

Segunda-feira, 5 de março de 2018

Ambulantes põem lonas e até puxam 'gato'. Sujeira e falta de luz também são falhas comuns



Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo

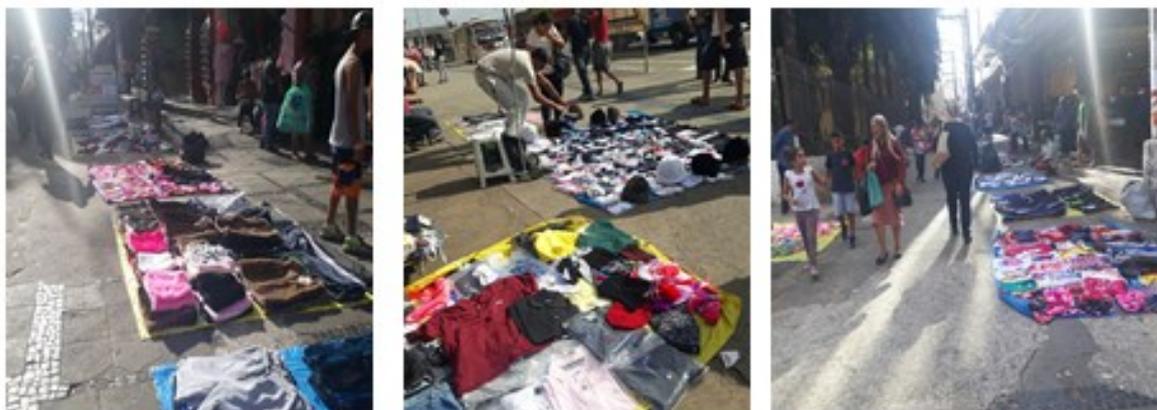
SANTO AMARO

- Largo 13 de maio



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Largo 13 de Maio.



Vendedores ambulantes ocupando a calçada e exibindo produtos em lonas, interferindo no fluxo de pedestres.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Largo 13 de Maio



Ambulantes vendendo alimentos em carrinhos.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS ACERCA DO COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO

Subprefeitura de São Miguel Paulista - Reunião em 08 de agosto de
2018



Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo

SÃO MIGUEL PAULISTA

- Av. Marechal Tito



Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo

Av. Marechal Tito



Ambulantes vendendo alimentos em carrinhos, exibindo produtos em bancas e interferindo no fluxo de pedestres.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS ACERCA DO COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO



Subcomissão de Estudo do Comércio Ambulante na Cidade de São Paulo

Av. Marechal Tito



Ambulantes vendendo alimentos em carrinhos, exibindo os produtos em lonas ocupando a calçada e interferindo no fluxo de pedestres.



Subprefeitura da Sé - Reunião em 29 de agosto de 2018



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**



ESTADÃO

14 Maio 2018

**Paulista à noite vira
'passarela do
álcool'.**

Comércio ambulante clandestino de bebidas aceita cartões e atende até adolescentes.



veja São Paulo

3 junho 2016

**Avenida Paulista, o
novo paraíso dos
camelôs.**

De segunda a sexta, mais de 150 barraquinhas apresentam uma grande variedade de produtos no principal cartão-postal da metrópole. Aos domingos, o número chega perto de 400.



G1 SÃO PAULO

20 agosto 2018

**Vídeo mostra PMs
agredindo e xingando
ambulantes no Centro
de SP**

Gravação que circula nas redes sociais registrou socos, chutes e golpes de cassetetes em vendedores irregulares.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

SÉ

- Rua 25 de março



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua 25 de março



Vendedores ambulantes ocupando a calçada e a rua, exibindo produtos em lonas, interferindo no fluxo de pedestres e veículos.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**

Rua 25 de março



Vendedores ambulantes ocupando a calçada e a rua, exibindo produtos em lonas, interferindo no fluxo de pedestres e veículos.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS ACERCA DO COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO

Guarda Civil Metropolitana - Reunião em 12 de setembro de 2018



Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo

GUARDA CIVIL METROPOLITANA

Inspetoria Regional da Sé



Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo



Agora

5 agosto 2018

Feira noturna de camelôs inferniza hospital no Pari

Uma feira de camelôs durante a madrugada em frente ao hospital Associação Beneficente Nossa Senhora do Pari, no bairro de mesmo nome, na região central, está infernizando os pacientes e funcionários da instituição, que faz 10 mil atendimentos por mês pelo SUS (Sistema Único de Saúde).



Subcomissão de Estudo do Comércio Ambulante na Cidade de São Paulo

Rua 25 de março



Vendedores ambulantes ocupando a calçada e a rua, exibindo produtos em lonas, interferindo no fluxo de pedestres e veículos.



Subcomissão de Estudo do Comércio Ambulante na Cidade de São Paulo



Camelôs do Brás dizem pagar até R\$ 100 mil por uso de calçada em área de comércio popular de SP

Vendedores ambulantes são cobrados de poder paralelo e pagam também por iluminação. Prefeitura diz que fiscalizações e apreensões são constantes.

Aluga-se Pontos na Calçada
Rua Vitor Hugo, 190

80 Bancas Bem Localizadas
1 Metro e Meio - Com Iluminação
e Segurança.

FEIRINHA DA MADRUGADA

Em Frente ao Shopping Vaucler
Inauguração dia 16/04/2018
130hs da Manhã

Tim Bancas
Cel: 11 94845-9602





**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**



ESTADÃO

14 Maio 2018

**Paulista à noite vira
'passarela do álcool'.**

Comércio ambulante clandestino de bebidas aceita cartões e atende até adolescentes.



veja São Paulo

3 junho 2016

**Avenida Paulista, o novo
paraíso dos camelôs.**

De segunda a sexta, mais de 150 barraquinhas apresentam uma grande variedade de produtos no principal cartão-postal da metrópole.

Aos domingos, o número chega perto de 400.



**Subcomissão de Estudo do Comércio
Ambulante na Cidade de São Paulo**



ESTADÃO São Paulo

**Aumenta nº de imigrantes no comércio irregular;
conflitos crescem no Brás**

Desde o Largo da Concórdia, na região central de São Paulo, é nítido o crescimento no número de ambulantes, que chegam a enfrentar os policiais quando ocorrem casos de apreensão de mercadorias; Operação Delegada da PM passa por cortes



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS ACERCA DO COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE DE SÃO PAULO



Subcomissão de Estudo do Comércio Ambulante na Cidade de São Paulo



GI

SÃO PAULO

Ruas João Teodoro e Rodrigues dos Santos

Bolivianos denunciam cobrança ilegal de taxas para montar barraca na rua no Brás, no Centro de SP

Na madrugada de segunda (3), disputa pelo comércio ilegal na madrugada terminou em briga.
Camelôs foram ouvidos pela Polícia nesta terça (4).



Notas Taquigráficas

SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO AMBULANTE
NA CIDADE DE SÃO PAULO.

SOLICITANTE: SENIVAL MOURA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23/05/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da

Comissão

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Subcomissão de Estudos do Comércio Ambulante na Cidade de São Paulo, declaro abertos os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária do ano de 2018, convocada para hoje, 23 de maio de 2018.

Gostaria de anunciar a presença do nobre Vereador George Hato e este presidente. Há número legal.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no link Auditórios On-line.

Suspenderei os trabalhos por cinco minutos e, depois, vamos retomar. Então, eu já agradeço, desde já, a todos os convidados que aqui estão.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Adilson Amadeu.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Iniciando os nossos trabalhos, eu quero, também, já passar aos itens da pauta.

Em atenção ao Requerimento nº 001, de 2018, de minha autoria, aprovado na reunião ordinária de 16 de maio de 2018, foi convidado para esta reunião o Sr. Paulo Sergio Criscuolo, Prefeito Regional da Mooca. É um prazer. É um grande amigo. Convidou-se, também, o Sr. Walter José Pires Bellintani, Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Regional da Mooca. Há, ainda, os convidados que trabalham na Subprefeitura e o “Prefeito-Adjunto” Maurício Martins. Para mim, não é mais Chefe de Gabinete, porque até brinco que, quando o Tite pergunta de alguém, quer levar o craque e põe-no em qualquer posição. Então, serve para as 32 Subprefeituras e mais alguma coisa.

Na verdade, o efeito desta Subcomissão é a colaboração de todas as Subprefeituras, onde hoje estamos enfrentando aquela resistência de pessoas, alguns que têm TPU e boa parte que não tem, invadindo as calçadas e o espaço público. Porém, até para a aprovação de requerimentos, eu vou imediatamente fazer a leitura do Requerimento nº 7, de 2018.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não? Passar a Presidência? É que são meus, não é? É verdade.

Então, eu estou, neste momento, passando ao meu Vice-Presidente George Hato, para fazer a leitura.

É o nobre Vereador Alessandro Guedes? Então, muito bem: meu Vice-Presidente Alessandro Guedes. É que, no momento, S.Exa. não queria ser o Vice-Presidente e, depois, passou a ser. Muito bem, é uma honra.

- Assume a presidência o Sr. Alessandro Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Passo a ler os requerimentos.

- É lido o seguinte: (Requerimento nº 7, de 2018, do Vereador Adilson Amadeu)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o requerimento. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado.

- É lido o seguinte: (Requerimento nº 8, de 2018, do Vereador Adilson Amadeu)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Em discussão. Os Vereadores que concordam com o presente...

O SR. ADILSON AMADEU – Mas, continue o requerimento, nobre Vereador, e aí, nós já vamos aprovar com o nome... Houve a

mudança do Prefeito. O amigo Maurício está falando. Aliás, mudaram alguns. Mudou o Butantã. Mudou o Aricanduva.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Então, se me permite, é o Prefeito Regional em exercício que se encontra no lugar do Sr. Francisco Roberto.

O SR. ADILSON AMADEU – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – E o Coordenador da CPDU, que é o Sr. Rubens Gonçalves ou o que se encontra no lugar do Sr. Rubens, se for o caso.

Em discussão. Em votação. Os Vereadores que concordam...

Sr. Ricardo Granja é o novo Prefeito Regional, que está sendo convidado.

Os Vereadores que concordam com o presente requerimento permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

- É lido o seguinte: (Requerimento nº 9, de 2018, do Vereador Adilson Amadeu)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o requerimento. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado.

- É lido o seguinte: (Requerimento nº 10, de 2018, do Vereador Adilson Amadeu)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o requerimento. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado.

- É lido o seguinte: (Requerimento nº 11, de 2018, do Vereador Adilson Amadeu)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Estão aprovados os requerimentos e vamos agora, de 15 em 15 dias, vamos fazendo os convites conforme combinamos. O nobre Vereador Alessandro Guedes terá de se ausentar, depois volta à Comissão e continuaremos. Comandante Dutra sempre presente. As perguntas que temos aqui nesse momento, tanto o Walter Benintane (?), como o Paulo Sérgio, vamos fazer uma coisa muito democrática, ao mesmo tempo, se alguém quiser também usar a palavra. Nós estamos querendo, de alguma maneira, por a ordem que precisa na Cidade. Como fiscalizadores do Município, nós Vereadores, estamos vendo que, no dia a dia, está crescendo demais, conforme a gente já tem falado, o comércio ambulante. Tenho até um dossiê de tudo, e depois vamos nos dirigir ao Sr. Prefeito para ver as alternativas e as ideias que vão vir das Subprefeituras e de todos que foram convidados, para que a gente possa fazer um modelo diferente de tudo.

Se nos grandes centros há alguns modelos de camelódromo ou coisa parecida que está funcionando em prol do Município, a gente tem condição de fazer aqui. Somos sabedores que faltam funcionários, verbas,



falta tudo. É o momento de – em vez de verbas desnecessárias que estão sendo colocadas aí, que comentamos ontem de lixo e varrição, gastos bilionários para algumas empresas – começar a retomar para a Subprefeitura, para as 32 Subprefeituras, que hoje estão restritas e não conseguem fazer nada. É uma dificuldade muito grande e a demora vai atrasando todo um planejamento da Cidade.

Convido o Paulo Sérgio e o Benintane para que, no momento em que quiserem usar a palavra, o Maurício e o Alexandre, fiquem à vontade, em relação às perguntas. Eu queria mostrar que realmente vocês são conhecedores e a gente tem essa necessidade de todas as regiões de mostrar alguma coisa que a gente já andou por aí para ver.

O que acontece no Brás, Pari e Canindé está na Lapa, em Santo Amaro, está em todos os lugares. A demarcação das calçadas, hoje falando da regional Mooca, que vocês são sabedores e estão me atendendo, na medida do possível, e quando a gente mostra as demarcações, as barracas, durante à noite já sendo montadas, e virou uma bagunça. Agora, está tendo uma modalidade também na Av. Vautier, você não consegue passar com os carros porque já invadiram também a avenida. Na Vitor Hugo, Monsenhor Andrade, Henrique Dias, há algumas que fizeram já o gato na iluminação. É durante o dia e à noite. Acredito que à noite cresceu demais toda essa situação. Na Rangel Pestana, Celso Garcia e Largo da Concórdia ficou uma loucura agora, não sei se temos aí, mas eu já vi, vocês já me mostraram. Depois do Largo da Concórdia, acho que todo o pessoal que veio da África, nada contra os africanos, muito pelo contrário, mas eles tomaram conta. Vai mudando: de um lado, na Coimbra, os bolivianos se organizaram; do outro lado os africanos, e aí é uma mistura que a gente não sabe o que fazer. Vocês que são da Subprefeitura, pela experiência que vocês têm, a gente vai querer que



vocês nos apresentem, dentro de um bom tempo, que vamos conversando com outras Subprefeituras, passar para nós o que poderíamos fazer e apresentar ao Prefeito.

Eu faço questão de quando ir ao Bruno Covas – falei para S.Exa. ontem – que vocês estejam juntos porque tem que escutar os funcionários. Todas as dificuldades que vocês têm. Eu falei isso pra S.Exa., que disse que achava ótimo. Vocês conhecem a região toda.

Essas demarcações, que inclusive nos últimos dias mandei para vocês, lá na Mooca, no momento que começa a fazer uma fiscalização, já vamos ver que vocês estão de sobreaviso para tudo isso. Sem contar uma situação que, ontem inclusive a Band News me ligou, para querer saber da Portuguesa. Eu desconheço qualquer situação que possam fazer, por causa do polo gerador, ou coisa parecida. Estão falando em 2300 espaços que devem começar no mês que vem. Eu desconheço tudo isso, falei com o Segu (?), com o Penido, nada contra aqueles que querem trabalhar, mas tem de trabalhar de uma forma correta.

Acho que vocês já entenderam, já tinha falado um pouco, que a gente faça um planejamento e fale. Depois, no final, escutaros a todos. Tanto o Paulo Sérgio, como o Belintane, já têm em mente o que está acontecendo. Queria que o Belintane ou Paulo Sérgio falassem.

O SR. PAULO SÉRGIO CRISCUOLO – Bom dia Vereadores, George Hato, é com satisfação estar aqui participando dessa Subcomissão e podendo dar alguma informação, alguns dados e alguma experiência que estamos tendo na região da Mooca. Sou Prefeito Regional da Mooca desde 1/01/2017.



Estamos aqui para responder as perguntas. Vocês gostariam de entender um pouco, tem essa preocupação que estamos tendo com os ambulantes, tanto vocês do órgão fiscalizador, como nós que acompanhamos todos os trabalhos que estão sendo executados.

O grande problema é que nos últimos dez anos houve esse grande problema de desemprego e o pessoal foi procurar a informalidade. As pessoas foram para as ruas. Começaram a ter mais atividades de ambulantes. Agora, chegou o momento que não só os nacionais, mas também os estrangeiros. Hoje para nós está em torno de 30% já desses ambulantes. São africanos, haitianos, fora os bolivianos, que hoje já não estão contando mais, mas é uma grande preocupação. O controle está um pouco desatento porque não emitimos mais TPU. Então, qual seria uma das primeiras atitudes? Seria um cadastramento. Teríamos que cadastrar essas pessoas com todas as legalidades que a Prefeitura, o Estado e o Governo Federal exigem para podermos ter o quantitativo dessas pessoas. Na hora que você tem o quantitativo, você pode idealizar lugares onde existem bolsões, onde há condições de estacionamento, nomes que a gente queira dar, para realocar esse pessoal e eles saírem da informalidade. Ao mesmo tempo recolhendo também os tributos municipais, estaduais e federais.

Está chegando o momento que realmente precisa. A grande concentração hoje ficou na regional Mooca porque a 25 de Março hoje está mudando o perfil. O pessoal da José Paulino mudou o perfil. O que acabou acontecendo? Eles atravessaram o rio e aí você está na Regional Mooca. A quantidade de pessoas, repito para vocês, antigamente os nacionais eram a maioria, agora, temos os internacionais, inclusive, é outra fase, que precisa ser convocado os direitos humanos para gente entender um pouco e eles poderem nos ajudar e também a Polícia Militar e a Guarda Civil



Metropolitana para poder ajudar na operação Delegada. Para termos um conforto e tentar ter algum retorno para não ficar essa quantidade de pessoas que estão na rua.

A informalidade realmente é muito grande. Estava inicialmente no matutino e vespertino, mas agora está no noturno. Hoje já começa desde as 22h até 6h, quando emenda já com o outro horário. Um dos primeiros focos é cadastrar. Não temos noção por que foi suspenso há anos os TPUs. Não dá para mensurar a quantidade de pessoas que existem e que estão credenciadas para poder usar o espaço. Temos de procurar opções sim, lugares de bolsões, lugar onde podemos dar conforto, dar condições de trabalho. Aí você começa a enxugar e bastante.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Hoje, eu acho que você não tem esse dado aqui, mas depois se vocês puderem mandar para essa Subcomissão, vai ajudar demais. Tudo aqui a gente faz por convite porque eu sei que vocês sempre atendem de pronto.

Nós temos a condição de falar hoje da região Brás/Pari, e vocês pegam um pedaço do Canindé, quantos TPUs nós temos? O Maurício se tiver os dados pode usar o microfone. Fale o nome.

O SR. MAURÍCIO MARTINS – Maurício Martins, sou chefe de gabinete da Prefeitura da Mooca. Nós não temos hoje na cidade de São Paulo, depois que o prefeito Gilberto Kassab suspendeu todos os TPUs, não temos nenhum TPU na cidade de São Paulo, incluindo a nossa regional. Existem sim algumas pessoas que entraram com liminar e que tinham TPUs antigos e as liminares são individuais. Então, só descobrimos se a pessoa tem um TPU válido ou não quando você aborda o ambulante e ele tem a liminar nas mãos.



Todas as prefeituras, nenhuma mais emite TPUs. Os TPUs que existem nas prefeituras regionais são de bancas de jornais e outras atividades, a venda da comida de rua. Agora a venda de produtos em via pública não compreende TPU já há muito tempo.

Só fazendo um adendo da explanação do nosso prefeito, além de Brás e Pari, Vereador, temos uma atividade diária com relação a toda a região da Mooca. Hoje, estamos com uma reunião com o pessoal de segurança do Metrô, temos cinco estações do metrô e algumas estações da CPTM que têm os mesmos problemas com relação ao ambulante e temos uma parceria em conjunto com a segurança do metrô.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Maurício, me permita. Esses assuntos de metrô, que acho muito correto vocês se encontrarem com o pessoal do metrô, mas precisamos ir para o crônico. Temos o crônico hoje nessa região que pertence a vocês muito grande. Não conseguimos com uma vara mágica resolver tudo, mas vamos dentro da subcomissão, depois vou querer os dados do que vocês estão fazendo com o metrô. Também é ambulante?

O SR. MAURÍCIO MARTINS – É ambulante e inclusive os metrôs que pertencem à região do Brás, Pari. Temos o metrô Bresser, temos a estação da CPTM do Brás.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Mas nada parecido com Valtier....

O SR. MAURÍCIO MARTINS- Não, nada parecido com tudo isso, mas existe um projeto de implantação em junho da duplicação e aumento de duas mãos na Celso Garcia, com duas indo e duas vindo, isso

fará com que os ambulantes da calçada da Celso Garcia devam se retirar por causa da circulação d automóveis.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E para onde eles vão?

O SR. MAURÍCIO MARTINS – Então, esse é um dos apelos que acho que a prefeitura gostaria de fazer a essa comissão porque acho que é fórum ideal para se encaminhar a isso. Nós gostaríamos muito de sugerir à comissão também um trabalho educativo junto à população para que a população não comprasse de ambulante, porque o preço das lojas é exatamente igual ao preço do ambulante.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quero anunciar a presença do Vereador Tripoli. Se quiser contribuir com as perguntas.

Maurício, vamos fazer assim. Dentro do planejamento e dentro do que o Paulo Celso, prefeito, está falando, tem algumas coisas fundamentais. Se em dois anos e meio conseguimos avançar 20%, vamos dar outra cara para a cidade de São Paulo, nós e vocês que conhecem demais.

O SR. MAURÍCIO MARTINS- É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Paulo Celso, Alexandre, vocês que conhecem muito. Vamos começar, se dermos para todos que estão nessa região, 90, 120 dias para cadastrar em um site tal, eles são microempresários hoje, boa parte está como microempresário. Ele não pode colocar duas vezes a documentação porque vamos fazer uma triagem. Vamos ver alguma maneira para fazer o confronto. Só aí, não é que vamos inibir, não queremos cortar ninguém de trabalhar, tem 14, 15, 20 milhões de trabalhadores, só que não pode ser dessa maneira. Agora o



estacionamento da Portuguesa está liberado, vão lá, o estacionamento foi lá, bancou 1 milhão de reais e estão alugando 2,3 mil espaços. A menina da Bandeirantes ontem falou comigo.

Isso vai virando uma loucura. O prefeito da região é um gigante e nem o prefeito mesmo não consegue. Precisa juntar todo o secretariado e vocês participaram quando teve uma grande reunião com o Doria, lá na prefeitura, tivemos dificuldade porque não era o momento. Por causa da Copa do Mundo, do carnaval, vamos fazer o momento. Garanto para vocês, junto com os meus colegas, que vocês colaborem com a experiência, vocês são amigos, respondem prontamente os ofícios, procuram fazer o melhor serviço, não é só ali, vocês correm para tudo quanto é lado.

Essa posição primeira, Paulo Celso, do cadastro, vamos fazer esse modelo.

O SR. MAURÍCIO MARTINS – Só concluindo, Vereador, tenho certeza disso, aliás já trabalhei tanto com o Vereador Alessandro Guedes, quanto Jorge Hato em pistas de skate, com o senhor fomos colegas de partido. Tenho certeza que está em excelentes mãos para que possa ser realizado tudo isso.

Nós só queríamos, por parte da prefeitura da Mooca, acrescentar essa possibilidade da conscientização e de programas de conscientização da população porque o valor aplicado às mercadorias dos ambulantes é exatamente igual da loja, do empresário que paga imposto.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu tenho perguntas sobre isso também.

O SR. MAURÍCIO MARTINS – E se conseguíssemos encaminhar para que as pessoas façam isso, podemos fazer com que as



peças que estão nas ruas se estimulem a regularizar os seus espaços e tem muito espaço na região do Brás e Pari que está vago, e que poderiam virar aluguéis e espaços ótimos para o comércio.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – É o planejamento que já estamos conversando na comissão e vem ao encontro de quem conhece.

A respeito de demarcações?

O SR. MAURÍCIO MARTINS - Nós apagamos demarcações todas as noites na região. Por último, temos um excesso de demarcações em volta do estádio da Portuguesa, que temos apagado todas as noites.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – A do Araguaia, Bom Jardim também? Tudo ali.

O SR. MAURÍCIO MARTINS- Isso, pega várias regiões dessas. Temos apagado todas as noites, nossas equipes estão nas ruas, todas as noites, apagando essas demarcações. Não temos informações sobre o impacto do trânsito por parte dessa feira da Portuguesa e nem se está inseguro, como está a atividade para atividade provisória. São eles que autorizariam numa hipótese essa feira da Portuguesa, se seria segura, qual o apoio da CET com estudo de planejamento de impacto de trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Ou um gerador.

O SR. MAURÍCIO MARTINS – É um polo gerador que deveria ter suas especificações por parte da CET e por parte de segurança. Nos cabe fiscalizar, caso haja essa aprovação. Caso não haja, é ilegal e temos de tomar as devidas providências, é um local particular.

O SR. JORGE HATO – Quantos espaços que você acha que tem na região que dê para abrigar esses ambulantes e o tamanho do espaço, se é viável.

O SR. MAURÍCIO MARTINS – O próprio Vereador Adilson Amadeu disse que participamos de uma reunião grande de absorção desses ambulantes. A prefeitura regional e todos os seus integrantes são favoráveis a que se esses ambulantes se regularizem como empresários. O Brás, o Pari têm muitas ruas que foram fechadas devido à crise que poderiam mudar o ramo de atividade e que poderiam se licenciar para se transformar em mini shoppings. Cabem muitos espaços desses em locais. Isso é extremamente possível, tem muitos imóveis regularizados na região e que estão fechados. Nós somos favoráveis não que se realoquem ambulantes pelas ruas da região, mas que se absorva nos comércios existentes. Se a gente conseguisse fazer uma grande mobilização por parte do Município e desta Câmara de Vereadores, para que levássemos a informação para as pessoas que compram: olha, o preço é o mesmo lá dentro e você está perdendo dinheiro comprando na rua porque a pessoa não paga imposto. Faríamos com que essas pessoas pudessem se regularizar e ocupar as lojas que estão vazias e fomentar ainda mais toda a atividade econômica da região.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Maurício, o cadastramento que o Paulo Sergio falou, esse é um pensamento nosso também, vamos alavancar porque num certo momento vamos ao Ministério Público. Direito social, aí vem o padre, vem todo mundo e vamos querer fazer dentro de um cadastro.

Agora quero perguntar para o Walter Belentani, você também conhece bem a região e está vendo essas demarcações, correto?

O SR. WALTER BELENTANI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Pela tua experiência, está crescendo no dia a dia?

O SR. WALTER BELENTANI – Sim. Bom dia a todos, Vereadores, é um prazer estar aqui e poder colaborar com um estudo tão importante para a cidade de São Paulo.

Sim. O que percebemos é que ao longo do tempo essas demarcações vêm aumentando e têm exigido da parte da Prefeitura Regional um esforço cada vez maior, tanto de monitoramento como de ação.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Então qual é a rotina da fiscalização, porque você está no planejamento, não é isso?

O SR. WALTER BELENTANI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - A rotina de fiscalização como está acontecendo?

O SR. WALTER BELENTANI – Bem, nós temos que além de acompanhar essas demarcações, acompanhar as operações delegadas que acontecem na região. E também não podemos descobrir as outras partes que também têm ambulantes, em torno do Metrô, como o Maurício tem dito. Então a rotina da fiscalização tem sido atuar em todas essas frentes.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Com quantos homens?

O SR. WALTER BELENTANI – Nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Pode falar, aqui ninguém vai passar mal. A gente sabe que estão faltando dois mil funcionários na Prefeitura. Pode falar a verdade.

O SR. WALTER BELENTANI – Estamos contando com uma equipe com oito homens basicamente e o apoio da GCM, porque esta é uma operação que não conseguimos fazer sem o apoio da GCM.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Alexandre, você não vai falar porque o Maurício já tomou...

O SR. MAURÍCIO MARTINS – Maurício Martins, Chefe de Gabinete da Prefeitura, só a título de complemento, Vereador, estamos apenas com uma equipe porque venceu o contrato das nossas outras duas equipes, estourou por 60 meses e não podia mais renovar. Tivemos que soltar um edital e estávamos aguardando a liberação do Tribunal de Contas por parte da ata de apoio à fiscalização e isso não ocorreu. A Prefeitura já nos autorizou liberar o edital para a contratação de mais duas equipes. Estamos em processo de contratação.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Seriam então...

O SR. MAURÍCIO MARTINS – Três equipes.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Três equipes, então 24 pessoas trabalhando.

O SR. MAURÍCIO MARTINS – 24 mais o caminhão, dariam quase 30 pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Se tivesse a colaboração, não depende deles também, da Guarda Civil Metropolitana e



da Polícia Militar para valer mesmo, mas o módulo mais inteligente, me permita, acho que o Paulo Sergio... Foi do jeito que a gente tinha conversado aqui, os Vereadores também. Saber quem é quem, seja africano, boliviano, grego, turco, não interessa. Se ele tem uma simples documentação, faz as compras e tal, vamos tentar ver onde vamos organizar tudo isso.

É difícil, mas ninguém fez ainda, vamos fazer nós. Acho que assim, tanto o George Hato como o Alessandro Guedes, estão muito dispostos nesse trabalho. Inclusive, o Alessandro Guedes tem um projeto interessante que podemos juntar o projeto dele para a Cidade. Não é só zona Leste porque trabalhamos em toda São Paulo e estamos vendo essas barbaridades.

Então o responsável pela fiscalização é você, Belentani?

O SR. WALTER BELENTANI – Sim. Quero aproveitar para dizer que dá um resultado maior quando trabalhamos junto com a Polícia Militar.

Então a operação delegada desde que foi criada, em 2009, no começo conseguiu um avanço muito grande no sentido desse combate ao comércio informal e irregular.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quando a Polícia Militar acompanha.

O SR. WALTER BELENTANI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E a Guarda Civil Metropolitana se faz presente, necessária? É necessária mesmo para casos como esse?

O SR. WALTER BELENTANI – Sim. Entendo que é necessária.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Como temos a GCM no Município, o Comando vai ter de me ajudar.

O SR. WALTER BELENTANI – Entendo que é fundamental, porque entra para dar a guarda à ação, ao funcionário, ao caminhão, aos equipamentos urbanos. Então entendo que é uma operação integrada e tem de ter o apoio das duas polícias, da GCM e da Polícia Militar com a operação delegada.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Aí dá o resultado.

O SR. WALTER BELENTANI – Dá o resultado. Agora, se formos planejar um resultado com maior eficiência é muito interessante envolver outros órgãos. Já tivemos experiência no passado e isso se mostrou muito positivo.

Por exemplo, há um planejamento, um cadastramento, viabilizamos locais para esses ambulantes poderem trabalhar. Não é intenção simplesmente de perseguição. Não. Com alternativa eu acho que a operação de fiscalização teria de ser incrementada com o apoio de outros órgãos federais e municipais. Tivemos operações que deram muito resultado quando nos acompanham a Receita Federal. Quando nos acompanham, inclusive, a Eletropaulo combatendo as ligações clandestinas, os gatos. No passado fizemos uma até com a Sabesp que, inclusive, havia ligações de água clandestina para abastecer os ambulantes daqueles trailers que forneciam comida. Então quando essa operação vem planejada com vários órgãos ganha muita força.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Belentani, o teu raciocínio está muito bom e lógico. Só que conheço um pouquinho disso



porque lá atrás já tentei fazer para valer, mas a gente sempre esbarra em algumas situações. Acho que dar oportunidade para quem quer trabalhar com mercadoria de boa procedência, está tudo certo. Acho que a Federal, a Civil, todos concordam com isso.

O modelo é esse mesmo, não tem como porque se hoje fizermos uma operação com todos, Polícia Federal, vamos fazer uma vez. Vamos fazer quarta-feira que vem, depois – não vou falar no outro dia – de dois dias tem mais gente com mercadoria não de boa procedência.

Então se cadastrarmos e houver uma regra que o cidadão naquele espaço onde vamos procurar ver alguns que têm na região, acomodar duas mil, em outras três mil, ou algumas ruas importantes que possamos fazer o modelo existente em alguns estados, algumas cidades grandes. Aí a pessoa será punida pela Regional e perde a credencial que vai ser oferecida, acredito no modelo renovando ano a ano na Subprefeitura, porque ali é feita uma declaração do que está vendendo ou coisa parecida.

É difícil, mas se a gente não fizer não vou me sentir bem de não tentar ajudar quem quer trabalhar de uma maneira legal. E vejo que estamos no caminho, é uma primeira hoje com vocês. E a importância também de vocês que estão numa região grande, mas sabemos que vocês não têm funcionário, vocês fazem na unha.

Pela ordem, nobre Vereador Alessandro Guedes.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Sr. Presidente, quero fazer algumas perguntas, primeiro cumprimentar o Prefeito Regional Paulo Sergio; Belentani, coordenador da CPTU; Mauricio Martins, que foi Prefeito



em Itaquera, na gestão, quase toda, do Haddad, convivemos muito lá, juntos como o Alexandre também,

Sabemos que hoje, e nós da comissão também busca encontrar uma solução para isso, ou pelo menos apontar uma solução, que o nosso País vive em crise, e muita gente se vira como pode para poder levar o sustento para dentro de casa. É vendendo, muitas vezes um churrasquinho, um par de meia, pilha, enfim, cada um faz o que pode para poder ter seu ganho, outros vão além, com coisas perigosas, inadequadas, que já se tornam contravenções. Mas quero cumprimentá-los, e fazer algumas perguntas.

Na madrugada naquela região que abrange a Prefeitura, Regional da Mooca, à estimativa de quantos ambulantes devem trabalhar lá de madrugada nas ruas do Brás, Pari, Mooca, enfim, os senhores saberiam me dizer;

O SR. _____ – Olha, não temos esse levantamento exato, até por conta de não termos o cadastramento. Trabalhamos com um número aproximado, imagina-se cerca de 1500 ambulantes em toda região. Mas esse número é meramente estimativo e não tem nenhuma base concreta para chegar nesse número.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Em relação aos consumidores que frequenta o local, dá-se ter uma estimativa de quantos passam por lá pela madrugada?

O SR. _____ – A gente estima, e também, de novo sem base científica, só uma estimativa, a cerca de 400 mil pessoas circulam durante o dia e a noite na região. Em momentos de pico, dia das

mães, por exemplo, essas datas comemorativas, podem chegar até as uns 500 mil.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Dentro desse número, Belentani, só o primeiro numero, que acho que tem alguns dados que veio, mas não são tão precisos. É assim: que vão trabalhar no Brás, e ônibus que chega, em média de 200 por dia, quando está fraco, são 200. Então o giro ali é muito grande. Vem gente do Brasil todo e as pessoas que trabalham nas empresas lá. então esse numero de 400 mil pessoas é real em uma região como essa. Aí você imagina, têm 400 mil pessoas ali transitando e tal, e só tem uma equipe...

O SR. ALESSANDRO GUEDES – 400 mil, levando em consideração dia e noite, madrugada....

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Ali não para. É constante o Brás/Pari/Canindé. Inicia logo cedo, termina um, começa o outro. Não para.

O SR. ALEXANDRE TAVARES – Sou engenheiro da Prefeitura da Mooca, horário agora de funcionamento começa as duas da manhã, inclusive com os shoppings. Os shoppings começam junto com a feira da madrugada e vai virando a noite. Vai trocando o público...

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Começa a duas da manhã?

O SR. ALEXANDRE TAVARES – Sim. Vai trocando o publico e o ambulante. O ambulante vai se reciclando, mas o comércio não para.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Aí tem aquelas demarcações ilegais, onde podemos ver em vários vídeos, até a Globo apresentou que eles vendem o espaço. Quando são seis horas da manhã, tem de sair fora. Aí entra outro, e assim por diante. É brutal.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Existem ações noturnas de fiscalização de madrugada?

O SR. _____ – Hoje não existe ação de fiscalização na madrugada. A operação delegada não contempla esse horário e o nosso contrato é para dia.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Então à noite, é terra de ninguém?

O SR. _____ – A menos que se planeja uma ação à noite, isso é possível, se planejar uma ação e fazer, á noite, mas ela não está na rotina da fiscalização.

O SR. MAURICIO MARTINS – Temos tido operações regulares noturnas, já apreendemos quase que um milhão de maços de cigarro, fizemos operações noturnas, madrugada. Porque além dos ambulantes regulares nas portas das lojas, temos também muitas outras possibilidades que vemos por lá. Este final de semana, por exemplo, nós ficamos durante toda a parte da madrugada em apoio às duas feiras ligadas à cultura boliviana...

O SR. ALESSANDRO GUEDES – São equipes distintas? O senhor me falou que não tinha essa que tem.

O SR. MAURICIO MARTINS – Não! São equipes da própria prefeitura com agentes de apoio da Prefeitura, que fazemos juntos com a Guarda Civil Metropolitana. Só para ser justo, com relação à indagação do nobre Vereador Adilsom Amadeu, a Guarda Civil Metropolitana tem montado operações regulares conosco na região, e nós já apreendemos, do final do ano passado para cá, quase Hum milhão de cigarros. Estouramos oito lojas no Centro do Brás que vendiam tênis falsificados,



junto a uma operação com a Guarda Civil e a Polícia Federal, com quase 400 mil pares apreendidos pela Polícia Federal. Temos, também, além disso, operações noturnas de recolha de mesas e cadeiras em calçada, que fazemos de forma regular para que possamos retirar as pessoas que estão vendendo nas ruas. Nós apreendemos um food truck de narguilé que atendia menores de idade na região do Tatuapé...

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Essas ações noturnas, são com esses oito homens, dessa única equipe?

O SR. MAURICIO MARTINS – Os oito homens, mais alguns agentes de apoio funcionários efetivos da Prefeitura em conjunto com a Guarda Civil Metropolitana. Quando temos o apoio da Guarda Civil, além da equipe de apoio à fiscalização, temos muitos funcionários da própria Prefeitura que participam dessas operações.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Anunciar a presença do nobre Vereador Reginaldo Tripoli.

Com qual frequência acontece essas ações à noite? Porque entendo que uma equipe, com alguns agregados que conseguem lá da AGBP, para trabalhar à noite, aí desfalcam o dia.

O SR. MAURICIO MARTINS – É que estamos com uma equipe no momento. Nós acabamos de vencer o contrato.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Eram quantas?

O SR. MAURICIO MARTINS – Eram três equipes. Nós fazíamos um rodizio de 12/36, e tínhamos equipes todos os momentos e em todas as datas. Nós estamos a um mês e meio sem essas duas equipes mas já estamos com processo licitatório nas ruas



O SR. ALESSANDRO GUEDES – Quando tinha as três equipes, todos os dias....

O SR. MAURICIO MARTINS – Tinha ação diurna e noturna. Tínhamos pessoas trabalhando em todos os momentos. É que a Regional da Mooca, vai desde o Shopping “D”, até o Parque São Jorge, é um negócio extremamente amplo. Não atuamos somente na região do Brás.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – O contrato com essas equipes como é que anda?

O SR. MAURICIO MARTINS –Nós acabamos de fazer a tomada de preços, devemos lançar até sexta-feira, o chamamento para que possamos ter a aplicação

O SR. ALESSANDRO GUEDES – A contratação daquela unidade...

O SR. MAURICIO MARTINS – Daquela unidade, apenas com duas equipes, uma vez que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, não liberou as atas de apoio á fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Depois quero ver, para essa comissão, de todas as apreensões que os senhores fizeram ano passado, e as que os senhores fizeram esse ano. Se os senhores fizeram 100, 50, 20 autuações e apreensões, e outras Subs não estão fazendo dessa maneira, é uma falta de vontade. Estou vendo que a equipe da Guarda Civil Metropolitana, coloca um pé, quantos homens são?

O SR. MAURICIO MARTINS – Nós já tivemos...A do cigarro foram quase 40 viaturas e 50 motos. Tivemos operações gigantes com a Guarda Civil Metropolitana, e temos operações pontuais com duas a três viaturas.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E o 12º e 18º DP vocês usam a Delegacia?

O SR. MAURICIO MARTINS – Quinta-feira teremos uma reunião com o 12º e com o Batalhão para que possamos montar operação em torno do Canindé.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Nobre Vereador Adilson, rapidamente. Passo a palavra para V.Exa.

Eu queria fazer uma pergunta, que é um dos objetivos desta Comissão, que é se debruçar para encontrar uma solução com o Presidente Adilson e nosso Relator George Hato. É possível encontrarmos uma solução para essas pessoas que estão irregulares nas ruas? Na sua opinião, é possível? E qual seria?

O SR. WALTER BELENTANI - Eu acho que devemos achar uma alternativa para elas continuarem trabalhando, trazê-las para o mercado formal. A alternativa, como foi colocado aqui, há espaços no Brás e no Pari livres, que poderiam ser ocupados.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Então, você tem a mesma opinião que nós...

O SR. WALTER BELENTANI - Sim.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Que pode ser destinado um espaço para que sejam criadas praças de comércio legal, para que os trabalhadores tenham o seu espaço e que estejam encaixados na lei. O corpo técnico da Sub da Mooca, então, apoia.

O SR. WALTER BELENTANI - Completamente. Eu, inclusive, acredito que se não for dessa maneira, o trabalho vira enxugar gelo. A ação



de fiscalização só teria eficiência se conseguíssemos realocar esses trabalhadores de uma maneira formal e com regras, como o Sr. Vereador Adilson colocou, para evitar os descaminhos, o contrabando e os produtos falsificados.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Qual foi a última vez em que foi liberado o TPU pela Prefeitura?

O SR. WALTER BELENTANI - Talvez..., eu nem me recordo qual foi a última vez em que foram emitidos os TPUs.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Desde a época do Sr. Kassab não se liberam novos TPUs na cidade de São Paulo.

O SR. WALTER BELENTANI - Isso. Foram suspensos na época da gestão do Sr. Kassab e nunca mais retomaram.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Há uma informação, nobre Vereador Alessandro, de 2009. Faz tempo, hein. Aí, nós temos uns 7 ou 8 anos sem.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Faz muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E dentro dessas... Fique à vontade.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – E só para encaminhar para o encerramento aqui, eu queria que vocês me dissessem como é que faz para..., onde que é..., como ocorre a apreensão de mercadorias dos ambulantes, para onde são destinadas e qual é o processo de retirada das mercadorias daquele ambulante que, porventura, tenha a nota fiscal dos produtos que foram apreendidos? Como é que funciona?



O SR. MAURÍCIO MARTINS – Vereador, contamos com a maioria das apreensões feitas por parte da operação delegada. Esta gestão, desde agosto do ano passado, quando avistamos a possibilidade de perder duas equipes em janeiro, entramos em contato com a Polícia Militar e instalamos um container no Largo da Concórdia, ao lado da Base da Polícia Militar.

Então, as apreensões feitas pela Polícia Militar, na operação delegada, são levadas até a esse container. Quando esse container atinge um certo número, é chamada a equipe da Prefeitura que vai ao local e confere o recebimento de todos os lacres encaminhados – nós temos uma relação disso. Levamos, então, para o nosso depósito, deixamos um tempo para que as pessoas possam reivindicar o retorno dessa mercadoria, quando tem nota...

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Quando a mercadoria está no container a pessoa ainda não pode reivindicar a retirada?

O SR. MAURÍCIO MARTINS – Se ela tem o contralacre, sim. Ela, tendo o contralacre, pode fazer isso de imediato e fazemos uma busca...

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Mas é paga uma multa?

O SR. MAURÍCIO MARTINS – Isso. Há uma multa simbólica, que gira em torno de 20 a 50 reais para a retirada. E nós avaliamos o processo. Se a nota fiscal se referir ao proprietário daquela mercadoria e se a mercadoria for legal... Existe bebida, que é impossível de ser devolvida. Existem algumas... toda a parte do narguilé, que eu falei que apreendemos com fumos e essas coisas. Então, quando a mercadoria é legal, nós fazemos a avaliação, o levantamento em depósito e a devolução.



Esta gestão já fez duas destruições de produtos piratas. A quantidade de CD pirata, de perfume pirata é um negócio muito grande. Nós já fizemos duas destruições muito grandes de produtos apreendidos, e nós praticamos essa linha de destruição, quando o produto é... A grande parte das equipes da Prefeitura, por estarem num processo, reduzida, é de formatação e recolha de excessos.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Existe uma estimativa de, percentual de extravio de mercadoria que pode se perder de um ambulante, que vai retirar e não é encontrado a mercadoria...

NÃO IDENTIFICADO – De dentro do nosso depósito não.

P – Ninguém acha, está no meio de milhares...

R – Dentro do nosso depósito...

P – Algum prazo como esse deve surgir.

R – Dentro do nosso depósito, nenhum, Vereador Alessandro.

P – Nenhum?

R – Nós já tivemos algumas pessoas que vieram requisitar mercadoria. Estavam com, que não estavam, falou: “Ah, mas faltou um, mas ele não estava com contralacre.

P – Todos que, que...

R – Todos os que entraram no nosso depósito são encontradas.

P – Está bom.

R – Se nós recebemos, encontradas.



O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E quem fica, vocês, acompanhamento com oficial de Justiça, não? Para que vocês se tornem, além de vocês, funcionários da Prefeitura, se torna oficial tudo isso? O depósito é oficial? É um depósito alugado?

R – Não, é um depósito do, da Prefeitura.

P – Do município?

R – É, da Prefeitura Regional.

P – Está bom.

R – E grande parte das apreensões, só para que os senhores tenham noção, nós temos, por exemplo, uma banca que ela tem um espaço muito grande e estão com manequins na rua, com exposição. Nós recolhemos esses manequins, nós recolhemos muito CD pirata, nós recolhemos óculos pirata, que fez parte dessa destruição, perfume pirata. Aliás, a sala onde fica os perfumes, é impossível de se entrar. Então, nós temos muita destruição disso, Vereador.

P – Lógico...

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Só mais uma pergunta, complementando a sua resposta. Em relação à operação delegada, funciona dessa forma, container, tal. E quando é o chamado rapa, que são os agentes fiscais da Prefeitura, junto com a GCM, qual é o procedimento? Direto para o galpão?

R – Direto para o galpão, mas nós nos centramos, Vereador, em produtos, bebidas, cigarro. A equipe de rapa da Prefeitura, como a grande parte da comercialização de produtos de vestuário é feito na região do Brás e Pari, que tenha operação delegada, a função do rapa dessa



gestão para cá tem sido feito de forma acessória e nós temos recolhido muitas mesas e cadeiras, bebidas, cerveja, bebida alcoólica, fumo, cigarro, atendendo à região que é atendida pela operação delegada e a região que não é atendida. Então, o que é apreendido por parte do rapa da Prefeitura nos últimos tempos, nos últimos tempos, e é de uma quantidade gigantesca, é de produtos que não são passíveis de serem devolvidos como bebida, algo (?) e essas coisas falsificadas.

P – Ah, sim, eu estou... Nós, como nós estamos iniciando, eu estou perguntando primeiro e eles dando alternativas, para que a gente consiga ao combate e pôr as pessoas para trabalhar em algum lugar correto, cadastrado e tal. Nós podemos fazer os requerimentos e eles... Eu vejo assim, nós estamos, podemos fazer dentro da subcomissão um geral de todo o depoimento que foi dado aqui, a convite; e aí eles vêm com a resposta. A gente vê dentro das cópias taquigráficas tudo isso. Por exemplo, qual é a metragem do galpão?

R – Nobre Prefeito, engenheiro.

NÃO IDENTIFICADO – É grande, viu Adilson, é muito grande.
(fora do microfone)

R – Uns mil metros.

P – Olha, por mais que vocês falassem para mim de metragem, é sem condições. É impossível. Um container não dá nem para começar a conversar. Por isso a ideia... Eu estou sendo repetitivo.

R – Lógico.

P – É a gente mudar o modelo, pelo menos, em São Paulo, a capital, quem quer trabalhar positivamente, ele vai ter que trabalhar regular. “Ah, mas isso é uma coisa impossível”. Olha, aqui, na Casa, pelo menos,



40 que falou para mim que somos loucos aqui”. “Ah, mas isso é uma loucura”. Não é, é o que a gente precisa, poxa, a educação. Vamos tentar fazer alguma coisa importante.

R – Vereador, e com relação a outras regiões da cidade de São Paulo ou não? Mas com relação ao Brás, todas as pessoas estão de forma informal conseguem se formalizar e virar empresários dentro das lojas existentes.

P – Eu tenho vários, vários que me procuram na minha empresa e falam que estão super felizes, que já trouxeram, vou falar bolivianos, trouxeram da Bolívia já 20 parentes. Eles têm a confecção deles, são microempresário. O meu ramo, eu sou despachante. Eles vão lá fazer a documentação, pagam super em dia, feliz da vida de estar trabalhando. Só que alguns bons, esses, não estou falando boliviano, mas têm até africanos que querem trabalhar direitinho, grego, turco, mas quando naquele módulo à noite, e aí a gente tem, não sou eu que estou falando, é as reportagens que vocês já viram, Globo, tudo, mostrando quem manda no pedaço.

Hoje, ontem nós recebemos aqui, está lá, eu vou passar para os meus Colegas, é muito grave. Aliás, eu acho que tem aqui, não tem uma tela de um valor que cobram? Esqueceram a lição de casa, não é? Não tem? Está. Então, mas não tem problema. A lição de casa é para estar fazendo repetido, mas é isso que cobram por espaço semanal, quinhentos reais, mil reais. Você paga uma luva para pegar já o pedaço. Isso daí eu vi em matérias, que aí eu mostrar na próxima. Você acha que não tem aqui. Tem aqui?

- Manifestações fora do microfone.

P – Se tem, mostra. O meu Presidente, nobre Vereador Senival Moura, nós temos ainda, mas se quiser fazer a suspensão, Comandante Conte Lopes, se quiser fazer a suspensão do trabalho...

- Manifestações fora do microfone.

P – Está bom. Está OK. Abre. Então, além de tudo o que vocês fazem, vocês também sabem que é brutal na rua. Dão nome de associações que estão fazendo, tal, mas nós estamos naquele caminho mesmo, Paulo Celso, cadastrar. Oh, vamos começar a cadastrar. Mas para quê? Ué, você não quer trabalhar? Microempresário.

- Manifestações fora do microfone.

P – A responsabilidade para todos. Nós não temos a nossa? Pagar os impostos direitinho, tudo certinho? Agora, o que não dá, que é um fato que vocês não estão sabendo, vou passar para vocês, já falei aqui algumas vezes, aconteceu na véspera do último feriado. É até Dia das Mães também.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Pois

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Sr. Presidente, esse tema é muito rico. Eu tento me desvencilhar das perguntas, mas, cada vez, surge um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu só ia falar de um fato.

O SR. ALESSANDRO GUEDES - É muito curto.



O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Mas, você, por favor... Bom, a gente tenta num tempo, mas eles também têm os compromissos, e eu acho que as colaborações aqui estão sendo grandiosas. Eles estão colocando nas fechaduras das portas pessoal que entra, das dez, meia-noite para seis da manhã, é um cabinho de guarda-chuva, bem afiadinho, como se fosse uma lancinha. Na fechadura. Aí é chaveiro. Está ali no chaveiro da Barra Funda, de tudo que é lado, para abrir as portas. Qual é a reclamação? É que eu estava usando do Sr. Abdala, do Sr. Jacó a energia, e ele ficou bravo comigo e cortou. Então, eu vou deixar ele abrir a loja. É demais. Quer dizer, não é da Prefeitura, é coisa de Polícia isso.

R – Concordamos com o senhor, Vereador, e apelando, ao seu lado, empresário, um local que tem 400 mil pessoas circulando e comprando por dia, não precisa ter trabalho informal. Todos eles conseguem se regularizar e trabalhar de forma legal.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Tem público, tem público, mas o que foi? Foi um vício, um vício constante, que não é de hoje, não é hoje. Isso vem há muitos anos. Foram, foram, foram e tomaram conta. Fizeram uma operação muitos anos atrás no Largo da Concórdia e aí ajudou. Depois foi em crescendo, crescendo e não para mais. É isso aí. Mas, vou pedir para os senhores também, se puderem ajudar, estamos com muitas áreas que poderiam ser aproveitadas. Acho que podemos, dentro de uma área que tiver na região – não vamos divulgar aqui, se não é loucura -, mas eu mesmo tenho, já estou fazendo levantamento, várias áreas, inclusive, que estão nas mãos da Secretaria de Transportes e nós vamos fazer um modelo. Esse modelo, eu preciso da colaboração dos meus Pares, do meu Presidente, de todos os Vereadores aqui, mas vamos sair à frente com esse modelo. E vamos usar o projeto depois que está bem



completo do nobre Vereador Alessandro Guedes. Ele já anunciou que gostaria que todos entrassem no mesmo projeto. Depois nós apresentamos.

Então, Sr. Presidente, por favor pode fazer a suspensão dos trabalhos para dar início à sessão da Comissão de Transportes, Política e Atividade Econômica e, depois, voltamos a fazer, pelo menos, mais 4 perguntas e vamos combinar de ir se falando e tentar o planejamento para ver o que é melhor.

Acho que vocês, é lógico, humildemente, estão falando em 24 pessoas, mas eu sinceramente vou iniciar junto com meus colegas uma reparação, que essa Subprefeitura não tem condição de ter 24 pessoas. No mínimo, 80, não sei como. “Ah, vai dar melindre, porque não sei quem quer”, não sei, vamos ver onde estão os focos maiores.

Presidente, está suspensa a sessão por 15 minutos. Estão suspensos os trabalhos da Subcomissão.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Adilson Amadeu.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Retomando, então, os trabalhos da Subcomissão, dou a palavra ao Vereador Alessandro Guedes. V.Exa. tem as perguntas? (Pausa) Eu também tenho mais umas duas perguntas.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Como os senhores viram, aprovamos, aqui, requerimentos de diversas Prefeituras Regionais, nos quais várias das perguntas feitas aos senhores, hoje, voltarão a ser feitas para os próximos gestores.



Queria entender: quando há a apreensão de uma mercadoria, e ela é destinada para destruição ou, de repente, o dono dela desiste de buscá-la e ela fica abandonada no galpão, isso é administrado e de responsabilidade de cada Prefeitura Regional oferecer o destino, tanto da destruição, quanto da eventual doação – não sei o que é feito -, ou não, ou a Prefeitura Regional, ou a Coordenadoria Geral, a Secretaria e Prefeituras Regionais, são responsáveis pelo que acontece na Cidade nesse sentido.

O SR. _____ - Não, Vereador, cada Prefeitura destina a sua apreensão. Muitas das mercadorias não podem ser doadas, as que são doadas ou nós fazemos um trabalho com a Secretaria de Assistência, ou, no caso, de doação para entidade, a entidade é obrigatório ter o Comas. O Cebas não é possível para se credenciar para doação. Só o Comas. Então quando são feitos editais de chamamento público para doação, são só para entidades possuidoras de Comas.

P – O Vereador Adilson Amadeu disse da importância de vocês apontarem áreas onde poderiam ser criados esses bolsões que foram mencionados aqui, como sugestão do relatório final desta Subcomissão, é importante que vocês digam, somos conhecedores do território, mas vocês também são. E dizer que alguns desses requerimentos que farei e aprovarei, aqui na Subcomissão, na próxima reunião, solicitando apreensões, destinos, qual a doação, numeração, estimativa de abandono da mercadoria que a pessoa não foi buscar, esse tipo de coisa, quais são as mercadorias destruídas, para que tomemos conhecimento maior e possamos construir aqui, ao final, um relatório adequado para contribuir.

R – Todos os questionamentos serão respondidos de pronto por essa Prefeitura.

P – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Por gentileza, então, conforme tinha anunciado, foi matéria de Globo e tudo, não sei se dá para ver, por favor, vamos lá.

- Apresentação de audiovisual.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Essa é uma das reportagens sobre o que acontece, tem várias, e é caso de Polícia, mesmo, não tem como. Mas nós vamos fazendo o trabalho e vamos acrescentando as ideias e todas as dificuldades que as Subprefeituras têm, para juntar então.

Estou terminando, Sr. Presidente da Comissão. Vereador Alessandro Guedes tem mais alguma perguntas? (Pausa)

A última grande operação que foi feita, Belintani, quando foi?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. BELINTANI – Novembro. Com Polícia Federal, uma dessas grandes.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Novembro de 2017?

R – Isso.

P – E a grosso modo, como foi? Vocês foram em várias ruas ou foi no depósito de tênis?

R – Não. Você quer falar?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Com a palavra, Sr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO – Maurício, Chefe de Gabinete. Essa operação foi de cigarros, onde apreendemos quase 1 milhão de maços de cigarros. A operação de tênis foi feita um pouco antes. E todos os produtos apreendidos foram encaminhados para o depósito da Polícia Federal, porque, quando fazemos operação em conjunto com a Polícia Federal, ele ficam com a mercadoria apreendida no depósito deles; e eles utilizam a parte de ensacamento e recolhimento dos produtos com ele.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – De cigarro, vocês fizeram onde? Ali, do lado viaduto? Foi crônico?

O SR. MAURÍCIO MARTINS – Na Rangel.

P – E do tênis foi onde? Na Barão de Ladário?

R – Não, foi na Silvio Penteado; foram fechadas 13 lojas.

P – Então, na rua, operação igual a essa vocês não fizeram?

R – Operação igual a essa nós dependemos da constância da Operação Delegada, que (Ininteligível) todos os dias.

P – Sem condições. Não pode nem se expor. Não dá. Chegar lá e falar: “Olha, essa rua aqui... Hoje, vocês não vão trabalhar”, só com o Exército.

R – Nós fizemos uma de madrugada de liberação da Barão de Ladário, que, no ano passado, não passava mais ônibus ali, que estava completamente ocupada; e nós fizemos uma operação em conjunto com a Guarda Civil Metropolitana e a CET, na Barão de Ladário, para liberação, inclusive com a proibição de estacionamento de veículos dos dois lados.

P – Muito bem.

Bom, as sugestões vocês até anteciparam. E a gente está incrementando, Paulo Celso, Bellintani, o Alexandre, o Maurício. Eu não sei se alguns colegas têm mais perguntas a fazer. Mas nós vamos seguir uma linha, e vocês, que conhecem tudo, vão falando, e, no final, eu farei questão que vocês todos juntos, com o Prefeito da Cidade, falar “Olha, está aqui a radiografia”. Trabalhamos 90, 120 dias. E agora? Vamos fazer de que maneira?

R – Como foi dita a essa comissão, todos os questionamentos serão respondidos de pronto por parte da subprefeitura.

P – Muito bom. Senhoras, colegas Vereadores, alguma pergunta?

O SR. SENIVAL MOURA – Presidente, eu queria entender por que deixa chegar a essa ponto? Por que não combate isso no início, quando tem três, quatro, lá? Esperam chegar, encher tudo, virar um mar de vendedores ambulantes, para depois tomar providência. Não poderia tomar providência antes de chegar a esse ponto?

O SR. MAURÍCIO MARTINS – Vereador, eu entendo a sua pergunta, mas a matéria que foi colocada por parte da Globo se refere a datas festivas do Natal. Hoje, por exemplo, não é, de forma alguma, o cenário existente na região. Então nós temos um trabalho contínuo de combate a esse trabalho, principalmente o trabalho ilegal, com mercadorias ilegais, piratas, que fazem mal à população. Mas quando vai se aproximando da época de Natal, existe um acréscimo muito grande de pessoas que vão até a rua tentar a sorte, tanto que nós temos uma apreensão muito grande nessas proximidades de festividades; as apreensões não são tão grandes em outras datas. E nós nos permitimos fazer outras operações de apreensão, como antes de o senhor chegar,



como mesa e cadeira e outros tipos de mercadorias. Então tudo isso depende... E esta comissão vai nos fazer um grande favor em nos dar voz, para que possamos aumentar a Operação Delegada, quando ela deve ser aumentada, e muito, para que possamos combater mais essa linha.

E é um apelo dessa prefeitura a essa comissão, não somente à subcomissão, como também à Comissão de Turismo e Transporte também, para que possamos dar voz a que as pessoas não comprem de ambulantes e comprem de locais legalizados. O preço da mercadoria dos ambulantes é exatamente o mesmo preço das lojas, e as lojas pagam imposto. Nós precisamos incentivar essas pessoas que trabalham, que recolhem imposto e que têm uma linha formal a melhorarem e aumentarem em grande parte o interesse e a parte de evolução da região.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nobre Presidente, permita-me, dentro da fala do Maurício e a sua pergunta.

É mais ou menos assim, já vem há algum tempo, e o crescimento na rua é diário.

Por exemplo, na época de setembro em diante, cada senhor que tem uma barraca traz mais quatro da família para trabalhar. Então é rotina, e vai que vai. Com o novo modelo do Circuito das Compras, muitos que estavam ali foram para a rua. Aliás, já tinham alugado espaço na rua. Muitos comerciantes que vocês não falaram, mas que no passado você já me falou – Maurício, todos vocês –, o comércio, em si, que eu vou identificar – eu já tenho uma lista boa que eu vou passar para os meus colegas –, o comércio, o senhor da Rua Oriente número tal, na frente da loja dele tem a barraca dele. Na Barão de Ladário, muitos comerciantes têm. Então a pergunta para eles vai ser mais ou menos assim: “Você quer a sua loja aberta ou quer a barraquinha irregular?” É isso.



Sabe o que acontece? A gente conhece muito de tudo isso. É por isso que a gente está falando para os senhores; dei ideia, vamos fazer juntos, e tal. Jamais, e eu sei que nem passa pela cabeça de vocês, Paulo Celso, querido, Cascalho, que vocês estariam escondendo alguma coisa. Muito pelo contrário; vocês já foram antecipando. Vocês falaram de algo que está acontecendo, que vocês vão fazer essa operação hoje, e, logicamente, já estão esperando os senhores, que é do metrô. Todo dia, uma novidade. Hoje, um senhor quer trazer um material aqui das rodoviárias clandestinas que existem na nossa região, Presidente – o senhor, que conhece um pouquinho disso; só um pouquinho –, e está aqui dentro da nossa comissão. E eu vou pôr. A pessoa vai me dar todos os dados e nós vamos fazer uma ação conjunta. Quer dizer, o cidadão vai lá, ele compra, para a Bahia, uma passagem por 80 reais, quando o normal são 400, ou 300, só que ele vai num ônibus com pneu careca e tudo isso daí. “O Município não tem que ver isso?” Não, está dentro da nossa região. Vamos ver. Então todo dia é uma novidade; cresce todos os dias. É uma loucura.

O SR. MAURÍCIO MARTINS – E nós queremos, em nome da Prefeitura Regional da Mooca, parabenizar a comissão, e esta Casa, por ter trazido isso à tona num período em que é possível de se controlar e de se ter alternativas e formatos ainda para este ano, quando vai apertar ainda mais o volume da região. Ela migra muito de local. A gente tem que ter esse trabalho de acompanhar essa migração. Mas nós gostaríamos de dar os parabéns pela iniciativa, e eu acho que isso daí deve ajudar, e muito, todo o nosso trabalho na Prefeitura Regional da Mooca.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Olha, terminando, Mosenhor Andrade com a Elisa Witacker. Montou-se, desde a semana passada, uma confecção que trabalha fazendo bandeira do Brasil, camiseta



do Brasil e bandeirinha. Lá mesmo se costura, se corta e se faz. Quer dizer, o pessoal é inteligente. Mas ele pode trabalhar de uma maneira regular. E está vendendo que nem água. São novidades gigantes que aparecem. Presidente, São Paulo, Brasil, é uma coisa louca.

Se os senhores não tiverem nenhuma pergunta, eu agradeço a presença de vocês – Paulo, o Bellintani, Alessandro e Maurício. E nada havendo mais a ser tratado, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

- Encerrada a reunião da Subcomissão.

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE
ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

PRESIDENTE: ADILSON AMADEU

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 06 DE JUNHO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente, declaro abertos os trabalhos da terceira reunião ordinária da Subcomissão de Estudos do Comércio Ambulante na Cidade de São Paulo – Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia –, convocada para hoje, dia 6 de junho de 2018.

Presentes os Vereadores Adilson Amadeu e nobre Vereador George Hato.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Passemos aos itens da pauta.

Em atenção ao Requerimento nº 07/18, de minha autoria, aprovado na reunião ordinária de 16/5/18, foram convidados para essa reunião o Sr. Carlos Eduardo Batista Fernandes, Prefeito Regional da Lapa, e o Sr. José Antonio Cipolla da Silva, Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Regional da Lapa.



Srs. Carlos e Cipolla, apesar de S.Sas. conhecerem tudo sobre subprefeituras, ainda mais da região Oeste, que conhecem como a palma da mão, temos recebido denúncias e visto reportagens da imprensa crucificando a Prefeitura Regional por não tomar providências. Mas além de o número de agentes ser muito pequeno, há dificuldade na área a ser administrada.

Tenho algumas perguntas básicas a fazer tanto para o Carlos como para o Cipolla. A última informação que saiu na imprensa foi no dia 3 de junho, no jornal O Estado de S.Paulo, de que camelôs voltaram com força. Se eles voltaram com força, é o caso de tanto a Polícia Militar como a Guarda Civil Metropolitana intervir, e vamos chamá-los aqui para falar. Mas logicamente os senhores devem ter visto essa matéria nos jornais.

Sr. Carlos, como profundo conhecedor que é das áreas da Cidade e hoje à frente de uma subprefeitura tão grandiosa como a da Lapa, o senhor entende que isso realmente está acontecendo, que os ambulantes estão usando os espaços públicos?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – Nobres Vereadores Adilson Amadeu e George Hato, isso existe, primeiramente, pela crise social, que cria um polo gerador de mais camelôs. Comecei a ler a matéria, a Operação Delegada do Governo Gilberto Kassab que tinha um padrão para isso, e foi naquela época em que implantamos a Operação Delegada na Rua Doze de Outubro e no metrô Barra Funda, que ainda continua, apesar de ter diminuído de tamanho em relação ao que era antes. Aumentou-se a demanda – porque, naquela época, a atividade econômica era muito mais forte e havia menos demanda de pessoas indo para a rua – e, ao mesmo tempo, a Operação Delegada diminuiu de tamanho. Inclusive ontem, na reunião dos Prefeitos Regionais com a Guarda Civil



Metropolitana, o Coronel Zé Roberto esteve lá e falou de um projeto aqui da Câmara de readequação da Operação Delegada, que é determinada hoje pelas ruas, ou seja, só se pode atuar em determinadas ruas, não podendo sair delas. Se o comércio virar a quadra, a Operação Delegada já não poderá mais atuar.

A discussão é um pouco sobre ser regional. Essa é uma iniciativa importante para que possamos ter esse instrumento de polícia, o poder de polícia para poder coibir. Se de um lado há a discussão da diminuição da Operação Delegada e suas funções, do outro há o aumento da demanda de mais pessoas nas ruas tentando ganhar a vida e sobreviver. Com a diminuição da Operação Delegada, que seria a autoridade, e as aposentadorias de fiscais da Prefeitura, não conseguimos abranger o que é necessário para fiscalizar os ambulantes.

Na Rua Doze de Outubro, num de seus eixos, nós temos um controle. Há um pouco de abuso em relação ao tamanho das barracas, etc, coisas em que sempre estamos em cima, em que o irregular é muito pouco e entra só na oportunidade da fiscalização. No túnel da Rua Doze de Outubro é aquilo: limpamos e eles vêm atrás e já ocupam. É uma logística e um problema muito sério de demanda de trabalho que a Cidade enfrenta. Além disso, ali é um centro comercial onde fica o maior mercado municipal da Cidade, o pelo Mercado da Lapa passam cerca de seis, sete mil pessoas por dia, o que gera todo um comércio. Por isso, a nossa preocupação é o trabalho.

Mas lá não há somente esse comércio ambulante, temos também atividades e entretenimento da região, com o Villa Country, aqueles 1.500 metros na Avenida Francisco Matarazzo, frequentado por seis a sete mil pessoas por noite; com o Allianz Parque, frequentado por 30



a 40 mil pessoas por eventos de shows ou jogos do Palmeiras; com a Audio, uma danceteria frequentada por cerca de três mil pessoas, e com o Espaço das Américas, na frente do metrô, frequentado por cerca de oito mil pessoas, um centro de entretenimento de 1.500 metros que funciona à noite e para o qual é necessário ter uma equipe para coibir, porque a Lapa não funciona só no período comercial, das 8 às 18h, mas também no noturno. Além disso, há as faculdades, que também atraem comércio para perto: a Uninove, frequentada por 30 mil alunos; as duas UNIPs – a da Marquês de São Vicente molesta menos, porque está numa área que não é residencial, tem muita indústria e, portanto, há menos reclamação.

Por isso, precisamos ter uma solução, dar um encaminhamento, tanto no sentido de deixar as pessoas trabalharem, terem direito ao trabalho, como no da manutenção da ordem do espaço público, já que eles ocupam todo o espaço público.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Carlos, uma pergunta. Hoje quantas equipes vocês têm para fiscalizar?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – De rapa, eu tenho três equipes. Eu tinha duas e agora eu abri mais uma por causa da Copa do Mundo. Então, são três equipes, que trabalham oito horas por dia. Se há um jogo que termina à meia-noite, a equipe não consegue chegar, porque depois não tem como voltar para casa. Por isso, eles terminam um pouquinho antes. Uma equipe, portanto, já é descartada para esse evento. Daí a necessidade de se ter duas a três equipes nos jogos. Por isso, precisamos pensar na mudança da forma de fiscalização e na forma como as pessoas vão trabalhar. Senão teria que ter muitas e muitas equipes, o que é insustentável do ponto de vista operacional. Temos que pensar em espaços públicos e em áreas, no conceito de centros de



comércios para ambulantes por área, fazer parcerias para a cessão de espaços para que possamos alocar centros de ambulantes, de vendas que funcionem. Eles têm um pouco de resistência, porque saem da rua e vão para um local fechado, mas funciona; todo lugar que eu conheço, em outras cidades, onde se fez isso, houve resistência de saírem da rua e irem para um centro comercial específico para eles, mas depois a população foi também.

O SR. GEORGE HATO – E onde seria esse espaço público na Lapa? Há alguma ideia de lugar?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – Lá nós temos muita dificuldade de espaço público; não temos muitos espaços públicos. Temos praças, mas não temos espaços na área central. Temos que achar. Há galpões mais vazios que podem ser custeados, porque os aluguéis baratearam muito. Por isso, acho que há viabilidade para se fazer um bom acordo comercial.

Outro aspecto é começarmos a usar um pouco a tecnologia, porque TPU de papel, não dá. Comecei lá um trabalho de fazer o georreferenciamento com os TPUs. Não vou apresentar aqui porque não está consolidada, mas peguei o endereço de todas e já lancei no georreferenciamento. Pelo menos saberemos onde está a barraca e quem é a pessoa. Isto seria uma forma muito fácil de fiscalizar: teríamos o prontuário da pessoa, que chega, joga no tablete, olha e, se não for... É necessário, portanto, pôr um pouco de tecnologia no georreferenciamento a fim de situar as pessoas. Eu tenho isso como um projeto no qual tenho trabalhado, mas não apresento porque ainda é preciso fidelizar a informação, porque ainda é papel, é pasta, tanto a cessão como os controles de emissão de guia de pagamento. Por exemplo: “fulano de tal”,



“TPU número tal”, todo o prontuário, tudo em papel. Isso é difícil de lembrar. Agora, imaginem um sistema em que se consegue enxergar os TPUs de ambulantes, dos food trucks, as TPUs de mesas e cadeiras e as TPUs de bancas de jornal, tudo georreferenciado. A ideia que eu tenho é de fazer uma plataforma onde só de clicar para ver, por exemplo, bancas de jornal, para aparecer a foto do Google, a do sujeito, a do TPU, se está em atraso ou não – e as pessoas poderão identificar e reclamar. É um sistema que estamos desenvolvendo ao conversar com a Secretaria de Prefeituras Regionais. Lá atrás, o Lepique e o Modonesi estavam discutindo isso, inclusive uma nova forma de trabalhar a questão dos food trucks, comidas de rua, que também é um problema grave que se colocou aleatoriamente, e vamos ter que fazer uma revisão dentro da lei, porque há coisas fora do contexto.

O SR. GEORGE HATO – Esses TPUs de ambulantes, o senhor chegou a emitir algum nesta gestão?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – Não, está tudo suspenso; está suspenso desde 2010.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Desde 2009.

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – Isso, desde 2009. Desde que iniciamos a gestão, não houve nenhuma emissão de TPU. Mas é TPU em papel! Então, é um negócio factível a qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nesta Subcomissão, temos falado com a Secretaria das Subprefeituras, com o Penido, e também, na semana passada, falei com o Lepique. Também temos conversado com o Sr. Prefeito sobre a ideia de colaborar juntamente com



os Prefeitos Regionais para que eles possam desenvolver ideias, como é o seu caso. O que percebemos é que desde 2009 não é emitido um TPU, mas estão invadindo as calçadas e outros espaços públicos. Aí, claro, mesmo que vocês coloquem 20 equipes, elas não serão suficientes. Além disso, o espaço, a área que você deve fiscalizar lá é muito grande e onde acontecem eventos sem parar, toda a semana tem, não para, não passa em branco uma semana, então, há um esgotamento até como fiscalizar. Essa parte da tecnologia, que a gente tem de debruçar em cima disso, porque quando vem agora o orçamento para que vocês recebam uma verba a gente precisa começar a ver um pouco da fiscalização e a parte da tecnologia. Porque é o que você falou, você vai até a barraca “a” a foto não vai bater, ou coisa parecida. Precisa ter uma coisa mais forte. Estamos partindo dessa subcomissão junto com os senhores que conhecem tudo de cada região para que deem uma ideia para que depois a gente faça uma mesa redonda com o Secretário das Subprefeituras, levar para o Prefeito também as sugestões as mais claras possíveis para que a gente possa fazer as adequações e por ordem na casa. A região de vocês não está tão suave, mas a região Brás/Pari/Canindé está horrível.

Hoje há 20 mil pessoas que começam no período do meio-dia até às 6h. Já invadiram calçadas. Da semana passada para esta na Av. Vautier você não pode transitar de carro da meia-noite às 6h. Fizeram a ocupação do espaço da Av. Vautier todinha. Tem o Hospital Fratura do Pari, que é pequeno, é na esquina da Vautier.

Na Lapa vocês tem o número de quantas pessoas trabalham no comércio?

O SR. _____ – Nós temos alguns números por volta de...



O SR. _____ – Lá temos um contingente bastante elevado de ambulantes. A origem é que foi diminuindo a operação delegada enquanto os ambulantes foram crescendo. Exatamente em função daquilo que todo mundo sabe, que ocorreu devido a situação de crise por que atravessa o nosso país. Crise que nos afetou economicamente, não só o país como gerou um número de desempregados, que até por sobrevivência própria procura um lugar para não sair na rua matando ou roubando e vai tentar ganhar um dinheiro digno para levar o pão de cada dia para a sua casa. Na realidade o que está acontecendo é isso.

Acho que temos leis meio engessadas. Temos um problema da operação delegada, que é feita a pé com o policial militar. Há pouco tempo testamos no Alliance Park uma operação em que participaram motos porque você corre atrás do ambulante para pegar aqui e ele corre do outro lado. Então se você nesse percurso todo de fiscalização usasse moto é um tipo de transporte rápido e que faz com que a pessoa tenha muito mais dificuldade em sair de uma operação do que realmente você exercer uma fiscalização de fato. Se nós pudéssemos usar ou incorporar motos dentro da nossa fiscalização seria um modo mais tranquilo do que a pé.

Ele atravessa outro lado da rua, aí você vai do outro lado da rua, o cara vai e entra o outro cara que está do outro lado da rua, fica um negócio incontrolável. É muito difícil realmente porque as turmas têm turnos, então, se você descobre o pé, cobre a cabeça, se cobre a cabeça descobre o pé então estamos na realidade num trabalho incessante e difícil de ser levado por causa desses pontos que estou esclarecendo. Se pudesse verificar e dar uma nova roupagem talvez, ou verificarmos os pontos mais críticos que existem nessa lei, acho que seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Registro a presença do Vereador Alessandro Guedes.

O SR. _____ – Nós devemos ter lá mais ou menos 470 a 600 ambulantes. TPUs nós temos 160 regularizados porque TPU vence de três em três meses. A cada três meses você emite uma guia, ele vai ao banco, recolhe, então tem a permissão para trabalhar no trimestre e nós temos alguns TPUs regularizados outros em regularização, com guias emitidas aguardando pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Tem a palavra o Sr. Carlos Fernandes.

O SR. CARLOS FERNANDES – De comida de rua food trucks são 206.

P – Eles estão instalados onde?

R – Na região toda, os regulares. E tem os irregulares. Quero fazer uma sugestão do ponto de vista de eventos. Isso vale para a cidade toda e cada vez mais vai ter. Quando você tem um jogo de futebol a PM é remunerada para fazer a segurança? A CET é remunerada para fazer a sinalização ou o desvio? E a prefeitura não é remunerada quando tem de por as equipes. Não há forma legal que possamos cobrar. Você tem um recolhimento de taxa de lixo, por gerar, por evento, mas essa fiscalização não tem e tenho que por equipe que já não tenho muito recurso e não consigo recursos da prefeitura para um evento privado e estou falando porque tenho isso a cada quinze dia e tenho que por dinheiro por mim...se um projeto pode evoluir para um diálogo em que paguem ou façam essa ação e nós fazemos a gestão, o gerenciamento, eles podem ter o (palavra ininteligível) o que nós contratamos de equipe, ele podem sob a nossa



gestão, uma coisa que possa ser compartilhada com os setores de entretenimento. Isso vai dar aqui, no Palmeiras, na Vila Olímpia. São coisas que acho que são importantes a gente incluir nesse processo.

Eventos. Para a gente pensar em fazer o seguinte: tem de ser cobrado, a CET cobra.

P – Sem dúvida alguma, quando estamos aqui chamando todos vocês é exatamente para que vocês contribuam dando ideia e logicamente vai precisar sair um projeto aqui, a gente vai correr atrás, pegar a assinatura de todos os colegas Vereadores que em todas as áreas de São Paulo a gente vê a necessidade que a Guarda Civil Metropolitana podia também fazer um trabalho um pouquinho maior do que está fazendo, mas a dificuldade... a subprefeitura sem verba para fazer algum avanço na fiscalização. Isso daí a gente vai...você tem alguma pergunta a fazer?

O SR. GEORGE HATO – Sobre o TPU, qual é o valor cobrado, a taxa do TPU?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – Olha, é uma conta,... Dá um número... A conta é o seguinte: é o metro quadrado do valor venal vezes o metro doDoze. Eu vou dar um número aqui. Você tem um valor aí? Eu vou pegar uma ou duas, só para você ter uma... Aquela que tem valores... Essa aqui... (Pausa) Ah, só está pago, não tem valor. Espera um pouquinho, eu acho que eu tenho aqui.

- Manifestações longe do microfone.

R – Acho que 200, 300 reais.

P – A cada 3 meses?



R – É por trimestre, é uma coisa que não... Banca de jornal dá por ano 500, 600 reais. É um calculozinho que você faz: metro quadrado, ocupação, tá? Depois eu posso mandar para vocês esse sisteminha que até montei lá para fazer esse cálculo automático, para não ficar empírico. Porque outras coisas que nós temos, como não tem controle, não tinha controle, hoje nós levamos para outro setor, é emissão e pasta. Então, o número, você não consegue.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Carlos, eu acho que o direito adquirido, quem já tem o TPU, tem o seu espaço... A pessoa tem lá na Doze de Outubro a banca dela há muitos anos, está lá com o TPU... É lógico, precisa fiscalizar para ver se é a mesma pessoa, se ela já passou para a quatro ou cinco...

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Isso acontece demais, a gente sabe como é. Mas acho que a tecnologia é que vai chegar perto para ver realmente. O teu agente vai lá com o tablet e vai ver: lá está o João Antonio, e acabou.

O que vocês pensam, por exemplo... Os que têm TPU, eles estão lá, vamos falar em direito adquirido, está o.k.. Aí, 80% invadiram as calçadas e estão usando espaço, e vão ao “Deus dará”, e precisa realmente, a situação do País está difícil; mas, se bobearmos, acredito que estamos pior do que o Paraguai. Eu, na minha maneira de ver. Aí, eles não querem ir para espaços fechados. Por exemplo, na Lapa, se a gente pegasse uma das ruas e fizesse lá um fechado da rua para fazer o comércio, para ficar uma fiscalização melhor, minha pergunta é a seguinte: os que têm TPU, eles já tinham lugar lá, estão o.k., aí é confirmar mesmo as pessoas; os outros que invadiram, dentro de um projeto que a gente vai



levar avante, muitas ideias vão acontecer... Até o Lepique me falou: “Olha, vamos formar uma Frente Parlamentar?”. Eu disse que já estamos com a Subcomissão. O que podemos juntar é um Comitê, um Conselho de Subprefeituras e a Secretaria das Subprefeituras e mais o Gabinete do Prefeito, nos reunirmos de 15 em 15 dias e irmos levando as informações. Aí, todos têm boas informações para dar, e faríamos andar.

Também podemos ver, dentro de tudo isso, um projeto de lei, que vinha até do Executivo. Não precisa vir do Adilson Amadeu, do George Hato, do Alessandro Guedes. Tem o projeto do Alessandro, que a gente pode aproveitar, e muito; mas aí a gente leva ao Executivo, junta mais situações importantes para colocar nele. Porque, aí, vem de lá para cá, e eu não tenho dúvidas de que não vai passar. Vai passar porque todos os colegas Vereadores falam sobre isso.

Mas esses que não estão hoje registrados, seria uma forma de eles primeiro serem cadastrados, que é uma ideia sobre a qual temos falado, bem como vocês também. Cadastrar, muito bem. Depois, se eles vão para um galpão fechado ou se eles vão para duas ou três ruas, eles vão ter que se adaptar. Porque eu quero? Não, eles vão ter que adaptar. Estão tendo a oportunidade de, quando cadastrar, até dizer: “Eu sou o João Antonio, vendo bombom” ou “vendo boné e estou nesse espaço, no número tal há 10 anos ou há 5 anos”. Não é que ele tenha o direito adquirido, mas ele já está naquele ambiente dele. Agora, organizado, a gente consegue por ordem na casa.

O que eu vejo é que, a cada dia que passa, está sem controle nenhum. Mesmo com a Operação Delegada. Vocês vejam um fato curioso que você me passou, que é real. Por exemplo, a Operação Delegada no Brás estava em quatro ruas. Aí, quando apertava na Monsenhor Andrade,



num pedaço da Oriente, Barão de Ladário e Miller, eles passavam para as outras de trás. Então, a Operação Delegada dizia assim: “Mas eu estou aqui nesse circuito da João Teodoro para a Rua Oriente, eu não posso sair da João Teodoro para ir para a Tiers, para o lado da Santo Antônio do Pari”. Quer dizer, é uma pegadinha boba, mas acontece.

E quando há também o rapa? Eu vejo, eu tenho fé nisso: bem organizado, o negócio fica melhor. Por exemplo, há um descaso que vem acontece e vou colocar aqui, e é até bom por causa das notas taquigráficas, que é sobre o Estádio da Portuguesa. Lutamos muito aqui na Câmara Municipal para que passasse um projeto para que fosse qualificada aquela área que não era deles, mas do Município, para eles pagarem. Eles agora estão tentando arrendar a área da Portuguesa e mais as ruas laterais do Canindé para uma feira da madrugada. Hoje mesmo eu recebi denúncias, estou com filme e tudo mais. Falei já com o pessoal da Mooca, falei com o Penido, e eles insistem que é assim. Quer dizer: mexe com o polo gerador; e como faz uma subprefeitura que não tem verba, não tem nada, não tem nada para fazer? Vocês são minguados. Porque o bom seria que vocês tivessem uma verba para tudo o que vocês imaginam para fazer um bairro diferente, mas não conseguem.

Então, eu vejo assim: nós Vereadores aqui – eu, que estou presidindo esta Subcomissão, e o Vereador Alessandro Guedes, que tem um projeto superinteressante, no qual eu embarco, juntamente com as ideias que vêm de vocês, além do George Hato, que está também trabalhando bastante -, vamos levar avante para mostrarmos realmente que há solução. Só não há solução para o óbito: morreu, tem que enterrar. Mas há algumas coisas que as pessoas têm que entender: que eles vão trabalhar, mas dentro da legalidade, não ilegalmente. É por isso que vamos trazer aqui também a Associação de Marcas e Patentes, a Guarda Civil



Metropolitana, o Corpo de Bombeiros. Nessa ação, por exemplo, que estão tentando fazer na Portuguesa, estão levando 4,5 mil pessoas. Aliás, já venderam o espaço. As pessoas estão pagando, e não entregaram a mercadoria. “Você tem um espaço de 1,5 por 1,5, você tem que dar 1,3 mil reais e vai pagar 200 reais por semana de manutenção”, e não entregaram. E agora? Quer dizer: a culpa é da Prefeitura? Não, a culpa é de dirigentes que estão fazendo coisas não legais. Então, eu estou em cima disso.

Qual é a pergunta? Alessandro, George, mais alguma pergunta? (Pausa) Então, vou seguir. O galpão. Toda a mercadoria que vocês conseguem apreender, vocês têm um galpão de vocês lá na Lapa?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – Sim, nós temos lá, na área de obras nossa, nós temos um galpão dentro da própria Prefeitura, ali na Guaicurus, tem um pequeno, e outro galpão maior ao lado do Ponto Frio: atrás da Faculdade Rio Branco, nós temos um galpão onde nós apreendemos, lacramos. Apreensão de carros também.

P – Tá.

R – E damos o destino destruição, né. Bebidas e pirataria. Porque outro grande problema é a pirataria. A pessoa comercializar, tudo bem; agora, ele comercializar pirataria é crime, e é dinheiro do crime. Eu sempre falei, desde aquela época lá: com essa não tem pacto, porque esse dinheiro circula no crime. Não é na economia formal, é no crime. E tem que separar também essa questão de ambulante desse corte: o que é crime, não dá para absolver de jeito nenhum.

P – Cigarro também eles têm lá?

R – Cigarro agora diminuiu muito, mas ainda tem um pouco. Isso é crime, tem que ir atrás dos depósitos que distribuem isso nas regiões.

P – Nesses 6 meses, Carlos, você tem um volume que foi de apreensão?

R – Agora...

P – Mercadoria que realmente as pessoas vão vendendo e que quando são apreendidas, não vão buscar porque não têm nota, não têm procedência...

R – Eu posso dizer que como nós temos muito a questão de bebida por causa dos shows. Vou dizer que nós apreendemos cerveja, refrigerante, essas coisas por causa dos jogos.

Então, por semana, eu acho que nós apreendemos umas 500, 800 latas por semana de eventos.

P – Aí, é o rapa mesmo?

R – É o rapa mesmo, com a fiscalização e o rapa.

P – E vocês usam toda a estrutura da Prefeitura?

R – Da Prefeitura. Toda ela da Prefeitura. Nessa proposta de eventos, inclusive, a Guarda Civil também entra publicamente, porque ela não tem como cobrar também, viu? Porque ou a gente, para andar, tem que ter um policial junto, ou a PM ou a GCM. Isso tudo são custos que os eventos não cobrem.

P – A Militar tem a contribuição, que é feita da...

R – Do evento.

P – Do evento. Da operação?

R – Da operação do evento, eles cobrem qualquer show.

P – O Prefeito também tem porque ele cobra para fazer essa outra parte de estrutura, de sinalização. A Guarda Civil não tem nada de benefício.

R – Nenhum benefício. Nem nós, nem eles. A parte da Prefeitura está fora disso. Tem que ter uma legislação para que a gente possa cobrar para poder ter efetividade isso ou o modelo, tipo o que foi o Carnaval, que os promotores contratam as equipes e nós fazemos a gestão. Essa pode ser uma... A forma é de legislação, mas tem que ter a contrapartida de quem gera essa incomodidade.

P – Sem dúvida. Sem a condição, nenhuma subprefeitura conseguirá fazer mais do que vocês já estão fazendo e está crescendo o número dia a dia, não é? Acho que a análise de vocês ou alguém do rapa vai falar que todo dia está crescendo. No Brás, pelo menos, está crescendo oito pontos por dia a mais. E, a partir de agosto, começará a crescer 20 pontos a mais. Vocês vejam que estamos com um número de 20 mil pessoas da meia noite às seis da manhã no Brás, Pari, Canindé.

Na madrugada de ontem, na antiga Rua da Piscina, Bom Jardim e Araguaia pintaram as calçadas e me parece que são quase 90 pontos. O que são os 90 pontos? Eles vão lá, pintam a calçada, marcam o número e falam para você: “na Rua Araguaia o ponto 23 é seu, desde que você venha falar com a gente aqui” e assim vai. Temos gravação disso, as denúncias e tudo.

Agora, é duro combater isso, porque, por exemplo, a Mooca foi lá semana passada, lavou as calçadas e passou uma tinta. Depois de dois



dias, eles foram lá e pintaram tudo de novo. E agora vem essa história do Estádio da Portuguesa virar também uma feira. Quer dizer, demorou-se tanto para organizar um circuito de compras, que foi uma loucura, uma batalha e também numa CPI que eu presidi, e agora, logicamente, as pessoas se viram naquela boa vontade. Já tinham um espaço na rua e agora foram de vez para a rua no horário da meia noite às seis da manhã.

E pior, quero sempre registrar aqui, o que está acontecendo lá é o seguinte – não sei se acontece na Lapa, mas acredito que não –, quem usa o espaço da meia noite às seis da manhã usa também a energia das lojas e dos postes da AES Eletropaulo e na malvadeza eles colocam pregos nas fechaduras e as pessoas não conseguem abrir as portas. Acontecem muitos casos desses por dia.

Estamos querendo tomar as providências da melhor maneira. De sugestão, então, o cadastro – é uma sugestão que estamos perguntando e fazendo na comissão –, que seria ver realmente e rapidamente um sistema de tecnologia com a Prodam. Que as subprefeituras conseguissem isso, dentro do que você está desenvolvendo, Carlos, para cadastrar todos aqueles que estão na rua. Poderão dizer: “Ah, mas por que eu vou me cadastrar?” Você deve se cadastrar por dois motivos: um porque você terá de ser microempresário e ter CNPJ. O segundo motivo é uma alternativa que a gente dará porque você está usando o espaço público. E o terceiro motivo é pôr ordem na cidade de São Paulo.

O CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – Temos de ter um cadastro único.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – É. Agora, é difícil. É uma batalha gigante em que ninguém quer pôr a mão. Eu percebo que o

Governo uma hora começa a ajudar e uma hora fala que para. Eu, como Vereador, acredito nos meus colegas que estão ajudando nesse trabalho. Nós não vamos parar. Por mais dois anos e meio em que eu estarei aqui, vou enfrentar isso de qualquer maneira. Já estou sendo crucificado no início. Então, quero ir até o final, da minha maneira.

Perguntas? Tem a palavra o nobre Vereador Alessandro Guedes.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Primeiramente, cumprimento o Prefeito Regional da Lapa, Sr. Carlos Eduardo. Agradeço pelo serviço que vem sendo feito lá, na região. É um Prefeito que visita bairros carentes e trabalha para melhorar a vida das pessoas. Quero deixar este registro. Parabéns pelo trabalho. Cumprimento V.Exa., Sr. Presidente Adilson Amadeu, o Sr. Cipolla e o Vereador George Hato.

Sr. Presidente, este debate tem que ir até o fim com a mesma firmeza com que nós o iniciamos. Não tenha dúvida de que estaremos lado a lado para tentar encontrar uma solução, para, pelo menos, diminuir os problemas que a Cidade tem, nesse intuito. É inadmissível que um trabalhador honesto que recolhe os seus impostos em dia e gera empregos chegue à sua loja para abri-la e a sua fechadura esteja violada para que não o consiga fazer, enquanto alguém que não paga imposto continua utilizando a frente da loja da pessoa, como V.Exa. acabou de mencionar.

É um absurdo, também, ver tantos terrenos que poderiam estar sendo utilizados para essa finalidade de organizar os trabalhadores ambulantes – que, em sua grande parcela, são trabalhadores sérios e, por meio desse trabalho, buscam levar o sustento para dentro da família. É lógico que temos de identificar aqueles que trabalham com produtos irregulares, ilícitos, pirataria. Isso tem de ser identificado e combatido.



Queremos encontrar a solução para combater a pirataria, mas também queremos encontrar a solução para contribuir com aquele que quer se legalizar, seja por meio de TPU, seja por meio de uma espécie de camelódromo ou um terreno desses que a Prefeitura possa disponibilizar para essa finalidade.

Recentemente, eu também estive na Prefeitura da Casa Verde, conversando com o Prefeito Regional, e levei um problema como esse. Os ambulantes ocupavam uma calçada perto do posto de Saúde. Fugiu-me o nome da avenida, agora. Havia um terreno próximo ao posto, que estava vazio e era público. O Prefeito, juntamente conosco e com os ambulantes, entrou em um acordo para o terreno ser destinado àquilo provisoriamente, até que se encontrasse uma solução definitiva, já que a calçada era extremamente estreita. A partir do momento em que se montava uma barraquinha, empurrava-se o cidadão para a rua. Provisoriamente, encontraram uma saída, que era colocar aqueles trabalhadores ali, fiscalizando o que era vendido.

Então, é possível encontrar solução, sim. Cumprimento e parabênzo V.Exa., de novo, pela iniciativa. Eu tenho certeza de que, ao fim desta Subcomissão, poderemos apresentar um relatório importante para a Cidade, inclusive, com sugestões como a que trouxe aqui o Prefeito Carlos, referente ao recolhimento do imposto. A Prefeitura é a única nesse processo que vai trabalhar sem ter nenhum tipo de retorno, nem para os seus agentes, nem para o Município – o Erário, no caso. Então, ideias de projetos de lei como esta surgem. Para melhorar os projetos que temos, esse relatório vai poder apontar para a Cidade um caminho. Tenho certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muito bem, nobre Vereador Alessandro Guedes. O Vereador tem um projeto muito interessante, em que fala bastante de tudo que dá para colocar e organizar.

Dos TPUs que temos na Lapa, são 160. Correto?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – São 161. Até para exemplo, para colaborar, já, antecipadamente, para a Prefeitura – e eu sei que já estão fazendo os Srs. Carlos e Cipolla... Por exemplo, eles estão vindo e renovando trimestralmente o seu TPU. Esses, aí, teriam uma fórmula, se fosse o caso... Eu sei que você tem toda essa condição, mas também pediria auxílio. Falaria com o Sr. Penido. Falaria com o Prodam de, já, como modelo, todos eles fazerem a parte de tecnologia, a fotografia dessas pessoas todas, até para uma fiscalização. Para vocês já começaria a facilitar. Os 161 seriam o quê? Que todos soubessem que agora, na renovação, eles já vão ser fotografados e tal, para ficar no sistema.

Aí, eu acho que a Lapa já sairia na frente. Eu gostaria disso. Eu sei que você tem livre acesso a todos os setores da Prefeitura, pelo trabalho que exerce. Eu o parabeno sempre, mas vejo que precisamos começar a fazer modelos pequenos, que, no final, vão ter um contorno muito grande. Por exemplo, no caso de vocês, não é muito. São 161 TPUs. Eu acho que, na renovação, já, todos podiam ser identificados de alguma maneira.

Por exemplo, na hora em que sair a fiscalização na rua, vai chegar lá, na rua – citando, de novo, 12 de outubro... A pessoa daquele TPU não está no período da manhã. Ela não está no período da tarde. Isso foi em uma segunda-feira. Na sexta-feira, ela também não está. Tem



alguma coisa. Tem de tomar uma advertência. Alguma coisa está acontecendo. Eu acho que eles não iam reclamar. Veriam que a ordem está acontecendo. Aí, vamos por etapas.

Se você puder pensar, já que já está em um processo à frente, vamos acelerando com o Secretário, com o Governo. Hoje mesmo, S.Exa. adiou. Não vai estar aqui, mas eu ia aproveitar a visita do Sr. Bruno Covas para falar do trabalho que estamos cada vez mais adiantando em benefício da Cidade.

Ninguém está querendo que a pessoa pegue a sua trouxa e vá embora. A pergunta, também, dentro disso... Vocês, hoje, nada contra, mas... Eu estou citando, porque, na região, voltando ao Brás, ao Pari e ao Canindé, hoje mudou. Era boliviano. Eram, logicamente, as pessoas que já estão lá há muito tempo e agora veio o pessoal, os africanos e tal. Eu não sei, angolanos... Vocês também estão com uma leva grande desse público, lá?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – Esse público não é muito significativo. O que nós temos já é muito estabilizado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – É aquele da antiga, mesmo, que está passando por algum...?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – Da antiga. Coisas novas e muitos novos... Muito na questão de comida... Os cafezinhos de manhãzinha... Certo? Esse é o perfil que mudou um pouco. Muito de refeição... Esse é um ataque muito forte. Esses angolanos, muito pouco... Não é perceptível, assim, no andar.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – De food trucks, então, nós temos quantos, hoje, lá?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – São 206.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – São 206. Eles estão diariamente trabalhando – ou só em eventos?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – Não, é diariamente, porque a característica de food trucks, aqui, não é... Um pouco na 12, nessa região, mas... É principalmente em torno de faculdades, em torno de grandes centros, como o Terminal Barra Funda. Já sai um pouco do eixo comercial, de mercadorias. Tem um pouco ali, mas eles circulam do lado de baixo, na parte do outro lado da Lapa e, principalmente, em faculdades e eixos comerciais mais espalhados. Porém, é um transtorno isso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quero registrar a presença do nobre Vereador Reginaldo Tripoli, morrendo de saudades. Há mais de 21 dias eu não vejo S.Exa., devido aos trabalhos fora do País que está fazendo com os animais.

Eu acho, Sr. Carlos, que a parte de Perdizes e Lapa, ali, é sua, não é?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Há muitos pedidos do Vereador Reginaldo Tripoli?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – Muitos, muitos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muitos? Muito bem.

O SR. REGINALDO TRIPOLI – Carlão, mentiroso! Eu nunca pedi nada.

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu só queria registrar, porque não havia dúvida. S.Exa. já pediu quantos hospitais para os cachorrinhos?

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – É a questão das praças e, na Sumaré, está sempre atento a isso. Estamos iniciando a reforma da praça, na Popovic.

O SR. REGINALDO TRIPOLI – A praça que meu irmão criou quando a mãe da Ana Maria morreu atropelada ali. Nasci e cresci na área, o Carlão, desde a primeira passagem, eu era garoto, sempre foi atencioso com todos. Parabéns pelo seu trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não podia deixar de registrar.

O SR. CARLOS EDUARDO – São esses que temos de cobrar os eventos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Dá um trabalho, a Leila deve vir um dia desses, vamos falar sobre isso.

O SR. REGINALDO TRIPOLI – Nessa gestão pode cobrar, porque estão fazendo tudo errado. Cobra mesmo.

O SR. CARLOS EDUARDO – Pede para ela adotar a Avenida Sumaré, a manutenção da Avenida Sumaré. É o cartão postal do Aliance.



O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Carlos, vai ter de conversar. A ideia do TPU, tem a parte administrativa para ver, pode ser do food truck, o que vocês têm em mãos, tem o local tal.

O SR. CARLOS EDUARDO – Essa questão da informática é fundamental e um cadastro único. Não dá para ficar em papel e dividir. A informática permite centralizar em nuvem e facilita a vida de todo mundo e dá transparência porque todas essas questões a gente sabe que sempre tem uma fala esquisita. E conseguimos fiscalizar melhor, quanto mais informatizado, mais transparência, menos possibilidade de criar dificuldade para atender facilidade.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E vocês têm recorrido à Prodam?

O SR. CARLOS EDUARDO – Eu vou fazendo um pouco, conversando com a Prodam, estou fazendo a ideia e depois tem de ser a prefeitura. O conceito estamos trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Tem o Damião, cabeça boa.

O SR. CARLOS EDUARDO – Tecnicamente é simples, conheço um pouco. Precisamos fazer um piloto. Quando o Vereador colocou de fazer pequenos laboratórios para sairmos na frente e testarmos, porque ficamos discutindo a Cidade toda e demora muito para efetivar. Então, vamos fazer um piloto. Já tinha ido atrás, tinha falado quando. Tenho já um referenciado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O Lepic já falou. Todo mundo está se envolvendo para fazer, mas temos de ver no orçamento que será elaborado para o próximo exercício e temos de colocar



algumas coisas de eventos que vocês não suportam manter quando os outros têm o benefício e vocês não. É a disposição de cada um, vamos montar equipe. Tem de ter verba destinada para tudo isso, para ser eficaz.

Senhores, mais alguma pergunta? Sugestão a respeito, você concorda que todos os prefeitos precisam levar ao Secretário Penido, e outras áreas, para formalizar alguma coisa de trazer essas pessoas que têm TPU e os que estão soltos deverão ter um trabalho regular.

Você acredita que um chamamento para um cadastro do pessoal que está na Lapa, a fiscalização tira, eles ficam para lá e para cá. Dá um tempo para fazer um cadastro simples, só para saber quem está na rua. Acha que é viável?

O SR. CARLOS EDUARDO – É simples, tecnicamente fazemos isso. É ter um número dimensionado e ao mesmo tempo você colocar ordem na casa, porque senão hoje tem dez e na hora de regularizar aparecem 30. Gente que nunca pegou nada. É uma forma de moldarmos isso, dentro do diálogo com todos e fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Gostaria de registrar a presença do Vereador Conte Lopes e do Coronel Dutra.

Muito bem, quando encontrar com o Lepic e o Penido, que estão sempre reunidos, até o Coronel José Roberto, vamos trazer aqui, queremos dar a contribuição.

O que escutamos e é verdade é que vocês não têm equipe, não têm funcionários. É verdade, está faltando funcionário. Uma hora vocês estão com o sol e a peneira, outra hora não dá. Vamos passar a se movimentar e pedir ajuda para todos vocês.

O SR. JOSÉ CARLOS - Acho que podemos caminhar dentro dessa linha, mais uma vez, ressalto que o Carlos deu muitas informações pertinentes. Na realidade, temos que desengessar a prefeitura. E como faz isso? Mexendo um pouco com a lei, que as coisas não sejam rígidas, porque não pode. E dotar as prefeituras com um mínimo necessário de verba para que possam trabalhar com as equipes. Esse fato de estarmos com várias casas de shows e o Aliance Parque e nenhum pagar nada?

Acho que a obrigação da prefeitura não é fiscalizar evento que não seja com o nosso pessoal. A Polícia Militar pertence e é comandada pelo Governo do Estado de São Paulo, então, se ela cobra para fiscalizar os eventos das outras pessoas, por que quando é para a prefeitura tem de ser de graça?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Gostaria de registrar a presença do Presidente Senival Moura. Vamos terminar.

O SR. CARLOS EDUARDO – Acho que tem um tripé, modernização, que é a forma para a gestão ser melhorada. Cada vez mais a prefeitura será mais enxuta, temos de buscar esse perfil. Carência é uma coisa, ser enxuta é outra.

Temos muitas ferramentas para agilizar a fiscalização, essa questão do cadastro único, sair do papel, sair de uma pasta que cada prefeitura tem num arquivo. Transparência e agilidade, recursos, modernização e legislação mais apropriada e moderna é o caminho.

A gente fala de crise econômica que gerou e gera, mas o brasileiro é empreendedor e o paulista mais ainda. As pessoas querem fazer suas coisas. São empregados, tem esse mundo, mas todos pensam em ter um negócio, pensam em fazer alguma coisa. Todo mundo aqui...



Somos um povo empreendedor, que vai à luta. E o comércio de rua é uma dessas pontas num outro setor, mas não é só a crise econômica, nós somos empreendedores. As pessoas se lançam a desafios pela dificuldade, mas os desafios. Tem que entender isso, que a Cidade é assim.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Tem muita coisa atrás disso. Um item que vou falar e é repetitivo: a Polícia tem que agir. Como pode de terça e quinta-feira chegarem, da meia-noite às 4h, containers na Rua Monsenhor de Andrade, são esvaziados em meia hora e a Polícia não está lá. Eu denunciei já, não sei por que a Polícia não foi lá. É a Polícia Federal? Não sei. Tem que estar lá.

E tem uma atividade hoje que é assim, habilidade daqueles carrinhos onde se colocam as mercadorias e as pessoas vão levando nos locais corretos, quer dizer, quanta coisa a se fazer.

(NÃO IDENTIFICADO) – Agora a agilidade do ambulante ali na Boa Vista ou aqui quando garoa, aparece o guarda-chuva e a capa. É uma logística inexplicável.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Na rua.

(NÃO IDENTIFICADO) – Na rua.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Porque a loja da frente é o depósito da pessoa para vender fora.

(NÃO IDENTIFICADO) – Quando a pessoa vai ao parque, sai lá do jogo do Palmeiras, depois que o Palmeiras ganhou, tem pizza quente. O cara andando vendendo pizza. A logística anda muito mais rápido do que a nossa fiscalização.

O SR. _____ - Sobre o requerimento do Vereador Alessandro Guedes, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) - Mas ainda não está no momento de votação. Vamos aguardar.

O que mais percebemos é a vontade de fazer. Se todos derem uma ideia e se for feita, acho que dá para acertar tudo.

Agradecendo o Carlos, o Cipolla, todos vocês da Lapa, vamos nos entrosar bastante para termos bons resultados nesta Subcomissão.

Antes de encerrar, informo que a próxima reunião ordinária ocorrerá no dia 20 de junho de 2018, às 11h.

Agradeço a presença dos taxistas, sempre presentes, inclusive, um colega palestrante que estava na Guiana Francesa, o Bira, ficou 21 dias lá e está de volta aqui. Parabéns pelo seu trabalho. Os taxistas estão dando sugestões para um novo projeto que será discutido no próximo dia 17, na Fecomercio, das 8h ao meio-dia, para trazer a pauta novamente para a Câmara Municipal. Realmente está insuportável, hoje há 180 mil carros de aplicativo andando em cima de 40 mil taxistas. É uma coisa brutal que não existe em nenhum país.

Aliás, na Turquia, por exemplo, o Uber foi proibido de trabalhar, na Espanha também. E assim vai porque realmente eles não cumprem a tarefa. E agora eles vão começar também a pagar o ISS que nunca pagaram e é uma lei federal que foi aprovada ontem. Inclusive, estão tirando o público do Metrô, do transporte e dos taxistas nem falo. Está completando quatro anos agora e de 50 carros que foram instalados na Copa do Mundo, há quatro anos, hoje estão com 180 mil carros. Imaginem os senhores, 1 milhão e 200 mil carros no Brasil contra 500 mil taxistas.



É desleal e a luta dos taxistas vai continuar. Quero agradecer a todos os presentes, todos os que vão vir e trazer suas sugestões para o nosso projeto de lei. E depois vou conversar com todos os colegas Vereadores para assinarem junto para que se ponha ordem na cidade de São Paulo, o que vai ter efeito no Brasil.

Estão encerrados os nossos trabalhos.



COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE
ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA – SUBCOMISSÃO
DE ESTUDOS DO COMÉRCIO AMBULANTE DA CIDADE DE SÃO
PAULO

PRESIDENTE: ADILSON AMADEU

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 20 DE JUNHO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Bom dia a todos. Por não ter quórum, dois colegas estão em compromisso, os nobres Vereadores Alessandro Guedes e George Hato. Já antecipei para a Prefeita de Santo Amaro, Janaina Lopes de Martini e também para o Dr. Rubens Gonçalves Biar Filho, Coordenador de Planejamento que vamos fazer uma reunião de trabalho expondo o que já fiz com as outras prefeituras regionais que estiveram aqui – Lapa e Mooca. E também a presença do nosso querido agente, funcionário Marcos.

E o nosso Vereador Zé Turin, que parece que é da região de Santo Amaro, é uma honra. Estou falando, nobre Vereador Turin, pela Comissão, Vereadores Alessandro Guedes e George Hato têm um compromisso fora, não vai dar quórum, mas mesmo assim quero fazer uma reunião de trabalho.

Já trouxe em outras reuniões com as prefeituras regionais da Lapa, Mooca e também já comentei o trabalho do nobre Vereador Turin que participou também comigo brilhantemente da CPI do Circuito das Compras,



Feira da Madrugada. E hoje está organizado, pelo menos aquele espaço no Brás está organizado por uma empresa que está cumprindo todas as exigências. Ainda devem cumprir o restante, mas aí é a Prefeitura que está cuidando.

É uma reunião de trabalho, mas o efeito é muito grande porque vou fazer umas perguntas e o conteúdo nós vamos juntar em próximas reuniões e depois vamos levar para o Prefeito Bruno Covas.

Tem a palavra o nobre Vereador Turin.

O SR. ZÉ TURIN – Presidente Adilson Amadeu, que alegria estar aqui contigo, aliás, sempre, grande professor nosso. Bom dia a todos, esta reunião trata exatamente da organização do comércio ambulante de São Paulo, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sim.

O SR. ZÉ TURIN – Como venho dizendo, antes de chegar a esta Casa, através de Santo Amaro tenho um bom conhecimento do lado bom, do lado ruim, a desorganização aqui na Sé, inclusive, venho dizer que o Eduardo está de parabéns porque o comércio ambulante nasceu na Gestão Erundina. Isso nós sabemos.

E a ideia no começo era exatamente favorecer as pessoas que perderam seus empregos. Aí depois virou um comércio em que essas pessoas que na verdade eram para ser contempladas passaram a serem funcionárias de grandes empresários. É o que nós constatamos na CPI da Feira da Madrugada. São 2.473, se não me falha a memória, é esse o número que defendemos para que possam ter seus espaços garantidos quando for construído todo o empreendimento do SP Compras da Feira da Madrugada.



Em Santo Amaro também é um sonho, aproveitando a oportunidade cumprimentar a nossa Prefeita Janaina que acabou de chegar, então está ainda conhecendo. Não é defendendo não, mas acabou de chegar e tentei até em alguns momentos marcar um almoço para discutirmos um pouco sobre a melhoria da área central de Santo Amaro. Não tivemos esse tempo e na pauta desta reunião está incluso o comércio ambulante.

Não tenho nada contra as pessoas que necessitam trabalhar, mas de uma forma regular porque o comércio ambulante traz benefícios, emprega, porém traz outros problemas, tráfego, enfim, falta de segurança. E a área central de Santo Amaro, Prefeita, precisa ser resgatada de uma forma que a população dos bairros locais possa vir com mais tranquilidade. E às vezes assusta.

Sou comerciante e também não concordo que aqueles siris na frente das lojas, o produto sendo vendido ali, comercializado por 30% do valor daquele comerciante que está ali desesperado para juntar o dinheiro e pagar seu boleto. Não admito isso. Quero lhe pedir, inclusive, para que possamos, na região central, buscar uma área pública e contemplar alguns trabalhadores, infelizmente hoje o Prefeito não tem liberado TPU, mas acho necessário. Temos que trabalhar, insistir, pedir ao Prefeito para liberar os TPUs na cidade de São Paulo para evitar essa irregularidade e para que também os passeios possam ficar livres. Não concordo que se tenha espalhado atrapalhando o passeio e o comércio que paga impostos, emprega, fica de fora. Mas sou favorável, Prefeita e Presidente, que possamos não só em Santo Amaro, mas nos grandes centros, destinar uma área para que essas pessoas que necessitam do trabalho para o sustento de suas famílias possam ter um lugar regularizado.



Então não só nós aqui, mas também vocês, prefeitos regionais da cidade de São Paulo, possam também cobrar isso do Prefeito, porque enquanto o Prefeito João Doria estava em sua gestão, por várias vezes pleiteei esses TPUs e isso não aconteceu. Então vamos ver se agora o Prefeito Bruno Covas vai agilizar. Um ano e meio já passou e temos muito que fazer. Em Santo Amaro, tive uma reunião com os empresários e, inclusive, um empresário quer ajudar no patrocínio, se precisar colocamos emenda parlamentar minha entre as praças que já estamos fazendo. Já estamos trabalhando na adoção de uma praça.

E é isso, Presidente, obrigado pela oportunidade, conte comigo. E quero poder, Prefeita, também contribuir na melhoria, na organização do comércio ambulante de Santo Amaro, mas de uma forma que também não atrapalhe o comércio local e que aquela população que tanto andou no Largo Treze possa voltar sem medo, sem preocupação e o comércio poder movimentar porque muitos estão fechando suas portas.

Às vezes também é a questão do trânsito, hoje temos ali na Antonio Bento, Mário Lopes Leão e Barão do Rio Branco, antes do cruzamento da Padre José Maria, avenida que chega no Terminal Santo Amaro, um grande fluxo. O Avelleda não deu grande importância, mas o João Octaviano, pessoa que conhece de trânsito, e eu brincava aqui no final do ano que o nosso sonho de consumo aqui na Câmara era tê-lo como Secretário de Transportes. Deus abençoou, merecido porque conhece. Temos que trabalhar porque tudo isso evita o consumidor, ou seja, fluxo, trânsito enorme, além da população que fica horas e horas dentro de um ônibus num percurso de um quilômetro.

Então tudo isso atrapalha o comércio local, as pessoas deixam de entrar na área central de Santo Amaro. Por isso é muito importante que



possamos trabalhar, mas é de imediato, para que haja mais fluidez no trânsito. Assim as pessoas que têm seus veículos poderão entrar no Centro de Santo Amaro. E aquilo impede, eu provei, comprovei e na Secretaria de Transportes ninguém teve peito suficiente para me devolver, trazer uma devolutiva provando para mim que estão corretos. Está lá, é visível.

No projeto do binário lá atrás, concordo que a Adolfo Pinheiro subisse e que tivéssemos a mão que desce – Antonio Bento, Mário Lopes Leão e Barão -, mas o alargamento da via foi proposto na gestão passada. Até aí concordo, mas do jeito que está hoje é impossível. Aquilo atrapalha muito. Então temos que trabalhar, mas temos que trabalhar para ontem, porque venho desde o ano passado. Graças a Deus, o Avelleda foi promovido e hoje temos um Secretário que é favorável porque conhece de trânsito, de fluidez, mas não podemos esquecer quem emprega e quem mora naquele bairro.

É isso aí. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muito boa participação do Vereador Zé Turin. A nossa Comissão de Trânsito e Transporte faz esta Subcomissão, mas que há muita importância quando vêm os colegas Vereadores, porque estamos em todos os bairros, somos fiscalizadores dos bairros e nesta oportunidade vem aqui participar. Esse cenário de polo gerador precisa entrar rapidamente para ser trabalhado na cidade de São Paulo porque realmente a Cidade está sendo estrangulada dia a dia.

Quero aproveitar aqui a presença do meu querido amigo, Vereador Alessandro Guedes, obrigado. Estamos em reunião de trabalho, fica à vontade.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Sr. Presidente, peguei o final da palavra do nosso querido colega Zé Turin, dizer o seguinte, se o João Octaviano não der certo podemos propor o nome desse homem para Secretário Municipal de Transportes. Mostrou que entende bastante.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Deu o nome das ruas, do fluxo, tal. Vamos pegar umas aulas com o Turin, não é Alessandro.

Prefeita Janaina, na oportunidade o que nós Vereadores sempre queremos é estar perto dos prefeitos para falar a necessidade do bairro. Estamos aqui, votaram na gente, quando as pessoas vêm e reclamam é que alguma coisa está acontecendo. Têm algumas coisas que tiramos, que não são corretas e tem muita coisa produtivo.

Sei que a agenda de vocês é sufocante, trabalham acima da média de horário e depois têm os compromissos de sábado e domingo, mas escutem sim. Não eu, o Adilson Amadeu, Turin, Alessandro, quem sou eu para estar pedindo aqui, mas marque e escute que vale a pena. Aliás, quem é do bairro conhece muito bem o bairro. E acho que dentro do comércio também, há quantos anos está lá?

O SR. ZÉ TURIN – Desde 88. São 28 anos. Na verdade, Presidente, tenho um carinho pela Cidade que me acolheu muito bem, saí de Minas Gerais aos 11 anos chegando aqui. Então estamos falando da nossa casa. Temos que cuidar da nossa casa para fora. Então eu e toda minha família mora atrás da Hípica, meus pais ainda vivos moram próximo a João Dias, Igreja Universal, outros irmãos moram atrás do Terminal de Ônibus Santo Amaro, meus comércios são em Santo Amaro.

Então conheço canto a canto e tenho um carinho muito grande por Santo Amaro. Por isso quero sim dar a minha contribuição dentro do



meu mandato para que possamos melhorar dali para fora. Então temos o Jardim Ângela que está encaminhando emenda para uma praça, uma viela; Jardim São Luís; Campo Limpo; Cidade Ademar, ainda ontem uma reunião com lideranças. Amanhã estarei no Jardim São Jorge, próximo ao Sabará.

Enfim, temos um carinho não só por Santo Amaro, é que moramos ali. Iniciamos nossa história bonita, bacana, parceiros, amigos e conquistamos foi dali para fora. E hoje com o mandato passamos a conhecer outras regiões que também tenho contribuído, como zona Leste, Norte, mas ali sempre foi o nosso foco maior de trabalho. E até a nossa votação, desde a minha primeira experiência, sempre foi zona Sul em primeiro lugar. E sou muito grato a toda cidade de São Paulo, mas em especial a todos os eleitores da zona Sul.

Então meu muito obrigado e no que puder contribuir tenho trabalhado muito. Nas redes sociais a minha assessoria ainda é um pouco fraca nesse sentido, porque tenho feito muito, ou seja, dos 100% aparece 20% que tenho feito pela cidade de São Paulo. Mas o que importa é o benefício que o munícipe tem recebido e a minha preocupação é essa quando eu falo do prefeito regional, para o prefeito que está chegando agora, citei em plenário, são quatro prefeitos regionais, no começo do ano, participo de reuniões com a assessoria, com o comércio, com moradores, não importa onde, Paraisópolis, Heliópolis, estou sempre presente, 24 horas. Então, é isso que eu cobro, que o prefeito regional também esteja presente. A Cidade não é minha, não é do prefeito regional, do secretário, é da população paulistana. Estamos aqui para servir, é isso o que eu quero, vão nas reuniões, não importa onde, que esteja a prefeitura regional, o prefeito esteja presente, principalmente onde conhecemos, como o Adilson Amadeu, nosso colega Alessandro, todos. É importante estarmos juntos com o Vereador.



O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Aproveitando, vamos entrar nas perguntas. Nós, vereadores, temos de nos preocupar com a falta de funcionários. Pelo menos deve ter um novo contrato, um novo concurso. Faltam pelo menos mil funcionários que podem tomar aula com os experientes profissionais que eu considero abnegados e que estão há 30, 35 anos. Faltam funcionários, não tem verba. Nos orçamentos, temos de ver que tiraram tudo deles, a subprefeitura não tem nada, empurram carro, emprestam carro. Quando terminarmos esse trabalho, vamos ao prefeito e na Secretaria das Subprefeituras para resolver. Agora, se não quiserem resolver, todo dia iremos ao plenário dizer que o prefeito não quis resolver. Não acredito nisso, acredito que ele quer resolver porque o Bruno Covas disse para mim: eu preciso dar um jeito nisso. Tem empresários, marcas, pessoas que querem colaborar. Se cabem as doações, vamos ver da melhor maneira para que as coisas funcionem. Todos precisam trabalhar, ilegalidade é coisa de polícia. A fiscalização da prefeitura depende do quê? Depende da Guarda Civil Metropolitana, ao mesmo tempo da polícia, mas sem a Guarda Civil Metropolitana vocês não podem ir lá, porque fica complicado para vocês. Se falar: eu sou o coordenador tal, E daí? A pessoa não respeita.

Então, nós, os 55 vereadores, precisamos pensar nisso e cobrar isso de uma vez por todas. Primeiro, concurso eu não sei, Marcos, vocês estão há muito tempo na prefeitura, eu estou no meu quarto mandato, vejo que não anda se não fizer um novo concurso e trazer pessoas importantes, preparadas, experientes e com estrutura também. Só isso.

Acho que de tanta “gordura” que tem e o que tem acontecido no cenário em São Paulo tem de ser tirado e participar as subprefeituras para que as coisas andem.



Vamos lá, não sei se tenho a filmagem ou fotos de Santo Amaro. Só para identificar, depois começamos com as perguntas para a prefeita Janaína e para o Rubens, e o Marcos. Quem quiser usar o microfone pode ficar à vontade. Sempre falando o nome para registrar.

- Exibição de fotos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Bonito não é. Mas o combate de muitas pessoas, junto com a polícia, até a Polícia Federal. Eu tenho comentado aqui no Brás, Pari, Canindé estão chegando contêineres no meio da rua, meia noite, 1 da manhã, E ali eles liberam.

Nada contra os angolanos e esse pessoal todo, porque têm uma pratica do lençol, o tal do siri, jogam a mercadoria, e quando vem o rapa ou coisa parecida, ele põe a sacola e vai embora. Mas tudo vai do que colocamos como normas e dar oportunidade para todos. Temos muitas áreas, prefeita Janaína, ociosas no Município, temos de levar essa proposta também. Estou abrindo para vocês falarem também. Tem áreas que são da prefeitura, se estiver cadastrado e dentro da lei, tudo bem, vamos fazer um novo modelo de TPU, mas teríamos condições de em cada núcleo colocar reciclagem, coisa parecida. Acho que temos de movimentar uma situação dessa.

Estou levando a proposta a todos, tanto a Janaína quanto o Rubens.

Janaína, por gentileza.

A SRA. JANAÍNA – Sou prefeita de Santo Amaro.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – A senhora chegou há quanto tempo lá?

A SRA. JANAÍNA – Há 29 dias.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu sei que já está andando, porque foi numa empresa de amigos meus. Então, está trabalhando e foi olhar o que estava acontecendo. Parabéns, porque é assim que funciona. Saber o que está acontecendo na sua região para fazer o melhor.

Você conhece um pouco do que estamos falando desse circuito, de usar o espaço público de vendas?

A SRA. JANAÍNA – Sim, podemos falar.

P – Nos 29 dias, você esteve em outras subprefeituras?

R – Eu sou advogada, trabalhei na assessoria jurídica na Vila Prudente por dois anos.

P – Lá também temo o comércio ambulante, pouco, mas tem. Mas você vê esse assunto que estamos tratando aqui, no cenário, por informações da imprensa, crescendo no dia a dia?

R – Ele é um crescente sim, por conta da crise econômica, principalmente por causa disso.

P – Do desemprego?

R – Do desemprego, a crise, as pessoas acabam buscando alternativas para ter renda.

P – O Rubens Gonçalves está há quanto tempo? Coordenador de planejamento e desenvolvimento.

O SR. RUBENS GONÇALVES – Primeiro, obrigado pela oportunidade de discutir esses problemas que são importantíssimos para a



Cidade, não exclusivamente para Santo Amaro. Agradeço ao Turin, pela aula, estamos abertos para receber mais informações, que é importante você, que é da região, permita-me chama-lo de você, perdoe-me, desculpa a forma não convencional de tratamento.

Agradeço, porque é importantíssima essa discussão. Em outubro faz 38 anos que estou na prefeitura, sou arquiteto de carreira, tenho alguma experiência nesse assunto. A primeira vez que trabalho em Santo Amaro, até pelo convite inicial, a primeira coisa que eu pensei foi a questão dos ambulantes. Santo Amaro para quem conhece um pouco a distância, vem a imagem da batalha que houve na Praça Floriano Peixoto, há alguns bons anos, então, essa imagem é muito forte ainda.

Encontrei uma situação complexa, com uma falta de estrutura, perfeito o relato, atividades em vias de logradouros públicos tinham uma supervisão própria, na Sé e na Secretaria das Prefeituras Regionais, e nas outras prefeituras regionais era uma unidade. Hoje, não existe mais, então, esse assunto acabou sendo diluído, vamos dizer assim: a supervisão de fiscalização principalmente em outros departamentos. Ficou mais um assunto a ser tratado, não tem mais a exclusividade de uma unidade, com toda a estrutura pessoal, carros, o apoio tanto da Polícia Militar quanto da GCM, como deveria ser.

O momento é realmente preocupante. Há uma tendência de crescimento em função, como a nossa prefeita falou, de uma crise econômica que nos atinge. O desemprego é latente, as taxas estão aí, e principalmente, com o novo processo migratório. Agora temos na Cidade os haitianos, na nossa região, angolanos, nigerianos que têm um perfil diferente, é um perfil de afrontamento à fiscalização. Em função dessa tendência, conversamos recentemente, porque temos uma operação



delegada, isso em São Paulo toda, em função da nossa força, foi delegada essa atividade à Polícia Militar. Então, temos um contrato em que temos de cobrar a Polícia Militar esse retorno, essa contrapartida. Fizemos recentemente com o Coronel Marcos e o Major Odair, relatando essa nossa preocupação, fizemos um plano de trabalho, porque é previsto nesse contrato com a Polícia Militar esse plano de trabalho. Não é feito de qualquer forma. Então, fizemos uma exposição da nossa preocupação, um novo plano de trabalho, e a informação do Coronel Marcos foi exatamente a preocupação com esses imigrantes pela reação mais violenta, mais agressiva que eles estão acostumados com esse tipo de tratamento nos países de origem. Eles vieram de guerra civil, é diferente daquele ambulante, daquele camelô que tínhamos o rapa, saíam correndo, não tinha esse confronto.

É uma preocupação sim, eles muitas vezes prendem e não dão sequência, não há uma política de deportação, muitos são clandestinos. É um problema que foge à nossa alçada. Só estou expondo aqui, porque realmente é uma característica atual do comércio ambulante da região.

Fizemos essa proposta, hoje, a Praça Floriano Peixoto e imediações estão bem melhor. Acho que podemos, a qualquer momento ter isso como exemplo. O Largo Treze e as ruas próximas, ontem tive um problema na Praça Salim Farhat Maluf, próximo em que houve agressão a um funcionário, com boletim de ocorrência feito, um caminhão foi apedrejado. É um problema que nós temos de resolver, sem a estrutura adequada, com apoio da Polícia Militar, por causa do contrato com a delegada, mas temos de ter a colaboração da nossa Secretaria, do prefeito e da Câmara Municipal. Por isso, agradeço a oportunidade dessa exposição, troca de ideias com os nobres colegas.



O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Rubens, muito boa a sua explanação, mas é mais ou menos assim, o que falei para vocês é que estamos trazendo a subprefeituras e vamos trazer o comando da Polícia Militar, a Guarda Civil Metropolitana. Vamos falar do pessoal que hoje tem a credencial de marcas, porque estão perdendo dinheiro também. Então, no final, é a oportunidade de todos vocês participarem com ideias e vemos um planejamento que vamos levar e no final faço questão de uma reunião com o prefeito com todos. Não sei se será em agosto ou setembro ou outubro, mas o prefeito atenderá a todos juntos. Vou levar todas as manifestações de vocês e as necessidades. Vamos colocar ordem na casa, pior do que o Paraguai já estamos. Não sei se vamos ficar pior do que a Venezuela, porque estamos acolhendo todo mundo e ao mesmo tempo não damos oportunidade. Nada contra os irmãos de fora, mas não damos oportunidade para as pessoas daqui. Precisamos dar oportunidade. O meu ponto de vista é esse. Outro dia dei uma entrevista para a CBN e disse que a oportunidade é para quem está aqui. Quem está chegando, deve ter regras. Sabemos que eles são de reagir ou coisa parecida, isso acontece na Celso Garcia, na Rangel Pestana. Até o pessoal da 12^a, quando levam para a delegacia não sabem o que fazer com eles. Então, é um boletim de ocorrência complicado, quando chegam lá, não sabem o que fazer. Eu pergunto a você. Você trabalhou em que subprefeituras? Onde você trabalhou no governo por gentileza? 38 anos você é um menino saiu da maternidade já para o...

O SR. _____ – Entrei como estagiário na Prefeitura. Esses 38 anos já contam dessa fase. Eu trabalhei na Mooca, que está sendo citada aqui, trabalhei no Jabaquara, no Ipiranga, em Pinheiros, trabalhei no Butantã, na Lapa. Já fui administrador Regional algumas vezes então tenho alguma experiência para poder colaborar nesse



assunto e só retomando, quando foi mencionado aqui propostas, nesse momento o nosso trabalho é sempre preventivo a gente não quer um embate. A ideia sempre chegar antes da montagem das barracas, a ideia é sempre essa e dando as opções. Hoje tem uma legislação específica de comida de rua, então há essa possibilidade daqueles que querem se regularizar de ter categoria a, b e c, a é mais food truck, b e c são as barraquinhas, então há essa possibilidade. A outra questão são as feiras temáticas. Nós temos em frente a nossa Prefeitura Regional, Vereador Turim provavelmente conheça, ali é a feira de artesanato. E a ideia é criar novas feiras, porque aí é um processo organizado, com distâncias corretas entre as barracas, as barracas com dimensões padronizadas, então há a proposta de bolsões. Estamos com o planejamento desses bolsões porque é importante.

O Plano Regional Estratégico de Santo Amaro, no caso do centro histórico de Santo Amaro, se dedica totalmente a fruição pública, a acessibilidade, a permeabilidade do solo, a devolver o espaço público à população, que realmente tem a dificuldade de se locomover. Então tem toda razão, as colocações são perfeitas e corretas, nós assumimos as nossas falhas nessa fiscalização estamos tentando, sem o choque político, inclusive porque nós sabemos que um embate naquela região traz também problemas com a comunidade.

E, falando em comunidade, a 156 que hoje em dia é uma avaliação que nós temos dentre as dez demandas principais de Santo Amaro não consta o comércio ambulante, por exemplo, de CPDU a principal solicitação são os veículos abandonados em vias públicas. Depois questões de obras e licenças de funcionamento. Não está a questão dos ambulantes. É um termômetro, é um indicador para que a gente possa avaliar.



Então como o cobertor é pequeno nós acabamos também porque a nossa equipe é distribuída entre as demandas. Nós não temos só a questão do ambulante, nós priorizamos. E hoje nós temos um trabalho muito dedicado à remoção dos veículos abandonados...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Que é um absurdo que tenha hoje na cidade de São Paulo. É um projeto de lei meu que está rodando aí exatamente para isso. Só que precisa fazer um leilão ou coisa parecida. Eu estive na Lapa com Roberto, estive em todos os lugares vendo esse setor aqui. Mas eu queria perguntar o seguinte: dentro do que você falou, qual a equipe que você dispõe lá?

R – Hoje?

P – É.

R – Da casa, dois funcionários. Nós temos a delegada, temos 36 policiais militares, divididos em dois turnos e uma contratada, que é a Era, que faz um serviço de desfazimento. Ela nos dá apoio, por exemplo, numa reintegração de posse, nós pegamos o material, aquele barraco que foi construído, e levamos através dessa equipe, mas a Era, essa equipe contratada, nos dá apoio nesse trabalho de combate. A expressão “combate” inclusive está escrita no contrato com a Polícia Militar: combate ao comércio ilegal clandestino. E nós temos da casa dois funcionários só.

P – Deixa eu falar, perguntar para o Rubens, e a rotina da fiscalização se dá dessa maneira?

R – Nós temos um plano de trabalho previamente estabelecido. Então temos duas turmas de policiais militares e duas turmas dessa equipe de apoio e dois funcionários: um fica no período da manhã e o outro fica no período da tarde. Até trouxe aqui o Marcos que é o chefe da fiscalização.

P – O Marcos é o que está. É o super-homem. Está servido lá. Onde ele trabalhou, ele resolveu.

R – O Marcos é um grande funcionário que nós temos.

P – Em termos do que vocês estão apresentando, vocês estão à frente da Lapa e da Mooca.

R – Graças a Deus eu tive a oportunidade. O Roberto, Prefeito Regional da época, me deu a oportunidade de montar em junho do ano passado eu consegui trazer um supervisor de fiscalização de minha confiança e posteriormente o Marcos, como chefe da fiscalização, que é uma equipe que eu considero muito boa, acima da média dos colegas que tiveram inclusive aqui e Graças a Deus eu tenho essa estrutura melhor.

P – O responsável pela fiscalização?

R – Nós temos um supervisor de fiscalização, o chefe da fiscalização, que é o Marcos e temos dois funcionários de campo, de rua.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Existe problema com comércio ambulante noturno como acontece na região da Mooca?

O SR. _____ – Não. Não é de conhecimento meu, o Marcos também...

P – Em relação à equipe da operação delegada é de manhã e à tarde?

R – De manhã e à tarde e nessa última reunião, todos os dias com o Coronel Marcos. A nossa proposta, inclusive, nós temos um horário mais dilatado à noite e é bem a sua pergunta. Nós não precisamos. Nós gostaríamos que o efetivo fosse maior durante o dia, vamos dizer assim,

que os 36 PMs tivessem pelo menos na hora do almoço e no horário da tarde tivesse grande parte desse contingente à nossa disposição.

P – Sábado tem nos dois turnos?

R – Sábado têm os dois turnos.

P – São todos os dias de segunda a sábado?

R – Exatamente. E o contrato inclusive está aqui à disposição.

P – O contrato é de quanto tempo?

R – O contrato está sendo renovado.

P – Ele chega até o intervalo entre os contratos entre renovação?

R – Nunca teve uma lacuna, sempre teve essa extensão do contrato direto. Não tivemos esse tipo de problema.

P – A Prefeita da região mora lá?

A SRA. _____ – Hoje eu não moro mais lá, mas eu cresci na região, morei até os 20 anos de idade estudei nas escolas.

P – O objetivo dessa subcomissão, Prefeita, no qual cumprimentamos todos vocês, desculpe a indelicadeza, é que a gente consiga apontar possíveis terrenos que possam no futuro quem sabe receber trabalhadores ambulantes que se regularizem numa política de fornecimento de TPU, por parte da Prefeitura. Existe um mapeamento na Prefeitura Regional sobre esses espaços que poderiam no futuro abrigar esse tipo de atividade?

R – Eu vou pedir ajuda para o Rubens, que eu acabei de chegar, e eles têm levantamento de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Dentro de uma explanação que o Rubens fez, mas eu faço questão, e que passa pelo nobre Vereador Alessandro, é exatamente a proposta que estamos pretendendo e que o Alessandro está falando. Ele tem projetos interessantes também, as áreas como iniciei, as áreas que estão livres e são do Município, que a gente consiga fazer um modelo novo para cidade de São Paulo de bolsões. Pode ter controle, pode ter reciclagem, pode até ter berçário lá por perto ou coisa parecida. Então acho que o Rubens podendo responder. Se nesse momento vocês não tiverem essa condição que nós vamos pedir também é que todos vocês e a Subprefeitura comecem a levantar para que a gente faça um modelo tal porque, quando a gente for ao Prefeito, a gente quer dizer que o modelo melhor é esse para nós. E aí vocês vão ter a oportunidade de expor o que é bom mesmo para aquela região e, sendo bom para Santo Amaro, vai ser bom para o Brasil, para São Paulo. Obrigado, Alessandro.

Mas respondendo a sua pergunta, nós temos um levantamento não especificamente para os ambulantes, mas que está sendo aproveitado para os ambulantes, de resgate das áreas municipais, áreas públicas. Quando se fala no ambulante, sempre pensamos no Centro Histórico de Santo Amaro, mas temos uma região próxima à Chácara Santo Antônio, por exemplo, que tem um comércio ambulante diferente desse, mas que também nos preocupa: a rua Henri Dunant, av. Chucri Zaidan, agora av. Laguna que foi aberta.

A CPTM tem um terminal ali que nos preocupa sim, porque é um fluxo muito intenso de pessoas. E temos o Aeroporto de Congonhas,



onde há uma circulação muito intensa também. Também temos um problema seríssimo na Av. Jornalista Roberto Marinho, que não é a questão do ambulante, mas que nos faz ter uma dedicação muito intensa, inclusive com várias áreas públicas a serem resgatadas.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Se proliferaram pela nossa cidade as chamadas feirinhas do Brás, feirinha da madrugada, numa determinada região, às vezes num terreno, campo de futebol, onde se instalavam para poder fazer a comercialização de produtos.

Já foi apontado inclusive aqui e nós sabemos que, com o desemprego aumentando, a crise econômica e o pai de família tendo que levar o sustento para a casa, o povo vai tentando se virar como pode, às vezes até vendendo um churrasquinho na porta de casa, esse tipo de coisa. Mas a Cidade precisa de um regramento para isso, para que consiga acolher essa situação e dar a resposta aos trabalhadores regularizados.

O nobre Vereador Adilson Amadeu, proponente desta Comissão, citou aqui um projeto de lei de minha autoria e que, agora, é de autoria de todos os Vereadores, que busca justamente criar o regramento necessário para que essas feiras consigam se instalar nos bairros num determinado período, ou permanentemente, mas que sigam regras mínimas de segurança pública, de tudo o que o alvará exige: acesso, bombeiro, tamanho de barraca, espaço de corredor, saída de emergência; e que ainda possa recolher um determinado imposto para o Município para gerar recursos também.

Então tudo o que vocês puderem contribuir nesse sentido, para que a gente apresente um projeto de lei substitutivo melhor do que está, pedimos que forneçam para esta Comissão, para que consiga atender e ajudar as famílias que estão desempregadas e que precisam trabalhar, mas



também ajudar o Município criando um regramento para todo o cidadão, de maneira adequada.

O SR. _____ – Perfeito. Não conheço o projeto, mas gostaríamos de contribuir sim. A ideia inicial, sem saber do projeto, é também as feiras temáticas. Nós já temos como experiência a feira de artesanato, mas conte conosco, e vamos propor algumas áreas sim. O regramento é a questão principal que nós temos na Cidade.

Lembrando-se da legislação que foi criada em 1991, que priorizava deficientes físicos, pessoas com capacidade reduzida, sexagenários, e até os recém-ingressos no mercado de trabalho advindos dos presídios. Então, a legislação beneficiava ou priorizava essas pessoas, e nós nos esquecemos disso. Hoje em dia, essas pessoas são funcionários de grandes empresas, muitas vezes clandestinas, e têm barracas espalhadas por São Paulo inteira. Vamos dizer assim: é verniz do social, mas quem é o dono e realmente afere os lucros são outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nós vamos chegar lá, porque tem aquele contrato de gaveta, aquele que precisaria estar no local e não está. Essa é uma parte de tecnologia que a Prodam vai montar junto com os senhores. O 156 é algo que tenho dúvidas, pois já fiz Subcomissão sobre o 156. Então a produção será de vocês mesmo da Subprefeitura.

Eu gostaria mais que a Prodam tivesse todo o sistema, em vez de ter que pagar R\$ 100 milhões/ ano para o 156. É preferível investir na Prodam, que criou o SP Táxi, por exemplo, trazendo benefícios para a Prefeitura e a arrecadação do contribuinte do taxista. Em média, o condutor de aplicativos paga 20% para as empresas americanas, chinesas. Se o taxista pagar 2%, em um ano a Prefeitura constrói um hospital como o da



Brasilândia em São Paulo. Essa é a proposta que estamos para o Governo. O taxista vai arrecadar de 2% a 3% de cada corrida, que vai para um fundo.

Aliás, hoje saiu uma matéria no Agora que fala que o SP Táxi está engatinhando, em 90 dias de aplicativo. Mas eu aprendi a andar com um ano e dois meses, e comecei a engatinhar com nove meses, então o aplicativo está muito veloz.

O SR. _____ – E essa contrapartida que foi citada é muito importante, porque nós temos vários comerciantes, que serão futuros permissionários, que devem pagar o preço público por isso. E esse controle deveria ser de um sistema mais ligado a Prodam.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quando eu falo nós, Vereadores, e vocês nesta Subcomissão, vocês vão fazer. Sabe por quê? Será importante para vocês, que têm muito desgaste com fiscalização e, por isso, acabam deixando outras coisas para lá. E vocês estão numa região gigante.

O SR. _____ – Sim, Temos o distrito de Campo Belo, Campo Grande e Santo Amaro.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – É gratificante quando quem quer trabalhar, ser um microempresário, e a Prefeitura pode faturar em cima disso, a pessoa trabalhando com a família, mas com respeito. O projeto é nosso, mas o pai da criança, o criador, é o Vereador Alessandro Guedes, que parabenizo.

O SR. ZÉ TURIN – Sr. Presidente, quando falamos do 156, do fato de o comerciante não reclamar porque tem medo de denunciar, é por não saber de quem se trata a pessoa que está vendendo mercadoria na frente da sua loja.



Fiz algumas reuniões ano passado com o Sr. Roberto Arantes sobre esse assunto, e quero parabenizar a Vereadora Janaína Lima e toda a equipe de trabalho, que se empenharam muito e tentam organizar a área central de Santo Amaro. Mas é necessário o apoio da Guarda Civil e da Polícia Militar. Isso, pude testemunhar várias vezes quando fomos aos locais e não tinha esse apoio, e ameaça muito grande em cima dos funcionários da Prefeitura. Isso ocorreu, e muito. Então, necessitamos realmente desta reunião com as autoridades para que possam, realmente, dar esse apoio.

A partir desse momento, vejo uma equipe muito bem intencionada que quer fazer o melhor, organizar. Na Praça Salim Farah Maluf, antigamente havia um comércio ambulante organizado, mas infelizmente nas gestões passadas eu não estava aqui, mas se estivesse defenderia para que mantivesse o comércio naquele lugar, porque sou favorável para que o trabalhador que perdeu seu emprego possa ter espaço para trabalhar, de forma honesta, correta, com mercadorias que tenham boa procedência e que possam levar o sustento aos seus familiares. Parabéns ao colega Vereador Alessandro Guedes pelo projeto. Conte com o meu total apoio.

Ontem estava discutindo com um empresário sobre a questão de carros abandonados na cidade de São Paulo. É uma dificuldade muito grande do Poder Público em recolher, não tem espaço para deixar. E me lembrei agora de que fui coautor de vários projetos que passaram por aqui, e um deles era um projeto do recolhimento dos pneus pelas indústrias, do Vereador Ricardo Teixeira. Por que não fazer a mesma coisa com eletrodomésticos? Ah, o fabricante é a Volkswagen, então que ela seja a responsável para recolher e destinar esses produtos, ou Samsung, de televisão, etc. Não sei se é constitucional, mas vou consultar.



O SR. _____ – Está perfeito. A legislação de resíduos sólidos fala sobre a logística reversa, que é exatamente isso. Ele é obrigado a pegar.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Vamos trabalhar juntos para isso.

Foi feito um estudo em cima do meu projeto. Muitos veículos estão sem o número dos chassis, outros estão com placa. A identificação tem de ser de controle muito grande, porque existem hoje uns homens que usam uma capa preta e que não entendem nada o que se quer fazer em benefício da Cidade. Então, muito cuidado. Inclusive fiz um estudo e entreguei ao nosso querido Secretário Pomini, que me fez uma leitura de tudo e que hoje está sendo modelo para algumas Subprefeituras. Não é o momento de falar disso hoje, mas depois falaremos disso. Então, a busca, depois a limpeza do pátio, a entrega do pátio, como é feita, com as restrições e tudo o que tem direito.

Registro a presença do Comandante Dutra, representando a Secretaria de Transportes; e do nobre Vereador Senival Moura, Presidente da Comissão de Trânsito.

O SR. ZÉ TURIN – Nós falamos aqui sobre a falta de funcionários no setor público, em algumas repartições. A Comissão de Educação tem visitado alguns CEUs e realmente continua, assim como em algumas Prefeituras Regionais, a falta de funcionários.

Nós poderíamos criar uma Comissão para levar até o Prefeito sobre as repartições públicas que estão com poucos funcionários, faltando funcionários até para analisar processos. Algumas Secretarias estão com processos parados, até os munícipes pensam que é má vontade, mas não



é, é falta de funcionários. Então nós temos que melhorar isso porque o trabalho em algumas Secretarias simplesmente está parado, culpa do gestor, seja o Prefeito Regional, ou Secretário, mas está faltando funcionário.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Rubem, me permita, eu vou trazer o comando da Guarda Civil Metropolitana, as pessoas que estão ajudando vocês, da Polícia Militar, mas a proposta é uma só: dentro do que estamos falando, preparem um estudo para mandar para a Subcomissão, dizendo: olha já estamos fazendo isso, mas seria bom isso, isso, a parte da tecnologia, para avançarmos. E logicamente vamos fazer, para o segundo semestre um encontro antes, de todos que vieram, agora vamos ao governo. Porque com isso cada um vai dar uma contribuição. Vou encadernar, vou levar lá. Um dia na vida e parlamentar e de funcionários do Município nós estamos entregando aqui a solução. Ah, 5%, não sei, acho que vamos a uns 70% de cara, eu tenho.

As fiscalizações efetuadas esse ano, os senhores tem um número, mais ou menos?

(NÃO IDENTIFICADO) – Temos. Temos um relatório.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E do ano passado também?

R – Desde junho, temos um marco, que foi de quando nós entramos.

P – Junho do ano passado?

R – Junho do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Anunciamos a presença do nobre Vereador Conte Lopes.

R – Ano passado, 2017, tivemos, porque as apreensões agora são lacres e contra lacres na hora da devolução, então tivemos 1084 lacres, um peso de quase 10 toneladas, 9.890 mercadorias apreendidas.

P – Incluído o cigarro também?

R – Não. Porque o cigarro ele é destruído na hora. Na presença do infrator. A própria Polícia Militar, no local da apreensão, na hora é destruído. O cigarro não vai para o nosso depósito.

P – Os senhores não guardam nenhuma amostra?

R – Nada. É destruído no ato.

P – Tem caso, já divulgado, que é assim, foi feito pela Prefeitura, depois precisamos conversar sobre isso. Porque há sempre um laudo antes de tudo acontecer, estou falando até por causa da legislação. Para que depois não venham falar que foi incinerado coisas não reais.

R – É importante a gente ouvir sim. Mas a ideia é que não traga...

P – Na frente do agente, do policial militar e do comerciante.

P – E o registro. Porque o comerciante pode falar em defesa de outras coisas, como sempre. Dentro do que vamos recebendo as informações...

R – Mas é ótimo. A experiência de vocês...

P – O Prefeito mandou limpar, a Janaina mandou limpar a Praça de Santo Amaro, ela usou sabão craca, aí o Ministério Público quer



saber dela durante toda sua vida, até ficar com bastante idade, porque ela usou sabão craca. É sempre um alerta.

R – Já passamos por situações semelhantes. Esse ano 322, limpeza de mais de duas toneladas. No segundo semestre é muito mais intenso. A nossa ação é muito mais intenso. A nossa ação é muito mais intensa porque a demanda cresce, como foi citado aqui, o comércio clandestino cresce, principalmente das festas de final de ano.

P – O galpão de vocês é na região? Qualquer hora iremos visitá-los.

R - Fique a vontade. Será um prazer. Fica na Rua Professor Alceu Mainara Araújo, 800, é um espaço bem adequado essa...

(NÃO IDENTIFICADO) – Algumas prefeituras regionais não têm nesse esse espaço.

P – só queremos fazer um modelo e mostrando tudo como funciona: apreensão, levou, tem um galpão direitinho, Muitas vezes você pergunta a pessoa não sabe e acha que é tudo de araque, português claro. E não é. É com lacre, numerado e tudo certo. Quantos TPU que foram expedidos, e o último foi em 2009?

R – Não temos TPUs emitidos, porque todos eles foram cassados. Uma portaria na época subprefeito, gestão Kassab. Então foram todos cassados. O temos são liminares.

P – Autorização como liminares?

R – Temos essas liminares que são duas: uma em frente à Hípica, na biblioteca, e o segundo, também foi favorecido por decisão judicial. O Que temos são essas feiras. Uma feira de artesanato que aí sim



tem uma portaria do então Prefeito regional da época e do Padre Marcelo, em frente ao Padre Marcelo, também naquela calçada, outra portaria autorizando o comércio específico de artigos religiosos. O que falei da questão temática.

P – A grande operação que vocês fizeram. Tudo para os senhores deve ser grande, porque não tem funcionário, não tem ninguém, deve ser uma grande operação. Quando foi a última grande operação Janaina?

R – Essa grande operação, não temos grandes operações. Dentro do nosso contingente fazemos operações que não avisamos os locais, previamente, até porque, por uma questão estratégica. Fizemos na própria praça Floriano Peixoto que foi a última após reunião com o Coronel Marcos, há quinze dias. Tanto é que hoje a nossa praça, a prefeitura regional está instalada nela, ela não tem ambulantes, instalados. Temos um rigor nesse acompanhamento. Essa foi a última operação maior dentro das nossas condições.

P – Hoje temos, as pessoas que tiveram um documento, seja as pessoas com deficiência, que estão usando o local, talvez não a pessoa, que seria cadastrada?

R – Não temos mais os TPUs. Não temos. Muitos TPUs que os ambulantes, os camelos, mostram já foram cassados anteriormente, eles só estão ali para tentar ludibriar o policial militar ou o nossa agente de apoio. Só temos os permissionários dessas feiras e da comida de rua que é uma legislação...

P – Food Truck?

R – É. Food Truck é o item “A”, tem o “B” e o “C” que são realmente...

P – Quantos Food Truck que tem espalhado hoje?

R – Não, Food Truck, mas de toda comida de rua, temos apenas 11, termos de permissão de uso concedidos e mandamos para o CET, mais uma proposta de nove locais.

P – Rubens e Janaina, já terminamos. A condição que eu gostaria e os meus colegas dessa subcomissão, todos os Srs. Vereadores, seria o que? Como já falei, a proposta vamos levar para o Sr. Prefeito no final, antes vamos nos encontrar, vamos bater um papo, vamos mostrar tudo que tem de levantamento, na condição porque sei que os senhores tem muito trabalho, mas já um tipo de um planejamento que seria o melhor, o que seria o controle, o que seria transparência. O que seria oportunidade dar para o micro empresário. Ele vai se cadastrar, vai ver e tal e como a gente conseguiria fazer isso em cada região. O que comporta avenida tal, a praça tal, o rua tal? É uma maneira, o Lapa, o Carlos, o Paulo Sergio estão fazendo, e aqui os senhores também. Sendo assim, espero fazer mais contatos.

Sendo assim, fiz apenas uma reunião de trabalho, Art. 58 do Regimento. Agradeço a presença de todos.

Estão encerrados nossos trabalhos.



COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE
ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

PRESIDENTE: ADILSON AMADEU

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 08 DE AGOSTO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da

Comissão

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Bom dia a todos da Subcomissão de Estudos do Comércio Ambulante da Cidade de São Paulo.

Estão presentes os nobres Vereadores: Adilson Amadeu, Alessandro Guedes, George Hato.

Há numero legal. Está aberta a sessão.

Passemos aos itens da pauta em atenção ao Requerimento 709/18, de minha autoria, aprovado na reunião ordinária do dia 23/05/18.

Foi convidado para esta reunião o Sr. Edson Marques, Subprefeito de São Miguel Paulista e também a Sra. Simone Cristina de Oliveira Silva Rossi, Coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Regional de São Miguel Paulista.

O Sr. Subprefeito por motivos outros que a Sra. Simone pode explicar - compromissos já agendados - não está presente, mas vamos pedir que a Sra. Simone responda algumas perguntas. É mais no intuito do



comércio ambulante que está espalhado em São Paulo todo, no Brasil todo. Vamos falar sobre isso que acontece em todos os bairros e logicamente em São Miguel também.

O Prefeito Regional teve compromisso e a senhora está representando. É isso?

A SRA. SIMONE CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA ROSSI – Isso mesmo. Ele teve compromissos e não pode estar presente no momento, me mandando representá-lo. Trago um bom dia a todos.

P – Até queria falar aos Vereadores que o Executivo vai se juntar ao nosso trabalho na nossa subcomissão para falar de circuitos de compras. Então nós deveremos ter um trabalho o maior e mais uma data para que possamos estar junto com o Executivo.

A senhora reconhece o que está acontecendo de ambulantes lá em São Miguel. A senhora está há quanto tempo à frente da Prefeitura?

R – Eu já trabalho no funcionalismo há 26 anos e cinco anos à frente da Coordenação lidando diretamente com os ambulantes.

P – Lá na Prefeitura Regional de São Miguel, a senhora tem uma equipe, não é isso? Qual a equipe da senhora que dispõe para fiscalizar esse comércio irregular?

R – Todos os fiscais, hoje em um total de oito, lidam com o assunto. Especificamente a gente direciona um para ele concentrar melhorar as informações, mas todos fiscalizam.

P – E esse que concentra essas informações, qual o nome dele?

R – Ele chama Elias Bonfim.

P – O Elias Bonfim coordena as ações?

R – Isso.

P – Como é a rotina da fiscalização?

R – Programamos regularmente com a GCM operações de fiscalização para apreensões e também para observar os exageros, caso tenham, o que está fora da legislação ou conforme denúncias ou programações de rotina.

P – Falando em fiscalização e também no uso irregular do espaço público, quantas fiscalizações foram realizadas este ano? Você tem ideia?

R – Não trouxe esse dado.

P – Você tem condições de passar depois para a subcomissão?

R – Sim, claro.

P – Como falei, o Executivo também está formando um grupo de trabalho de comércio ambulante, um circuito de compras. Então, se você puder me passar...

Seria bom se me passasse do ano passado quantas fiscalizações foram feitas e as apreensões e também deste ano.

R – Ok.

P – Bom dia, representante da Associação dos Taxistas de São Paulo, Sr. Bira.

O número de oito fiscais - percebo que está faltando funcionário para todas as pastas. Não tem concurso há muito tempo. A senhora entende como suficiente os oito fiscais?

R – Não. É insuficiente.

P – Não é suficiente.

R – Não é suficiente porque eles tratam de todos os assuntos: obras, bares, atividades, feira livre. É insuficiente.

P – Nas prioridades da Prefeitura e percebo que tem um trabalho grandioso, mas falta funcionário, em termos de prioridade, você acredita que o comércio irregular estaria em que posição?

R – Médio. Apesar de que foram realizadas desde o ano passado, 2017, uma reorganização. Então, teve uma atenção maior nesta gestão. A gente liberou a fachada do nosso mercado municipal e com isso reduziu e reorganizamos em outras ruas, calçadão, o comércio ambulante.

P – Hoje, há quantas pessoas trabalhando no comércio regular e irregular? Percebemos que poucos têm TPU.

R – Sim.

P – E, às vezes, a pessoa usa o espaço um do outro. No circuito de vocês, no mercado municipal, por exemplo, quantas barracas têm?

R – Hoje temos 30.

P – Todas credenciadas?

R – Todas.

P – Com TPU ou autorização?

R – Com TPU.

P – Food truck também tem?

R – Não.

P – Operação Delegada, vocês usam lá?

R – Não temos no momento.

P – Tiveram em algum momento?

R – Tivemos anterior a 2016.

P – E deu efeito?

R – Sim, muito.

P – É uma garantia até.

R – É. Porque o ambulante, se você sai, ele volta e a Delegada, ela permanece todo o plantão dela fixa no local.

P – É um sossego para vocês, não é verdade?

R – É.

P – Porque eles estão de prontidão ali.

R – Sim, eles estão de prontidão. Com a PM, a pessoa não vai nem tentar retornar no local.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E o rapa lá? Como funciona?

A SRA. SIMONE CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA ROSSI –
Com programações organizadas com a GCM.

P – E qual foi o último rapa lá?

R – Semana passada, na quinta-feira, dia 01/08.

P – Eu queria mostrar as fotos do famoso rapa.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

R – Nós fizemos na porta da estação, na Marechal Tito, à tarde. Conseguimos fazer algumas apreensões, mas o pessoal retorna.

P – Sra. Simone, a gente sabe das dificuldades que vocês têm. E agora o Executivo, depois que abriu esta Subcomissão, determinou que fizesse um grupo de trabalho para tentar organizar isso. Por exemplo, qual é o procedimento na apreensão das mercadorias? Vocês fazem o rapa com a Guarda Civil Metropolitana, e alguma mercadoria que foi pega no rapa já precisou ir ao DP, ou seja, de procedência duvidosa?

R – Não.

P – Quando vocês fazem apreensão, levam a mercadoria para o galpão de vocês, que fica onde?

R – Fica na av. Pires do Rio.

P – E você sabe dos autos que foram feitos nessa última apreensão do dia 01/08/08? Pode fornecê-los a esta Subcomissão?

R – Sim.

P – Isso será importante para esse novo grupo de trabalho, que contemplará o Executivo, o Legislativo e outros departamentos, e faço questão que vocês sejam convidados também. Faço questão que vocês repitam o que disseram aqui para que o Governo, de uma vez por todas, tome providências para que vocês tenham condição de cuidar com garantias.

Quantas toneladas de mercadorias foram para o galpão da Av. Pires do Rio?

R – Eu lembro que foram nove lacres, são sacos.

P – Lacres de várias cores?

R – Sim, vários itens.

P – E que mercadorias foram levadas? Você lembra?

R – Roupas, chinelo...

P – Cigarro também?

R – Não, no centro de São Miguel não costuma ter esses produtos.

P – Vocês, como funcionários de carreira, e as outras pessoas envolvidas, têm algum plano médio para organizar da melhor forma? Até queria que você repetisse o comentário que fez comigo agora há pouco a respeito da taxa que paga um ambulante e um comerciante, para registro das notas taquigráficas.

R – Uma das reivindicações do nosso comércio ambulante é a anuidade. A legislação é baseada no valor do local onde está localizado o ambulante, no IPTU; e agora com a Lei 15.947 de 2013, que regulariza



comida de rua, o cálculo é diferenciado, então isso faz com que o vendedor ambulante de produtos alimentícios pague uma taxa maior do que aquele que vende comida de rua. Digamos que o vendedor de comida de rua tenha que pagar uns R\$ 300 reais, o ambulante pagaria R\$ 1.200,00 pelo espaço. É uma diferença muito grande.

P – É o mesmo espaço por uma diferença grande. Isso precisa ser revisto, porque estamos falando do espaço público. Inclusive na primeira reunião que tivermos com o Executivo, já vamos falar sobre isso.

R – Sim, porque tem o ambulante de alimento. Na época, ele poderia sim migrar, mas isso também causaria problema, porque no mesmo ambiente teria ambulante e duas leis diferentes, o que causaria grande conflito entre eles.

P – E você já recebeu alguma associação deles que veio reclamar sobre isso?

R – Sim. Tem a Comissão Permanente de Ambulantes, que se reúne regularmente. E essa foi uma das reivindicações na Comissão.

P – Vocês fizeram uma ata disso?

R – Sim.

P – Então, se você puder mandar é importante. Quando estivermos no grupo de trabalho, vamos convidá-los para que levem essas reivindicações. E vou mandar estudar a Lei 15.947.

Qual foi a última vez que foi liberado o TPU?

R – Eu não estava nessa função. Foi em 2007.

P – Acho que em 2009.

R – É. Foi quando começou a organizar.

P – Tem muita gente querendo se cadastrar?

R – Tem muita procura, nessa crise, que cada vez aumenta mais.

P – É que cada um traz um tio, um primo, a namorada, e vai juntando. No Brás, eram 12.000 e já são 28.000 pessoas que trabalham em comércio ambulante. Tem 12 ruas no Brás onde o comércio começa às 23h30 e se encerra às 6h da manhã. Nesse local, teve o aumento de 12.000 para 28.000 ambulantes.

Então, cresceu demais e percebemos que é assim: o desemprego e aí as pessoas convidam alguém da família, algum amigo, para participar junto e usam o espaço público. Agora, as normas nós precisamos definir e acertar, porque não é justo quem tem sua loja, paga seus impostos, constroi lá, tem 4 hotéis hoje na região Brás, Pari, Canindé, e as pessoas estão em frente à loja e, quando termina o comércio deles de madrugada, o comércio local demora de duas a três horas para abrir a porta para poder funcionar. Não todos, mas boa parte tem e até usam as energias das lojas e mexem nas fechaduras dos comerciantes, que não é nada justo.

Então, no TPU, hoje, realmente, eu não sei, há uma fala nossa, aqui dos Vereadores, por exemplo Itaim, no mercado vocês conseguiram liberar 30 espaços, mas eu vejo um modelo que foi feito já em alguns estados aí, em algumas cidades grandes que são espaços públicos e aí, você tem um bom terreno, um bolsão, daí consegue cadastrar, organizar e essas pessoas vão pagar taxa, mas vão ter dignamente lá sanitários,



estrutura para poder trabalhar e atender o público. Acho que vamos caminhar por aí.

No Brás é loucura, eles tomaram, por exemplo, essa semana, eu mandei ir lá, e sou repetitivo, avenida Valtier, que é uma das principais do Pari, que vem do Canindé, liga Pari e Brás, vindo da rua Oriente, hoje os carros não passam mais, porque eles fizeram as barracas nessa avenida, no meio da avenida, além de todo o espaço que vai da João Teodoro à rua Tiers, as calçadas, eles fizeram também na via pública, e não passa um carro. Não conseguem passar mais os carros.

Tem sim o comércio, hoje, que ficou, são mais de 2 mil carrinhos tipo os que têm em Xangai, que leva a mercadoria, aí tem mais de 2 mil carrinhos, o pessoal vai comprando, pondo no carrinho, como tem nos mercados municipais, feiras livres – tem pouco -, mas no mercado municipal conforme você compra, vai pondo no carrinho.

Então ficou meio sem controle e quem tá sofrendo é o comércio que realmente está pagando seus impostos e tal. E outras cositas mais que as informações vêm e, isso, nós vamos levar também nobre Vereador Joogi, 1,5m por 1,5m, a média de R\$ 300,00 por semana que se paga. Para quem? Para o dono do pedaço. Aí quem é o dono do pedaço da rua João Teodoro até a Monsenhor Andrade? Ah, é o Pantera. Quem é o J.R.? Quem é num sei quê? Aí tem a Melissa. Mas aí você não consegue definir. O primo do Pantera está na Oriente, o tio da Pantera está na João Teodoro, o sobrinho do Pantera... então, é assim, uma loucura.

Então você imagina 28 mil pessoas pagando R\$ 300,00 por semana. É um cálculo que não fiz, mas deve ser grande. Hein? Joogi é matemático, fez física, química, biologia na USP também. Formou-se em medicina mas é Vereador, apaixonado em ser Vereador. Um dos maiores



cirurgiões plásticos que temos, só que não estou querendo fazer, não estou querendo fazer com ele as bolsinhas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não. Vinte e oito mil.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Oito milhões e quatrocentos/mês, e é verdade mesmo. E aí quem não pague esse espaço. Lá eu não sei, mas aqui, aqui já está constatado. Há gravações, aliás. Aliás, numa dessa, pôr as gravações aqui, e a pessoa ainda tem um nível assim de avaliação. Ele paga 300, mas se ele...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quer melhorar e ir para outra rua, ele paga uma luvinha e vai para outra rua. E virou, virou uma loucura, uma loucura, uma loucura. Aliás, eles queriam que eu participasse num congresso, numa igreja, um dia, mas eu não sei se eu ia ser bem vindo lá. Eu não fui, porque eles queriam explicar para mim que é tudo legal, a chegada da mercadoria. É tudo legal. Que nem, eu informei à Polícia Civil, à Polícia Federal, isso já há um ano atrás. Chegam dois containers de terça e quinta, dois de terça e dois de quinta. Em 45 minutos, os containers estão vazios. A gente vai, em cópias taquigráficas aqui, até para que se a autoridade quiser fazer, ela vai lá e faz o que quiser.



Perguntar para a senhora. Eu, então, o TPU foi em 2007 a 2009. Uns falam 2009, não é? Parece que as informações... O último foi oferecido em 2009, não é? Hoje quantos estão ativos lá?

A SRA. SIMONE CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA ROSSI –
Hoje nós temos 326.

P – Trezentos e vinte e seis. Agora, eu lhe pergunto, Simone, e você também não tem essa condição de... Você acredita que tenha quantos mais acima dos 326, mais?

R – O dobro, pelo menos.

P – Pelo menos, tem o dobro?

R – Pelo menos, o dobro ou triplo?

P – Então, nós temos no cálculo de Brás, Pari e Canindé, não é?

R – Não, eu acho que aqui é mais, não é?

P – Mais?

R – Eu acho que é.

P – Não, é lógico. Pelo, pelo espaço.

R – É, pelo espaço.

P – E pelo, ficou uma marca, não é, por causa da feira da madrugada, que agora foi organizada e tem um complexo lá, mas, mesmo assim, eles são... Que nem, até quero deixar registrado aqui em cópias taquigráficas, até para o Prefeito Bruno Covas e para Secretário Jurídico, a Associação Portuguesa de Desportos, que eu tive muito orgulho de ser



militante lá de natação, competi muito em garoto, eles agora fizeram uma nova atividade. Eles estão aterrando as piscinas, estão aterrando lá um campo de bocha e estão fazendo um, preparando um espaço. Já foram multados pela Prefeitura da Mooca. Vários autos já foram feitos. Acho que já deu já mais de 200 mil reais só de autos. O Prefeito, assessor do Prefeito, Sr. Maurício estão indo, acompanhando. Eles estão fazendo lá um, nobre Vereador George(?), eles estão fazendo lá um espaço para quatro mil box dentro do clube, um clube que está endividado com 450 milhões de reais, um clube que não está pagando terreno, que é da Prefeitura. Tem uma área lá de trinta e oito mil e novecentos metros, que é da Prefeitura, e eu estou encaminhando já para o Ministério Público, não é? E estou fazendo todo um levantamento. Nós estamos com todas as, as imagens, as falas, que é do Clube Portuguesa de Desportos, ali na rua da piscina, não é, que vem pela rua, pela marginal e tal, um absurdo.

Então, é assim, talvez uma parte desses 28 mil, se... Lógico, se o seguro liberar, que ele não tem condições nenhuma de liberar. O que eles estão fazendo lá não pode ser liberado de jeito nenhum, mas estão investindo dia a dia. Aliás, eles já contrataram duas empresas que mexem com estacionamento, que estão ajudando. Quer dizer, mas todos os dias é uma novidade na cidade de São Paulo, mas estou atento aqui e estou, estou colocando, no papel, e mandando para todos os órgãos que eu posso essas irregularidades, mas eles acham que eles estão certos.

Então, ali, ali no comércio que vocês estão lá, que tem, você, assim, vê, são pessoas brasileiras, são outras origens, bolivianos, africanos, nigerianos, como vocês estão lá?

R – É, os nossos cadastrados ainda são brasileiros, não é? Mas a procura está aumentando pelos estrangeiros.

P – É, não é?

R – Estão migrando.

P – Tem bastante.

R – É, está começando para lá. Ainda não, São Miguel não foi, não está como aqui, que eu vejo uma rua inteira do Brás, não é, lá, já com pessoal estrangeiro, não é?

P – É.

R – Lá não tem isso não ainda.

P – Hoje a Celso Garcia, o Largo da Concórdia, a Rua Maria Marcolina...

R – Hum, hum.

P – Tem umas 400, eles ocupam a calçada toda, não é? E é, nada contra, mas, angolano, nigeriano, tal. Os bolivianos já estão mais, já mudaram de posto. Já foram para, ali para a feira da madrugada. Então, grande, a operação, a que vocês tiveram, a última foi no dia 8, não é?

R – Dia primeiro.

P – Dia, dia um do oito, não é? Um do oito. E você, me fala uma coisa. Em termos do que nós estamos falando, que nós vamos procurar tentar melhorar isso, mas o Governo vai ter que agir para ajudar o funcionário a poder pôr ordem também, qual a ideia teria para, por exemplo, esses que estão pedindo um cadastro e espaço, você vê, com bons olhos, uma área, um bolsão? Vamos chamar de bolsão?

R – Eu vejo, mas, como eu estive, já estou há algum tempo, já foi direcionada uma área, que seria, no nosso caso, lá, uma área do



mercado, que estava inutilizada e provisoriamente eles usaram, e, na época, eles não gostaram. Por quê? Porque não era passagem. As pessoas não, eles querem, os ambulantes ficar na rua que as pessoas passam. Eles não querem um local isolado, mesmo que essa área for central. No nosso caso, era central e, mesmo assim, eles, não teve uma boa adesão.

P – Hum, hum.

R – E, hoje em dia, eles pedem muito a área que era, a antiga estação de trem, para que lá fosse um local então fechado, mas que tivesse um serviço público, para atrair as pessoas. Aí sim teria adesão, como um poupa tempo ou alguma coisa desse nível.

P – Onde tem um público, onde vá um público, coisa parecida, não é?

R – Isso, isso, porque, como lá não tem essa cultura do público...

P – Muito obrigado.

R – Ir num local, não é? Então, eles, onde as pessoas passam é entre a estação de trem e o ponto de ônibus, não é? Normalmente. Então, não atraiu eles na época.

P – Está. Entendido.

Nobre George(?), alguma pergunta para a Sra. Simone?
(Pausa) Nenhuma.

Bom, eu tenho a falar que São Paulo (inaudível) dessa maneira.



- Manifestações fora do microfone.

P – Desde 2007 a 2009, que não tem mais uma credencial de TPU, e, nesse tempo todo, que já vão bastante tempo, as pessoas invadiram...

- Manifestações fora do microfone.

P – Como?

- Manifestações fora do microfone.

P – Liminar.

P – Tem?

R – É, eles trabalharam sob liminar em São Miguel.

P – Trabalharam?

R – Sim.

P – Muitas?

R – Todos.

P – Todos?

R – Todos, porque foi uma ação coletiva.

P – Sim.

R – Todos, todos que tinham, a juíza liberou a partir de 2012, que poderiam continuar.

P – E vocês, quem é o Procurador que fica lá com vocês?

R – Não, nós não temos Procurador.

P – Não tem?

R – Não.

P – Precisaria ter, não é?

R – Era o ideal.

P – Você vê, 386 Procuradores. Nada contra os Procuradores, viu? A minha Procuradora querida, que sempre acompanha, mas precisava ter um Procuradora em cada subprefeitura, não é?

R – Deveria.

P – Logicamente até para...

R – É muito específica a nossa legislação

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Esta sendo cuidada essa liminar? Como ficou?

A SRA. SIMONE – Nós não tivemos o retorno. Sei que foi julgada, mas não chegou até a Prefeitura do Município de São Paulo ainda....

P – A senhora poderia nos enviar uma cópia? A senhora tem?

R – Tenho da ação.

P – Gostaria que a senhora nos enviasse uma cópia ao meu assessor, Dr. Hote, e quero levar todas essas informações para a primeira reunião que teremos na Prefeitura do Município de São Paulo, para analisar tudo direitinho.

Nobres Vereadores, há muitos lugares ainda, que os ambulantes trabalham com o efeito de uma liminar. Estamos propondo sempre, e agora vai abrir esse grupo de trabalho com o Executivo e logicamente que estou indicando nossa subcomissão para estar junto e falamos em bolsões, tal, e credenciado, uma vez por todas, organizar onde às pessoas tenham condições trabalho. Mas a Sra. Simone, também estava falando e é verdade, o cidadão, ele não quer muito estar em bolsão, ele quer estar no corredorzinho onde passa bastante gente, onde tem público para olhar e comprar a mercadoria. Vai chegar um momento que teremos de pontuar tudo isso, e das liminares, eu perguntei algo, em que cada subprefeitura precisava ter um Procurador. Abriria um leque bom. Em São Miguel não tem Procurador. Tem muitas subprefeituras que não tem procuradores.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Esse caso que V.Exa. relata, nobre Vereador, é de fato, vários ambulantes na Cidade de São Paulo, eles conseguiram uma liminar e já trabalham há alguns anos nesse sistema. Conheço um caso específico de Itaquera um senhor que tem uma liminar que trabalha em um lugar adequado, mas é porque Itaquera, na época em que ele trabalhava, trabalhava colado ao muro do trem, no Centro de Itaquera ao lado da delegacia. Aí venho todo aquele desenvolvimento de Itaquera, aquele viaduto passando ali por cima ao lado da delegacia, tal. E ele está hoje, mais ou menos no mesmo lugar que estava há quinze, vinte



anos atrás. No mesmo lugar. Mas agora ele está embaixo do viaduto que é justamente no ponto crucial ao lado do terminal, que todo mundo que passa ali, ele está muito servido. Falo isso porque cada caso é um caso. Existem ambulantes que não querem de jeito nenhum, sair daqueles calçadões, da região de grande circulação, porque acreditam que o pessoal não vão entrar no bolsão. Ali eles estão passando por eles e vão comprando. Mas existem casos e prefeituras regionais que há possibilidade em grandes calçadões se transformar em bolsões. Em alguns casos dá para casar uma coisa na outra, por isso temos de identificar, como citei o Sr. Martinho, que conheço lá, dá para tratar caso a caso, ouvindo as Prefeituras Regionais para encontrarmos a melhor solução. Mas acredito que, recentemente atuei para alguns ambulantes na Região da Casa Verde, eles estavam na calçada mas atrapalhando até o pessoal, não conseguia passar, em um acordo com o Prefeito Regional eles foram para um terreno ao lado - eles estavam na calçada da UBS - foram para o terreno ao lado da UBS que era público, não tinha serventia nenhuma e provisoriamente estavam por ali até que se encontrasse uma solução mas resolveu o problema. Todos que passavam pela UBS, passavam por eles e eles não precisava mais estar atrapalhando a passagem de pedestres, cadeirantes, enfim.

Então acredito quando nos debruçarmos caso a caso, voltaremos a encontrar soluções aí para a Cidade de São Paulo, onde conseguiremos ajudar a Cidade de São Paulo no seu contexto: os trabalhadores, a Prefeitura, os comerciantes que trabalham legalmente e pagam seus impostos. É esse nosso objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – É bem isso, ouvir a todos e dar soluções. E o que não dá, até para o próprio comércio. Se ainda ficasse 10 mil pessoas hoje no comércio da meia noite às 6 da manhã, na região Brás/Pari/Canindé, ainda dava para sustentar, acertar,



duas, três ruas. Organizar. Hoje não! Hoje eles entraram com tudo mesmo. Por exemplo, no hospital fratura do Pari, a ambulância precisar sair, ela tem de sair para o lado da Marginal. Ela não consegue nem para o lado centro. Não consegue. Já houve casos, numa madrugada dessa daí, um acidente grave que entrou no Hospital Fratura do Pari, a ambulância não conseguia chegar. Não é fácil. Mas creio que a colaboração que estamos dando, se empenhando nisso, que parece ser uma coisa muito simples, mas não é, é preciso ter vontade de fazer e trazer as pessoas. Agradeço Simone, e se você puder passar para a Subcomissão o que nós falamos aqui, essa ata, tal, tudo isso daí. É interessante.

Peço ao nobre Vereador George Hato, que leia o requerimento.

- Assume a Presidência o nobre Vereador George Hato.

- É lido o seguinte: (Requerimento 13/18, de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu...)

O SR. PRESIDENTE (George Hato) – A votos o requerimento. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

- Assume a Presidência o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sra. Simone, a senhora tem conhecimento se tem algum xerife que cuida dos espaços,

que toma conta? Olha pode ficar aí no espaço, converse comigo que está liberado?

A SRA. SIMONE – Em São Miguel não temos conhecimento. Essas pessoas que participam, inclusive da nossa comissão permanente de ambulantes eles têm associações, os sindicatos, eles se organizam, mas não tem esse tipo de comércio paralelo.

P – Pela fiscalização vocês notam que possivelmente passa-se uma semana, duas, tem uma barraquinha nova ou não? Ou eles conseguem, entre eles, organizar para que não entrem mais ninguém?

R – Entre eles. Não têm barracas novas. O que tem é o a gente de siri, joga no chão, uma sacola. Barraca, banca, não entra nenhuma.

P – Quem é o Presidente da Associação?

R – Manuel Souza.

P – Associação de Ambulantes de São Miguel?

R – Não é de São Miguel. Não me vem o nome correto da Associação.

P – É de outro bairro? Não é uma associação específica do local?

R – Não. Temos outro representante do local.

P – Quem é?

R – Antonio Sales.

P – É uma associação também?

R – É uma associação.

P – Essa é local?

R – Local.

P – Tá ok. Sra. Simone gostaria de fazer mais algum comentário? O que eu preciso, são esses dados, parecem poucos, mas são importantes a senhora nos enviar e faço questão, no momento certo em que tomar pé lá, o pessoal do Executivo, para que vocês participam para fazer um modelo só para São Paulo. Falam que não conseguimos coloca ordem que aqui tornou-se um Paraguai. Não sei, acho que a gente consegue sim. Depende da vontade de cada um. Conversando com as pessoas interessantes e vamos tentar acertar.

R – Parabenizo esse comissão porque acredito ser muito importante, porque existe a crise, as pessoas têm de trabalhar, mas as pessoas têm o direito de ir e vir. Então os espaços também não podem ser ocupados e as pessoas começam a ampliar muito o seu negócio. Tem de ter um cruzamento de todos os direitos, do trabalho e do direito de ir e vir, que não dá realmente comportar o espaço publico todo mundo no mesmo lugar, creio que a comissão irá chegar em uma boa alternativa para os ambulantes de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O próprio comercio que ali está pagando seus impostos corretamente, e tal, se sentem até ofendidos. O cidadão para na porta dele, ele quem paga seus impostos, tem tudo que é de direito, ele não consegue andar e funcionar e muitas vezes a mesma mercadoria que está na loja está na barraquinha ou no siri e 50% mais barato. Alguma coisa está ai, que também não é nossa, precisamos ver isso. são outros órgãos. Mas precisamos, colocar ordem no pedaço.



Simone, eu, sem dúvida alguma o nobre Vereador Alessandro, o George, votação expressiva do nobre Vereador Alessandro Guedes, na rua região, estou pertinho ali, de uma votação boa, que é o Itaim, que a família toda Curuça, então sou obrigado a buscar um pouquinho mais de votos que eles. Mesmo assim fazemos o que podemos, com esses meninos jovens valores aqui da Casa.

Muito obrigado pela sua presença. Um grande abraço para o Edson. Sei da dificuldade que vocês têm para andar com uma Sub, que não é fácil e no momento certo estamos chamando para participar no Executivo, insisto que a senhora me mande o que ficou combinado aqui.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a reunião de hoje.

Estão encerrados nossos trabalhos.

SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO AMBULANTE
NA CIDADE DE SÃO PAULO

PRESIDENTE: ADILSON AMADEU
TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 29 DE AGOSTO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Bom dia a todos. No dia de hoje, não há quórum. Portanto, tendo em vista o artigo 58 do Regimento Interno, por falta de quórum, vamos fazer apenas uma reunião de trabalho porque não temos a presença dos colegas Vereadores, que não chegaram a tempo.

Eu agradeço desde já o Sr. Felipe Ramos de Souza, assessor de gabinete do nosso querido Prefeito Eduardo Odloak, da Subprefeitura da Sé e o Sr. Reginaldo José Fazzion, que é o Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Regional da Sé. Agradeço ao Sr. Eduardo, e também sei que teve alguns compromissos e trabalho até de madrugada. Mas esta reunião é mais para que a gente possa, pela experiência de vocês... Acredito até que, pelo tempo de trabalho, como o Reginaldo está há mais tempo e conhece muito, ele deveria passar todo o conhecimento, que é importante, para vocês, mais jovens.

Quero perguntar para você, Reginaldo, que é o Coordenador de Planejamento, a respeito do tema que estamos discutindo aqui, já trouxe o pessoal de Santo Amaro, da Lapa e de São Miguel e vamos trazer outros colegas. O tema é a ocupação do espaço público. Na sua região, na Sé,



você já tinha me falado da parte que vai vizinha do Canindé, que é o rio que divide: o lado direito ainda pertence à Mooca e o lado de cá é de vocês. Mas a respeito das condições dessas pessoas que trabalham irregularmente, vocês entendem que é crônico, Reginaldo?

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Bom dia. Sou arquiteto, funcionário de carreira da prefeitura de São Paulo. A Subprefeitura da Sé aglutina oito distritos de São Paulo que compreendem a República, Sé, Liberdade, Aclimação, Bom Retiro, Cambuci e Barra Funda, são esses – se é que não esqueci algum.

Temos problemas localizados, como todo mundo conhece bastante, que são os casos da 25 de Março, Santa Efigênia, José Paulino, Paulista, que faz parte do projeto Ruas Abertas de domingo, o que acaba atraindo bastante movimentação de pessoas na região. O centro novo, que é a República, temos feiras de artesanato, enfim, é uma área bastante extensa.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – É. São oito distritos. Aproveito e cumprimento aqui o coordenador da Associação dos Taxistas, Sr. Souza, Sr. Bira e todos os taxistas vizinhos do Shopping Olímpia. Eu pergunto: oito distritos e o que você tem hoje de equipe?

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Atualmente, até o mês passado, estávamos com 12 equipes de desfazimento e que fazem trabalho de apreensão. Agora foi ampliado para 15 equipes.

P – Quantas pessoas em cada equipe?

R – Então, é bom o Felipe falar mais sobre isso, porque envolve caminhão...

P – Com a palavra o Felipe, assessor de gabinete do nosso Prefeito Eduardo Odloak.

O SR. FELIPE RAMOS DE SOUZA – Bom dia, Vereador. Sobre as equipes, são 15 equipes. São sete equipes que ficam com o pessoal do rapa e oito equipes que cuidam de zeladoria urbana. Cada equipe é composta por dez homens, sendo dois motoristas, um caminhão, uma Kombi e oito agentes de apoio.

P – E qual é a rotina dessa fiscalização?

R – A gente coloca duas equipes na 25 de Março, uma equipe na José Paulino, duas na volante e uma equipe fazendo a Sé.

P – Tá. Vocês não têm essa condição pelo número de pessoas, ainda na José Paulino acho que tem condição com as equipes, não é Reginaldo?

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Sim. O problema maior é na 25 de Março. São muitas ruas e muitos ambulantes.

P – Dentro desse número que vocês estão falando de fiscalização, você tem ideia de quantos ambulantes estão trabalhando hoje em toda a região de vocês?

O SR. FELIPE RAMOS DE SOUZA – Regular ou irregular?

P – Irregular. Acho que os regulares vocês devem ter o número porque da última vez que foi dado o TPU foi em 2009, eles vivem com liminares. Eles apresentam na abordagem a liminar?

R – Sim.

P – Só apresentam? Vocês fotografam?

R – Fotografamos e consultamos na Prefeitura.

P – Chegaram a pegar alguma fria já?

R – Já, na 25 de Março, no início da administração, identificamos de seis a oito ambulantes irregulares.

P – E caso de polícia?

R – A gente pediu para recolher e não tinha o autor, eles evadiram do local, a gente acabou não identificando e não houve necessidade da polícia.

P – Vamos falar de um ano para cá, você, em termos de fiscalização nessa região de oito distritos - vamos chamar assim -, em um ano vocês têm ideia de quantas vezes saiu um grupo para trabalho de fiscalização?

R – As equipes trabalham todos os dias.

P – Todos os dias nos oito distritos?

R – Todos os dias. Apenas a volante é 12 por 36. As outras trabalham de segunda a sexta e sábado, quatro horas por dia.

P – Faz noturno?

R – Não, só durante o dia.

P – Sábado até?

R – Sábado até meio-dia, tirando a Volante que são 12 por 36. Daí fica das 8h às 20h.

P – Reginaldo, você que está há 40 anos na Prefeitura, o número de pessoas para trabalhar não é suficiente?

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Então, não é porque a gente tem o apoio da própria Guarda Civil Metropolitana, que pela legislação eles podem fazer esse serviço de abordagem e fiscalização inclusive até autuação. Só que na prática mesmo eles não fazem isso. A gente tem apoio também da operação delegada com a PM, inclusive, em alguns locais tipo, a gente tem base fixa da PM na 25 de Março e na Paulista também, enfim, é uma somatória de forças para ajudar. De fato a gente precisaria até ter mais equipes realmente pela demanda de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não, pelos oito distritos que me passaram, a gente estava conversando anteriormente. Vocês são super-homens. Não dá para fiscalizar tudo isso.

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Não dá.

P – A dificuldade é muito grande. A Guarda Civil Metropolitana acompanha vocês?

R – Acompanha.

P – Em todas?

R – Não, em alguns, na volante.

P – Está.

R – Em algumas situações, eles acompanham.

P – A Volante então, ela faz, dá para você me esclarecer, Felipe?

R – É porque... Isso aí é sempre mais controlado pelo próprio gabinete, e o Felipe...

P – O gabinete do Subprefeito?

R – Prefeito.

P – Felipe, me fala a volante.

O SR. FELIPE RAMOS DE SOUZA – Vereador, a volante, ela, ela circula por todas essas regiões, de maneira aleatória, 25 de Março, Paulista, Santa Ifigênia...

P – Rua Direita.

R – Rua Direita, centro novo, centro velho, 25 de Março. Ela passa em todas diariamente, acompanhado de duas viaturas da Guarda Municipal.

P – Está. E na apreensão, vocês estão levando, vocês estão com depósito aonde? Lá do Shopping D, lá?

R – Não, Barra Funda, lá é dos carros, Shopping D é dos carros.

P – Que aliás, que aliás, eu, tem um projeto meu, já passou aí, e tenho falado com o Prefeito. Hoje estão levando. Você sabe o número de carros que hoje estão levando na cidade de São Paulo?

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Teve uma reportagem.

P – É, subiu de 32 para 57 por dia.

R – Na média por dia.

P – E não é só vocês da Sé, todas, Lapa. Está tudo atolado aí, com essas carcaças e tal. O momento agora a gente está falando de um outro assunto, mas imediatamente, quando vai levar o carro que vocês levam para a subprefeitura ou para o depósito, o carro que não tem número de chassis nem placa, ele não está dizendo mais nada. Não adianta ir nem



no Detran, nem com especialista. Não tem o número de chassis. Então, eu não sei o porquê ainda não tomaram as providências de 30 dias. Deixou o selo ali, não tirou. Isso aí tem que amassar e ir embora. A gente tem... Eu cheguei inclusive fazer uma reunião com um Procurador de vocês lá, não lembro o nome agora, exatamente por isso. É vontade também de querer, não é o caso de vocês, é vontade de querer fazer. Aliás, hoje, no plenário, eu vou falar sobre isso, em cima da entrevista aí que eu vi aí, que foram dadas hoje. O de vocês está lá no Shopping D, está lotado, dengue, urubu, pipoca, tem tudo lá. Que não tem nada a ver com vocês.

Mas então... E fala para mim, quando vocês, num caso de, de uma diligência grande, por exemplo, nós vamos partir para 25 de Março amanhã. Vocês fazem um levantamento logicamente tal. Vocês, vocês, o primeiro plano, vocês, Felipe, você, como chefe de gabinete, você chama a operação delegada?

O SR. FELIPE RAMOS DE SOUZA – Não, não sou chefe de gabinete, Vereador. Trabalho no gabinete só.

P – Ah, você não é o chefe?

R – Não, não.

P – Eu estou te promovendo?

R – É.

P – Está ótimo então. Não esquece de lembrar de mim, que eu te promovi.

R – Pode deixar.

P – Está, mas como é a condição? Por exemplo, nós vamos fazer um grande rapa.

R – Então, temos o apoio da operação delegada, que nos acompanha nas operações e também nós solicitamos o apoio da Guarda Civil, no caso de uma operação extraordinária.

P – Outro dia eu vi algo que é na divisão de vocês, que é Rua Direita.

R – Certo.

P – No momento que vocês vêm com a perua kombi, com o caminhão e com oito homens, que devem ser os seis andando, quando vocês iniciam aqui, perto da Praça da Sé, o daqui, que vocês sabem bem, eles são atletas também. O que eles fazem? Eu estou falando do siri, que eles têm o lençolzinho. Eles puxam, já está pescado. Só que vocês vão sentido aqui, a Patriarca. Se tem aí uma equipe vindo da Patriarca para cá, e da Catedral para cá, vocês fecharam o cerco.

R – Eles entram nas lojas.

P – Entram nas lojas?

R – Entram, entram.

P – E a operação delegada o que faz?

R – Não pode entrar nas lojas. Eles não entram na Marisa, por exemplo, essas lojas. Essas lojas eles nem entram. É perigoso.

P – Mas, tudo bem. Eu sei, eu sei que é muita dificuldade.

R – Uma vez a gente tentou ir atrás e quase quebrou a vitrine da loja. A gente...

P – É que a abordagem, eu vejo assim, eu não sou especialista, Reginaldo, você conhece tudo. Por exemplo, de fato, quando



estava acontecendo isso, pelo menos, um entrou no McDonald's, ali no comezinho. Mas ele está, ele está com aquele, com aquele saco todo, a rede dele. A operação delegada, a pergunta que eu faço é essa: Ela espera a pessoa sair ou ela pode ir lá e pedir, a operação delegada pode fazer isso, identificar a pessoa que está aquilo lá, com aquele lençol lá, com um monte de mercadoria de má procedência, sem nota fiscal. Não pode?

R – Eu acredito que sim, Vereador.

P – Não, eu estou perguntando porque eu queria saber de vocês. Realmente Reginaldo, eles dão um pinote e vai para a loja mesmo e fica quietinho.

R – Exemplo, entra na Americana, sai do outro lado.

P – De outro lado, exatamente.

R – E aí...

P – Mas isso aí, quem tem que fazer, não vocês agente.

R – Sim.

P – É a Polícia Militar. Não é isso?

R – Sim, exatamente.

P – A PM que tem que chegar junto.

R – Exatamente.

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Normalmente eles não fazem.

P – Não fazem.

R – Até porque está dentro de uma área particular.

P – Está. Vocês têm ideia só nesses primeiros seis meses, vamos falar assim, de volume de apreensão de mercadoria que vocês tiveram? Eu vou pedir até uma gentileza, é reunião de trabalho, mas eu quero que vocês me ajudem, como todos estão me ajudando aqui. Até já falei para o Lepic que a gente vai juntar as forças para tentar dar oportunidade para quem trabalhar, com CNPJ, e arrumar espaço. Se vocês depois puderem me falar, mais ou menos...

R – Quantidade de apreensões?

P – É muito uma quantidade.

R – Janeiro é o mês atual, aproximadamente 60 mil.

P – Sessenta mil?

R – Apreensões.

P – Setenta mil apreensões?

R – De janeiro ao mês atual.

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Tudo aqui sacado.

R – Lacrado.

P – Não, tudo bem. Vocês fazem todo a, o que manda a lei, lacra, tudo certinho. E vai para o depósito na Barra Funda?

R – Isso, perfeito.

P – Está, e o último leilão lá, o que aconteceu? Onde foi?

R – Lá não é feito o leilão.



P – Lá vocês não fazem?

R – As mercadorias são destruídas. Isso.

P – Ali não tem...

R – Ou, no caso, o rapaz que teve a mercadoria apreendida, ele recebe o contralacre. Ele apresenta a nota fiscal.

P – Nota fiscal. Procedimento?

R – Ele restitui a mercadoria.

P – E ali, o tempo que, da apreensão?

R – Ele tem 30 dias para entrar com o processo. Passados os 30 dias, a gente pode encaminhar para a destruição.

P – Aí já vai encaminhando para a destruição?

R – Isso, perfeito.

P – Está, só no mês de janeiro, 60 mil?

R – Não, de janeiro ao mês atual.

P – Os seis meses?

R – Isso.

P – Está.

R – Seis não, oito, não é?

P – Oito.

R – Oito.

P – Oito. Eu tinha falado dos primeiros seis meses.



Vocês, não é o, eu acho que vocês não têm essa movimentação que tem o Brás, Pari, Canindé. Vocês não têm nada da meia-noite às seis da manhã?

R – Equipes?

P – Não.

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Ambulantes.

P – Ambulantes usando espaço público.

R – Tem pontos isolados.

O SR. FELIPE RAMOS DE SOUZA – Exatamente.

P – Por exemplo, aonde?

R – República, Paulista, Peixoto Gomide...

P – Paulista está pegando corpo à noite.

R – Santa Ifigênia também. Tem bastante movimentação de ambulantes, Praça da República, Peixoto Gomide, em alguns lugares específicos, em alguns dias da semana.

P – Então, estou falando isso até para você, Reginaldo, que teve...

R – Treze de Maio também.

P – Treze de Maio também?

R – Treze de Maio, Bela Vista, Dom Orione.

P – Mas o que é? É mais servindo...

R – Na Bela Vista, tem o samba de roda...

P – Na Paulista hoje, está virando bar direto lá.

R – A Paulista, o que complica para gente são aos domingos, que fecha a Paulista e muita gente vai para lá e os ambulantes acabam migrando para lá também, ambulantes de todos os outros lugares da Cidade acabam indo para lá. A gente acaba ficando meio sem controle.

P – Faz um centrão deles.

R – Exatamente.

P – E lá no, estava até comentando com vocês o que está acontecendo na região Brás-Pari-Canindé, hoje todas as ruas, inclusive o hospital fratura do Pari, tem algumas coisas aí que a gente pode até mostrar, tomaram um hospital. O hospital tem pessoas que vão lá, estão em cirurgia, ficam dois, três dias, tomaram conta de tudo ali. Hoje tem, mais ou menos, sem exagero nenhum, 20 mil ambulantes, pessoas ocupando os espaços da meia-noite às seis da manhã. Vinte mil. Avenida Vautier, inclusive você não consegue mais transitar, exatamente por isso. Então, a gente está identificando tudo isso, para levar para o Prefeito, e mais o pessoal do Executivo aí, que formou uma frente também de circuito de compras, que parece que está no comando do Lepique, tenho falado com ele, para a gente se juntar aí e para ver. Eu acho que, não sei, Reginaldo, pela toda uma experiência, em cada região, você acha que a gente conseguiria passar para essas pessoas que estão querendo trabalhar e se organizar, com CNPJ também, é difícil, porque quem começou nessas mercadorias aí, que não são muito boas, para falar pirateada, é difícil a pessoa vir com CNPJ para arrumar um espaço público. Você acha que bolsões, bolsões seriam interessantes na cidade de São Paulo, para levar esse pessoal?

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Então, isso aí resolveria parcialmente o problema, porque o ambulante, ele gosta de ficar...

P – Solto

R – Onde tem aglomerações de pedestres, solto, enfim, em pontos estratégicos. Os bolsões resolveriam uma parte do problema. Acho que parcialmente sim, mas não totalmente.

P – Você que está há quase 40 anos na Prefeitura, e está sempre nessa área de, de coordenação, boa parte da sua vida. O crescimento foi brutão, não é?

R – É, devido a...

P – Desemprego.

R – Crise econômica, desemprego muito grande agora atualmente, não é. Só que já é um problema antigo, como até comentei com o senhor um pouquinho antes. Até houve uma CPI em 2002, que tem até os relatórios aqui nos Anais da Câmara. Tinha muito mais naquela época, pelo menos na área central. Já se resolveu muita coisa. Assim, tem bem menos. Eu acho que se comparar a área central como, por exemplo, a área da Mooca, a área central está com muito mais controle.

P – Está super controle, não dá nem para comparar. Os senhores estão super controlados.

R – Porque, de fato, a gente tem um pouco mais de estrutura realmente, mas é uma coisa que ainda precisa evoluir. Enfim, é o que a gente estava comentando. Tem que unir forças a isso, fazer várias ações, várias frentes de trabalho com outros departamentos ajudando, e vocês



aqui da Câmara também dando todo apoio para a gente, para tentar solucionar ou minimizar esses problemas.

P – Fala para mim, com liminares, vocês têm o número de, na área de vocês, que estão com liminares?

R – Não temos.

P – Está, e fala para mim, vocês não conseguiriam fazer um, ideia só, está. Até depois escrever para Eduardo e tal, de chamar todo aquele que está trabalhando hoje, para que passe na Subprefeitura, se apresente com a liminar para fazer uma revista em tudo isso? Fica mais fácil pegar um setor, marcar dois dias da semana...

O SR. FELIPE RAMOS DE SOUZA – Então, Vereador, a gente já está fazendo isso nas ruas da 25 de Março, que é a revalidação para, justamente, ver quem está vivo, porque muitos vieram a falecer e o auxiliar continua trabalhando...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E o contrato de gaveta?

R – Como assim?

P – O cidadão passou para três gerações ou para três pessoas...

R – Então, a 25 de Março a gente já fez. Identificamos, se não me engano, três ou quatro que já haviam falecido e nós já retiramos. Agora a gente já iniciou também na José Paulino e faremos agora no Centro Novo a revalidação.

P – Então já estão chamando...

R – Isso. Já chamamos da 25 de Março e José Paulino. Agora iniciaremos no Centro Novo: Barão de Itapetininga, aquelas ruas ali da...

P – Sete de Abril?

R – Isso, Sete de Abril...

P – Isso é bom. Antigamente, o pessoal do Norte e Nordeste que ocuparam as ruas. Depois vieram os bolivianos, os chineses e agora são os angolanos, os nigerianos – nada contra.

R - Venezuelanos.

P – Tem até um menino, que é taxista, nigeriano... Está aqui o Bira. E a família dele também trabalha, acho, que na Celso Garcia, alguma coisa assim. Mas tem bastante nigeriano, angolano, não é?

O pessoal da Mooca que me falou que eles vêm para o confronto, não é?

R – Sim.

P – Eles são meio agressivos, não é?

R – Na Barão de Itapetininga tem bastante.

P – E vocês aqui na Rio Branco tem alguma coisa assim? Porque ali eles estão se concentrando bastante também.

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Ontem teve na Guaianases.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Isso: Guaianases, Santa Ifigênia, ali, né?

O SR. FELIPE RAMOS DE SOUZA – Sim, ali tem bastante.

P – Eles vão... (ininteligível)

R – Eles são grupos bem organizados.

P – São craques em celular. Cada um têm três, quatro celulares... Não sei o que eles...

- Manifestação fora do microfone.

P – Conta essa daí.

R – Ontem na operação na Guaianases, quando a gente chegou na rua, eles jogaram debaixo dos carros vários celulares. Três, quatro celulares embaixo de cada carro.

P – Sim. Eu vejo a movimentação deles com celulares, é algo impressionante. O cadastro de vocês está atualizado? Está perfeito?

R – Está. Está tudo em dia.

P – Há quanto tempo você está lá, Felipe?

R - Desde março do ano passado.

P – Quando eu fui lá falar dos carros, era você quem estava ou era aquele menino que é da Mooca? O magrinho, que era chefe de gabinete.

R – O Vitor?

P – É, o Vitor. O Vitor está onde?

R – O Vitor agora é Prefeito do Ipiranga.

P – O Camilinho agora vai ficar bravo com ele. Prefeito do Ipiranga... Até o monumento vai tremer. O Camilinho vai ficar bravo. Então o Vitor está no Ipiranga?

R – Tá. Está fazendo uma boa administração lá.

P – Bacana. Bom menino. A última grande operação?

R – De fiscalização?

P – Sim.

R – A gente faz frequentemente, Vereador. Quase toda a semana...

P – Grande, assim que o galpão ficou assustado de tanta mercadoria que vocês levaram?

R – A última foi no Shopping Multibox. Foi na metade do mês passado. Foi por pirataria. Foi reunido com o pessoal das marcas e representantes das marcas...

P – Foi o pessoal das marcas que denunciou?

R – Isso.

P – Exatamente, só esse shopping?

R – Fizemos lá. Fizemos um bolsão também na General Carneiro...

P – Felipe, o pessoal das marcas - logicamente, vocês têm a batuta e o conhecimento -, quando vem à denúncia das marcas? Vocês vão verificar antes? Muitas vezes eles falam para pegar a São Benedito e



pede para não pegar a Santo Antonio. Precisa tomar cuidado. Desculpa, com a sua experiência, aliás, vou trazer o pessoal das marcas aqui.

A ideia é que tenha controle. Sei claramente, tenho falado, quando era o Doria, eu falei, agora Bruno Covas, tenho falado: novo concurso, preparar as pessoas, ter equipe boa mesmo para fazer. A operação delegada tem de estar presente mesmo para ajudar para valer. Mas a ideia... Pior que o Paraguai já está. Aqui está pior que o Paraguai, infelizmente. Não dá para mostrar para ninguém o que está acontecendo nessas regiões. A maior crônica hoje, uma loucura, sem controle nenhum, é Brás/Pari/Canindé.

Como pode uma Avenida Vautier, com hospitais nas proximidades, onde você não consegue mais transitar da meia-noite às seis da manhã. Eles tomaram conta da avenida. É um absurdo muito grande.

Então dentro de tudo que a gente está falando e eu vou pedir para os outros colegas, de outras subprefeituras, por exemplo, se vocês puderem, em termos de sugestões, até para gente passar, para os outros 54 Vereadores, não sou o dono da verdade. E também passar para o Sr. Prefeito; para o Executivo, que o Lepique está cuidando; sugestões, ideias que ficariam boas para todos.

Aquele que quer trabalhar, ele vai montar uma firma, um CNPJ e aí se ele trabalhar com tranqueira, com mercadoria de mau procedimento, ele vai pagar. E vocês devem ter uma dificuldade muito grande nas operações, em tudo. Primeiro, porque ninguém quer perder a mercadoria. Segundo, porque o próprio comércio fica apavorado que dê confusão. Então é um desgaste muito grande.



Esse controle aqui das liminares é importante. Pode observar, você mexe um pouquinho aqui na Praça da República, já morreu três e estão usando lá. Nem que a família que perdeu essa pessoa vá lá e fale, olha: “está aqui o óbito, tal, a gente queria revalidar de alguma maneira...” Nem isso acontece. Fica o passe, repasse daquele ponto. Isso acontece muito.

Quero pedir para vocês, para o Felipe e para o Reginaldo, com toda experiência, e já agradecendo. Falei para vocês que seria muito rápido. Fiz apenas essa reunião de trabalho e vou repassar para o Presidente e para todos.

Logo, se vocês pudessem, com a maior tranquilidade, e com a minha assessoria, trazer algumas sugestões: mais ou menos um pouco do que vocês já me falaram aqui, do que acontece no dia a dia e as sugestões. Essa ideia de vocês pedirem para aquele que tem a liminar ir e revalidar, isso é fantástico, porque vocês vão tendo um controle. E tentar, realmente, ter espaço público para falar: “Você quer trabalhar? Essas são as condições. Será em tal lugar.” Aí fica fechado, onde vocês também podem fiscalizar melhor.

Anuncio a presença do Comandante Dutra, da Secretaria de Transporte. Quando vocês precisarem de alguma coisa da Secretaria de Transportes, o Comandante Dutra, imediatamente... Ele fez a operação para nós, taxistas, no Aeroporto de Congonhas na semana passada e colocou ordem na casa. Agora eu vou requisitar o Comandante Dutra para o meu gabinete. Falei com Otaviano, hoje, e ele disse que você pode vir e ficar comigo direto, 78 horas. Aí eu vou mostrar a minha força, com o Comandante Dutra na frente, viu Reginaldo.

Muito obrigado a vocês; ao Felipe também.

O SR. FELIPE RAMOS DE SOUZA – Obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Um abraço ao Eduardo, querido.

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Obrigado. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sucesso ao Vitor, que está no Ipiranga.

Depois, se vocês puderem, sem muita pressa, nem nada, encaminhar.

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – A gente encaminha.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Hoty, por gentileza, faz o contato.

É isso. Fiquem com Deus. Um bom dia.

O SR. REGINALDO JOSÉ FAZZION – Obrigado e igualmente. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Encerrada a reunião.

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE
ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

PRESIDENTE: ADILSON AMADEU.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12/09/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Bom dia a todos. Não havendo quórum – já conversei com o Inspetor Queiroz -, vamos fazer uma reunião de trabalho que também rende muito porque vamos escutando as pessoas convidadas.

Então a nossa Subcomissão de Estudos do Comércio Ambulante da Cidade de São Paulo, hoje, tem o prazer de receber o Inspetor Marcos dos Santos Queiroz. Muito obrigado, Inspetor.

No momento em que for perguntando, Inspetor Queiroz, pode usar o microfone. Mas antes de iniciarmos tenho uma filmagem para assistirmos juntos, depois fazemos os comentários.

- Apresentação audiovisual.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Antes de mais nada, Vereador Adilson Amadeu, quero cumprimentá-lo como Presidente desta Comissão e agradecer o convite à Guarda Civil. Dentro da nossa competência legal, a gente está aqui para atuar e cuidar do espaço público,



com uso racional do solo. É lamentável essa situação. A gente tem ciência do problema do desemprego e da questão dos refugiados. O Brasil é um País que acolhe as pessoas. Nós temos essa consciência humanitária também, e a Guarda Civil, dentro da legalidade, juntamente com as subprefeituras da Mooca e da Sé, nós estaremos atuando.

Então, desde já, eu agradeço o convite. Nós estamos aqui à disposição de V.Exa., para a gente trabalhar de forma conjunta, visando minimizar esses problemas. Então, de antemão, eu já solicitaria essas imagens, esse material, para que a gente possa trabalhar de forma conjunta. Evidentemente que nós vamos precisar de uma ação conjunta não só da Guarda Civil com a Prefeitura, como também com a Polícia Civil, fazendo contato lá com o titular do 12º DP da região. O Dr. Eder é bem conhecido. Falo também de todos os atores, porque o problema do comércio ambulante não só uma questão social, mas também ele já migra para a questão criminal também, com outros delitos. A gente vai estar fazendo diagnóstico disso e, dentro da competência, nós estaremos atuando sim.

Então, a gente está aqui à disposição, para que a gente possa buscar uma solução para isso, que afeta e depõe contra a nossa Cidade. Então, nós estamos à disposição de V.Exas. Eu estou chegando agora para a região da Sé. A área nossa de atuação está sendo ampliada, além da área da Sé, onde eu atuo. Nós vamos atuar também ali nas regiões do Brás, do Pari e da Mooca também. Então, estaremos juntos e seremos uma voz ativa aqui, para a gente trabalhar em prol da nossa Cidade.

Podem contar conosco. E eu estou à disposição para responder qualquer questionamento dentro da competência da Guarda Civil.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Já iniciando, parabenizo o aniversário da Guarda Civil Metropolitana.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Obrigado.

P – Acho que os senhores comemoram no próximo sábado, não é?

R – Isso, no dia 15 agora.

P – Ali no Anhangabaú. Não é?

R – Perfeito, nobre Vereador.

P – Em seu nome, Sr. Marcos Queiroz, e a todos da Guarda Civil Metropolitana, deixo os parabéns do Vereador Adilson Amadeu, da Câmara Municipal, enfim, da cidade de São Paulo, pelo trabalho maravilhoso que os senhores fazem no dia a dia.

Dentro das suas palavras, realmente é necessário haver um contato bom lá com o Dr. Eder, do 12º. Ele sabe de muitos materiais a respeito da região Brás-Pari-Canindé.

R – Perfeito.

P – Então, é muito importante que o senhor, estando ali já, tenha esse contato com ele e com a Polícia Militar.

R – Sim.

P – Com o comando da Polícia Militar, que também nós vamos chamar aqui.

Aqui já vieram a subprefeitura da Sé, a subprefeitura de Santo Amaro, a subprefeitura da Mooca, a subprefeitura de São Miguel e a subprefeitura de Butantã.

R – Sim.

P – É muito crônico tudo isso.

R – O problema é que abrange toda a Cidade, infelizmente.

P – Toda a Cidade. O desemprego é real.

R – Sim.

P – No mundo, há desemprego. No Brasil, há o número falado, mas não é porque há o desemprego que vão para desordem.

R – Sim.

P – E nós estamos vendo, pelas notícias nos jornais, que há mais desordem. Há essa subcomissão. Eu tenho falado com o Sr. Prefeito Bruno Covas. Aliás, ontem falei com S.Exa., por estar aqui na Casa. A ideia é começar a identificar as pessoas, para que sejam cadastradas e se apresentem com CNPJ.

R – Sim.

P – Para que depois venha aí um termo de uso de um espaço. Logicamente, pelo que nós estamos vendo, pelo número de pessoas hoje que estão envolvidas no comércio ambulante, há um crescimento. Eu posso falar sem errar que, da meia-noite às seis da manhã, em Brás, Pari e Canindé, nas ruas que o senhor viu aqui, onde a gente vai passar todo esse material, hoje há, mais ou menos, vinte mil pessoas.

R – É muita gente.



P – Então, não é a Guarda Civil Metropolitana e não é a Polícia Militar. Se juntarem todos, todo efetivo da Guarda Civil Metropolitana, os senhores não têm condições de ir lá e parar o que está acontecendo. Nós precisamos motivar essas pessoas que são do bem, que trabalham com mercadorias legais e não de má procedência, para passar para um trabalho controlado, sob todas as formas, controlado pela subprefeitura, controlado pela Guarda Civil e controlado pela Polícia Militar; e, pelo que nós estamos vendo todos os dias, tentam fazer mais núcleos, para levar mais pessoas, onde inclusive o polo gerador não vai conseguir absorver tudo isso. Imaginem só o Estádio da Portuguesa. Aterraram todas as piscinas, e ali estão fazendo dois mil boxes, sem licença, sem Corpo de Bombeiros, sem nada, invadindo inclusive uma área verde. A Secretaria do Verde está informando que invadiram. Derrubaram árvores e coisas parecidas, mas isso é coisa que a subprefeitura mais a Secretaria e a Secretaria das subprefeituras têm que tomar pé dessa situação.

Agora a gente está fazendo convite, e gentilmente está aqui o nosso Inspetor Queiroz. Eu lhe faço uma pergunta. Não só em vídeo, o senhor tem conhecimento desse número de pessoas que estão no comércio ambulante nessas regiões?

R – Nessa proporção tão grande assim, não, nobre Vereador. Nós temos conhecimento porque as viaturas fazem ronda naquela região. Nós atuamos ali, não só a Guarda Civil, mas também a Polícia Militar, e a gente tem conhecimento sim, mas essa proporção e, nesse horário da noite, também já foge ao nosso conhecimento, e a gente está sendo informado aqui, e certamente, dentro da nossa competência, nós vamos tomar algumas providências sim, que são cabíveis.



Eu aproveito para perguntar também a V.Exa. se essa comissão, entre esses ambulantes, há alguma associação, alguma entidade que os representa. Gostaria de saber se isso é do conhecimento dessa subcomissão.

P – Sr. Inspetor, eu estou há algum tempo cuidando desse assunto. Inclusive fui Presidente da CPI do consórcio da feirinha da madrugada, e conseguimos pôr ordem, de alguma maneira.

R – Sim.

P – Onde o consórcio está construindo um complexo agora, que, em dois anos e meio, vai estar entregue para 4.500 pessoas. Hoje estão alojadas, dentro de um prédio provisório - que para mim é um provisório maravilhoso - 2.100 pessoas. Os que não se adaptaram foram para a rua.

Quando eu falo em 20 mil pessoas nessas ruas do Brás, Pari e Canindé, esse número chega agora, a partir de final de setembro para dezembro, a 25 mil. Por quê? Porque o cidadão começa a mandar os parentes virem para fazer esse trabalho de vendas.

R – Sim.

P – Nada contra quem mora no Ceará, mas ele chama: “Vem para cá me ajudar, porque agora o negócio vai pegar, no final de ano”. E logicamente o comércio aumenta muito no final do ano. Então, se nós não temos estrutura, não temos controle hoje... Foi isso que eu passei para o Sr. Prefeito ontem: “Sr. Prefeito, nós precisamos tomar energicamente medidas, e começar, pelo menos, a fazer bolsões, cadastrando as pessoas do bem, que queiram trabalhar, para que venham, desde que tenham CNPJ pelo menos”.

R – Sim.

P – Independente do TPU, uns têm e outros não têm. Outros estão usando liminar para arrumar espaço, só que agora ficou a Deus dar.

R – Infelizmente.

P – Ficou a Deus dar. A região mais penalizada hoje é a região Brás-Pari-Canindé. Então, esse número que eu lhe dei é assustador sim.

R – Sim.

P – Mas ele é real, e o senhor, como está nesse comando agora dessa região, ponha um pessoal habilitado - os senhores têm pessoas habilitadas - para dar uma circulada, e fazer o trajeto da meia-noite às seis. Eu vou lhe passar todas as ruas. Eu tenho falado para o Sr. Prefeito e para secretários. É muito bonito falar: “Olha, nós vamos formar comissões”. Há também uma comissão feita pelo Executivo. Inclusive a pessoa que acho está presidindo é uma pessoa que eu considero; mas, até agora, não vi efeito nenhum. Não vi efeito nenhum; nada, nada.

Eu estou aqui sozinho, mostrando a realidade e mostrando para o Ministério Público que isso aqui virou pior do que o Paraguai. Dizem: “Há o desemprego, o desemprego”. Com essa história do desemprego, estão invadindo aí todas as áreas, haja vista que uma das que está sendo invadida é a dos taxistas. Há 40 mil taxistas e 200 mil carros de Uber, com aplicativos. Não é só a Uber, são vários, como Cabify. Agora vem a APA aí ou coisa parecida.

R – Infelizmente, e isso depõe contra a Cidade.



Outra coisa seria importante a gente pontuar. Todos nós presenciamos um vídeo, envolvendo os bolivianos. Seria o caso também de a gente pensar em chamar o Consulado da Bolívia, para a gente conversar, para ver em que condições essas pessoas estão vindo para cá; e o Consulado tem o escritório ali na região, salvo engano, na Rua Bresser.

P – Exatamente.

R – A gente pode ir atrás desse povo também.

P – Exatamente.

R – E conscientizá-los de que o espaço é de todos, mas tem que ser usado de forma racional. A gente não pode cair aí nessa desordem urbana. Então, um dos fatores que a gente tem atuado aqui e a Guarda tem sido muito efetiva é a questão de ir à causa. Então, é checar quem que está alimentando, como é que essas mercadorias... É um ponto para a gente considerar e trabalhar junto com o Subprefeito da Mooca. Aqui nós também vamos procurar S.Exa.

P – Sem dúvida. Eu vejo assim: “Como eu trouxe as subprefeituras e estou trazendo a Guarda Civil Metropolitana, a sua presença aqui é muito importante”.

R – Sim.

P – Vou trazer também a Polícia Militar. Vou trazer sim, mas quando eu trago o Consulado da Bolívia, eu tenho que trazer agora de argeliano e de nigeriano.

R – É muita gente.

P – Equatorianos também, bastante. Então, virou uma mescla. O momento agora seria: “Nunca é bom mexer no final do ano”. Poderiam



preparar essas pessoas que estão na rua, porque elas vão ter que se cadastrar. Essa é a proposta que eu quero fazer junto com os senhores, pelo menos, para a gente começar a identificar.

A respeito de comércio ilegal, produtos não de boa procedência, isso é coisa de Polícia.

R – Isso, perfeito.

P – Nós vamos passar também, porque tudo que eu estou falando aqui, todo esse material, é uma subcomissão, não é uma CPI, onde a gente traz as pessoas aqui, tudo isso aqui vai para o Ministério Público. Eu faço questão de ir lá entregar no Ministério Público e falar: “Eu fiz a minha parte como Vereador que sou e fiscalizador do município. Está aqui. Tomem providências”. Um dia, as coisas acontecem.

R – Perfeito, nobre Vereador.

P – Então, como o inspetor está chegando na área, seria muito bom, dentro do material que nós temos, que eu vou lhe oferecer...

R – Sim.

P – Dando essas ruas todas... Inclusive a matéria de hoje de jornal fala de denúncias que acontecem, de milícias que lá estão, de venda de espaço, a venda de espaço de um por um. É questão de 300 reais por semana. Um por um é trezentos. Dois por dois é quinhentos. Dois e meio por dois e meio é setecentos.

R – É lamentável.

P – Quer dizer, há uma tabela muito louca lá.

R – E aí as pessoas não podem nem usufruir o espaço público e os lojistas ali, que também pagam impostos, são muito prejudicados.

P – Agora eu lhe pergunto: “Dentro da operação, Sr. Inspetor, que é sua parte, dessa região, quantos homens haveria, para identificar o que está acontecendo?”

R – Olha, nós temos, a Guarda mantém, em média, naquela região, 35 homens ali, fazendo a operação que a gente chama de Operação de Atividade Especial, a DEAC, ou seja, o guarda, em seu horário de folga, em serviço normal, no plantão subsequente, ele está lá fazendo a atividade; e eles estão concentrados ali na Rua Barão de Ladário, no Largo da Concórdia, basicamente naquela região, e também temos o policiamento com ronda, mas nós vamos, a partir de agora, com a minha chegada ao comando, e tomando pé dessa situação, fazer um mapeamento, um diagnóstico da região, para a gente envidar esforços, para melhorar a questão da fiscalização.

Inclusive eu estou agendando uma audiência com o Sr. Subprefeito da Mooca, para a gente visualizar isso de uma forma mais cara e, com base nesse material também, porque a gente tem visto que, como V.Exa. disse, com a chegada do final de ano, a tendência é aumentar.

P – Sem dúvida.

R – Vai aumentar o número de pessoas. Então, a gente vai ter que ver, verificar, junto com o comando da Guarda Civil Metropolitana, a melhor forma de planejarmos, não só a Guarda, mas também em parceria com a Polícia Militar, aumentando o efetivo da Delegada, que já atua ali também naquela região.

P – O Sr. Assessor está me falando. Também há aquela atividade, que inclusive o pessoal da Sé conhece, muito rápida, que é difícil de pegarem, o tal do pano no chão, que chamam de siri.

R – Isso, siri ou paraquedas.

P – Paraquedas.

R – Isso.

P – É importante - o senhor já está adiantando - que se faça o quê? Com o seu pessoal, que se faça esse reconhecimento.

R – Sim.

P – Eu vou lhe passar aqui todas as ruas da região Brás-Pari-Canindé. Já saí com um pen drive aí. Eu vou lhe oferecer.

R – Perfeito, ótimo.

P – Porque, no momento certo, eu vou promover com o Sr. Prefeito e com os senhores, a Polícia Militar, a Guarda Civil Metropolitana, com todos e mais toda a imprensa de São Paulo e do Brasil.

R – Sim.

P – Para não falar que nós estamos querendo não deixar as pessoas trabalhar. Há ilegalidade mesmo. Vou trazer aqui também o pessoal de marcas, que tem reclamado demais. As marcas estão nas ruas pirateadas. Eles também precisam saber de que maneira podem colaborar com todo esse trabalho que nós vamos fazer.

R – E isso é importante, nobre Vereador. Eu aproveito a oportunidade para parabenizar V.Exa. por essa iniciativa, porque, atuando aqui na região da Sé, nós já fazemos ações assim. Recentemente nós



fizemos uma fiscalização intensa aqui na Rua 25 de Março, na Praça Fernando Costa e aqui na Rua General Carneiro; e nós fomos acompanhados. Além dos agentes vistoristas da subprefeitura da Sé, houve o pessoal de marcas e patentes. Então, eles identificaram. Foram colhidas as amostras dos produtos falsificados, pirateados, e aí foi aberto um processo administrativo na Prefeitura, com vista à fiscalização desses equipamentos, desses materiais. Então, é muito importante sim, e são parceiros nossos. Nós temos atuado aqui na região. E agora nós vamos direcionar as forças para a região do Brás, para a região da Mooca e para a região do Pari, por conta dessa demanda crescente que há aí. Já temos atuado e vamos atuar sim.

P – Sr. Inspetor, falei-lhe a respeito da 12^a, porque o Dr. Eder está há muito tempo.

R – Sim.

P – Ele está muito por dentro de tudo o que está acontecendo. Eu lhe pergunto: “Dentro do reconhecimento que o senhor vai pôr para levantar mais os materiais que eu vou lhe oferecer, eu estou querendo promover uma reunião depois do dia 15 de novembro. Ainda há um mês e pouco”.

R – Sim.

P – Acredito para o início de novembro. Que venham todas as partes de novo numa única reunião, que eu vou tentar acertar com o Sr. Prefeito e com o Sr. Secretário da Secretaria Municipal das Subprefeituras. Nós vamos ver uma data para tratar de um resumo de tudo o que foi pedido e foi falado. Por exemplo, falei com o pessoal da Sé, que ficou de trazer um planejamento e falar e com o pessoal da Mooca. Há os senhores agora da

Guarda Civil Metropolitana. O senhor vê se, nesse tempo, dá para fazer um levantamento, dá para fazer um estudo a respeito?

R – Dá, nobre Vereador.

P – Eu preciso do oficial, o seu Secretário?

R – Não, não há necessidade.

P – Não há?

R – Marcando a reunião, eu estarei aqui presente.

P – Está, mas eu pergunto: “Eu preciso oficial o Sr. José Roberto, para que prepare esse planejamento ou o senhor mesmo faz o contato?”

R – Não há necessidade. A gente faz e a gente traz, pelo comando da Guarda. A gente já apresenta isso.

P – Está. Quero fazer com o Sr. Prefeito. Eu quero lavar as minhas mãos. Eu quero falar: “Eu trabalhei o que eu pude. Quero mostrar a verdade e os senhores também”, na frente do Sr. Prefeito. Aí S.Exa. tem mais dois anos.

R – Sim.

P – Pelo menos. S.Exa. completa agora. S.Exa. tem mais dois como Prefeito.

R – Sim.

P – Aí, nesses dois anos, S.Exa. tem que resolver de alguma maneira.

R – Perfeito. E podem contar conosco. Na verdade, nós já temos esse mapeamento aqui na região da Sé e nós temos atuado. Então, V.Exa. pode ver que diminuiu sensivelmente o número de ambulantes aqui na região da Sé, na Praça da Sé e na Rua 15 de Novembro. Eles ainda vêm, arriscam um pouco; mas foi criada uma força tarefa com a Prefeitura, com a subprefeitura da Sé, que a gente chama de Volante Geral. Então ela sai pontuando e agindo nesses locais de grande concentração. É uma proposta que a gente pretende levar lá para as regiões do Brás, Pari e Mooca também.

P – Nós conversamos há pouco tempo aqui. O senhor falou do Largo da Concórdia. Eu me empenhei demais para que saísse do Largo da Concórdia e arrumassem espaço para eles.

R – Sim.

P – Foi quando foram, pela primeira vez, à antiga Feira da Madrugada. Hoje, no Largo da Concórdia e no prédio da Caixa Econômica... Eles tomaram conta, estão entrando.

R – É lamentável.

P – Hoje se o senhor for lá... E a Celso Garcia toda.

R – Sim.

P – Eles

Quer dizer, eu não vejo uma organização de tarefas para que todos nós possamos parar com essa bagunça que está aí.

R – Perfeito. E esse é o caminho, Vereador. O senhor já disse e volto a frisar: não é a Guarda que vai resolver os problemas de ambulantes.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não, não.

R – Não é a Polícia Militar. São todos os órgãos do Poder Público constituído, que vão agir para minimizar esse problema. Então, nós temos que sentar, sim. Essa reunião é muito positiva. Nós estaremos aqui, eu vou trazer um planejamento com essas áreas mapeadas com base nesse material que o senhor já levantou – aliás, tão bem, estão de parabéns -, e vamos fazer isso.

Aproveito também para reforçar o convite ao Comandante do 45º Batalhão da Polícia Militar e à Subprefeitura da Mooca. É muito importante estarmos juntos para que possamos buscar a solução de forma integrada. Só assim vamos conseguir resultados concretos nessa questão tão importante para nossa cidade.

P – Vocês da Guarda Civil Metropolitana estão fazendo um trabalho junto com a Operação Delegada ou não?

R – Sim, nós trabalhamos. E o que acontece? Conforme o entendimento que temos, onde há policial militar não há guarda, para que não haja sobreposição de efetivo. Então, a Polícia Militar está em determinadas ruas, a Guarda ocupa outras para que a gente possa maximizar o uso do efetivo.

P – Mas a Polícia Militar, num espaço desses, que tem 20 mil pessoas trabalhando à meia noite às seis, vocês, com 35 homens, não colocam esse efetivo lá, não é? Por exemplo, seu eu for hoje de madrugada da meia noite às seis, o que vai haver de guarda civil metropolitano?

R – Hoje o policiamento lá, seria, seria no formato de ronda, mesmo porque uma quantidade gigantesca como essa até colocaria em



risco a segurança do agente público da segurança. Então, a gente tem que tomar esse cuidado. Numa situação dessa, isso tem que ser dialogado, tem que ser avaliado. Por isso que essa solução é difícil, a gente tem que sentar e dialogar. E por quê? Porque às vezes o guarda vai cuidar do espaço público ali perto do Monumento. Por exemplo, a Caixa Econômica: o prédio representa a autoridade constituída, a autoridade financeira do País. Então, esse prédio tem que estar preservado. O guarda faz isso lá. Agora, durante a noite, evidentemente, a gente ainda não tem efetivo suficiente para alocar nesses locais. Por isso é que nós precisamos sentar e dialogar, conversar com a Polícia Militar, com a Subprefeitura da Mooca e buscar espaços alternativos para esse povo porque o uso da força não vai resolver. Vimos no vídeo que está tendo conflito entre eles mesmos.

P – Eles estão se matando entre eles. Agora, é lamentável. Tenho o maior respeito pela Guarda Civil Metropolitana e pela Polícia Militar, mas o Executivo também deixa que as coisas aconteçam, e depois, para por ordem, é algo gigantesco, é quase impossível. Não vejo nunca o impossível na minha frente, porque sou daqueles guerreiros que querem que aconteça; mas sem condição nenhuma...

R – Perfeito. Isso é importante, o senhor está coberto de razão, Vereador. A gente tem que trabalhar na prevenção, na causa. Nós hoje, qual é os trabalho que está sendo feito? Nós estamos trabalhando no efeito, coisas que a gente poderia ter pensado. Então, é uma sugestão. O senhor pode, como Vereador que é, como agente de fiscalização do Município, pode provocar o Prefeito ou o Subprefeito sobre a questão do retorno dos TPU; em suma, sobre a organização do uso do espaço de forma racionalizada. Porque, senão, vamos ficar sempre trabalhando no efeito, e não se vai resolver o problema. E a tendência do comércio de ambulantes, com o desemprego, é aumentar.

P – É o que eu lhe falei: no final do ano vai aumentar pelo menos em mais 5 mil. Inspetor Queiroz, quero lhe perguntar. Este ano – não sei se você vai ter condições de me responder agora -, a Subprefeitura da Mooca pediu reforço para vocês? Pediu um trabalho para vocês na região?

R – Sim. A Subprefeitura da Mooca é parceira. Eu vou sentar com o Subprefeito. Eu estou chegando agora, já pedi uma audiência com ele. Eu ainda não o conheço pessoalmente, porque a minha área de atuação é na região da Sé. Com o Eduardo Odloak, falamos praticamente diariamente das ações que fazemos aqui. Então, vamos sentar com o Subprefeito, vamos ver e apresentar essa demanda, fazendo com ele um planejamento dessas ações. Porque o final do ano está chegando e a tendência é aumentar o número de ambulantes. Então, vamos atuar de forma conjunta.

Fica aqui registrado o meu compromisso de que, saindo daqui, vou telefonar e agendar o contato com o Dr. Eder e com o Prefeito Paulo Celso.

P – Paulo Celso, o Cascalho. Ele é meu amigo há 50 anos.

R – Olha que bom.

P – Eu convidaria vocês – tanto ele como você e seu pessoal à paisana – para, da meia noite às seis, darem uma olhada. Aí, vocês vão me falar. É o resumo que eu vou querer, junto com o Prefeito, da ideia de todos vocês. Se vocês que nos protegem disserem: “Sem condição nenhuma”, eu vou abandonar o meu cargo de Vereador. Porque, aí, eu vejo que eu não tenho mais que fazer ofício ou nada. Eu não acredito nisso. Eu acredito que a gente consiga por ordem e espaço municipal para fazer bolsões para as

peças do bem, que querem ter um CNPJ e lá venderem suas mercadorias. Minha proposta, já vou lhe adiantar, porque é importante, para quando você falar tanto com o Cascalho, que já veio aqui, como com o Odloak, que foi Subprefeito da Mooca, conhece bem a região. Ele atuou comigo no Largo da Concórdia para que aquilo acabasse de alguma maneira. Eu não conheço mais do que eles nem eles conhecem mais do que eu de tudo isso.

R – Sim.

P – Agora, para por ordem, vai depender muito do Sr. Prefeito Bruno Covas, do Secretário das Subprefeituras, dos agentes da Prefeitura, Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar, todos juntos. A única solução que há hoje para tirar esse pessoal da rua – já me antecipo – são áreas do Município onde poderemos, quando eles forem credenciados – por exemplo, na Rua Araguaia, num terreno de 48 mil metros quadrados – colocar lá pelo menos 3,5 mil, 3,8 mil pessoas. No terreno que hoje está cedido, na Avenida do Estado, para a Polícia Militar, onde fica uma viatura num terreno de 12 mil metros, também daria para por 2 mil boxes.

Fórmulas assim, desde que as pessoas sejam credenciadas...

R – Sim.

P – Hoje você não sabe quem está na Eliza Whitaker, quem está na Monsenhor de Andrade, quem está na João Teodoro, quem está na Casemiro de Abreu ou na Vautier. A Rua Vautier hoje, onde há um hospital de referência na área de fraturas, que atende 400 pessoas por dia, eles não conseguem mais trabalhar, e as pessoas que estão lá, que fizeram cirurgia, não conseguem mais dormir, porque tomaram conta.



Agora, é lamentável – deixo claro aqui – o que aconteceu. Tudo o que era galpãozinho virou box também. Imóveis que eram galpõezinhos viraram boxes. Aí, não há controle mesmo.

R – Na verdade, é isso o que o senhor está falando mesmo, Vereador. O senhor está coberto de razão. Temos de buscar uma solução. O Poder Público existe para isso, para fazer essa mediação e atender às demandas dos cidadãos, daqueles que pagam impostos, IPTU. Então, vamos buscar, sim, essa solução, e pode contar com a Guarda Civil Metropolitana. Vamos agendar essa reunião. Ainda esta semana estarei indo procurar o Subprefeito da Mooca e o Dr. Eder, para sentarmos e conversarmos. E quando chegar a grande reunião, certamente já vamos trazer alguma proposta. Esse é o caminho.

O senhor está de parabéns e deve provocar, sim, a Prefeitura Regional. A Guarda Civil Metropolitana vai estar aqui representando a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, e nós vamos trabalhar junto. Com um trabalho feito a várias mãos, a solução é iminente, e precisamos de uma solução para esse problema, sim.

P – Então, a Subprefeitura tem lhe pedido...

R – Sim. Normalmente, a gente já faz isso com a chegada do final do ano por conta do aumento dos ambulantes na rua. Então, há um up de efetivo, um adicional. E esse efetivo é gerado em função da atividade complementar, que é a chamada DEAC, em que o guarda trabalha no dia da folga dele, emprestando as horas dele ao Município. E a gente direciona esse efetivo justamente para a região do Brás, que é uma região carente. Então, estamos reforçando com esses 35 homens no horário das 6h às 14h e das 14h às 18h, que é quando eles param. Agora, quanto à demanda à noite, isso será estudado com o Comando por conta da quantidade do



público, que é muito grande. Se disponibilizarmos 40 ou 50 homens ali, não vai alterar muito o cenário. Temos que usar de algo estratégico, conversado e planejado com a Subprefeitura e com o Comando da Guarda também para não colocar em risco a segurança do guarda nem para que façamos um papel decorativo, sem efetivamente fazer o que tem que ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nesse tempo, você terá condições de levantar esse planejamento para ser oferecido na próxima reunião?

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Tranquilamente. Com certeza é um prazo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E quanto ao seu encontro com o Dr. Eder, que é uma pessoa amiga, e com o pessoal da Mooca, como já falei com eles, a primeira alternativa é cadastrar todas essas pessoas, para sabermos quem é quem. Não que vá inibir, mas cadastrando fica mais fácil dividir os espaços.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Sim. Já é um passo, Vereador, para a organização do espaço. A Subprefeitura Regional da Mooca está se comprometendo e nós, as autoridades constituídas, lá, vamos dando credibilidade ao processo, que vai ser iniciado, por meio da iniciativa de V.Exa., por essa sugestão. Isso é importante. O que não pode é deixar o aquele caos acontecendo lá, porque a tendência é aumentar.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Já está aumentando dia a dia.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Hoje mesmo recebi um pessoal da CET, que relatou que o polo gerador estrangulou aquele local.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Pois é. Esse aumento afeta o trânsito, afeta a saúde e, daqui a pouco, as pessoas de bem não vão mais circular lá. Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Você se lembra quando foi a última grande operação nessa região?

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Como eu não estava comandando a região, não me recordo agora.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Está bem.

Inspetor, agradeço-lhe e informo que já vou pleitear um novo agendamento para uma reunião com todos vocês, para cada um falar um pouco para escolhermos qual a melhor fórmula. Talvez os bolsões não sejam a melhor, mas o que não dá é para continuar a acontecer o que está acontecendo: todo dia notícias de que estão se matando; gente ganhando com a venda do espaço; produtos irregulares de procedência duvidosa, algo que tem que ser visto pelas Polícias Civil Militar e Federal; contêineres chegando de terça à quinta-feira, da 1h às 3h, sendo esvaziados em 40 minutos. Algo que vocês podiam fazer é identificar numa ronda e avisar a Polícia Federal.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Sim. Esse é um serviço de inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sim, de inteligência.



O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Se chegarmos uniformizados agora à noite, não vai dar certo. Então, tem que ser aquela sugestão que V.Exa. deu: à paisana, com o serviço de inteligência fazendo o levantamento. E isso pode ser feito em parceria com a Polícia Civil, em parceria com o Dr. Eder. Quanto à Guarda, vamos empenhar o efetivo nesse sentido, para agir de forma conjunta. Mas podem ter certeza de que zelar pelo espaço público da nossa cidade é o nosso compromisso, e estamos aqui para fazer a segurança dos cidadãos de bem, e contra delitos e atos criminosos serão tomadas medidas legais pelos demais órgãos, cada um dentro da sua competência.

Agradeço e estou à disposição de V.Exa. para a próxima reunião – hoje mesmo vamos fazer contato com o Subprefeito Paulo para agendar essa reunião e articular. Entrarei também em contato com V.Exa. e seus assessores para termos acesso a essas informações e a todos os dados desta Subcomissão, que são muito importantes.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Vou lhe passar todas as informações a respeito por pen drive, Inspetor.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Está ótimo. Perfeito. Em nome da Guarda, agradeço V.Exa. e peço que aguarde o nosso contato. Estaremos aqui na próxima reunião. Levarei essas informações ao Comando, pois esse é um assunto grave, que envolve não só a questão de segurança, mas o uso racional do espaço público. Precisamos agir, pois a Cidade não pode ser caracterizada pela desordem urbana. Dentro da nossa competência, pode contar com a Guarda Civil.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sempre. Vocês são bem-vistos pela população do Estado de São Paulo. Nesta Casa há um efetivo maravilhoso de pessoas muito queridas, mas eu sei que vocês não

conseguem fazer nada sozinhos, vai ter que ser um conjunto de forças para pôr ordem.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Ninguém quer tirar o trabalho de ninguém, mas temos que pôr ordem.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Sim. E, com V.Exa. articulando isso, vai acontecer, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Como eu falei, eu vou até o fim.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Já presidi uma CPI cujo resultado foi positivo e agora estou presidindo esta Subcomissão. Hoje foi só uma reunião de trabalho porque os meus colegas estão em outras atividades, mas depois vou repassar para eles. Ontem já falei com o Prefeito, que achou uma loucura. Eu não acho que é loucura, porque quem é o Prefeito da Cidade tem que resolver essas questões para que a população fique jogada.

Não é justo que milhares de microempresários da região do Brás não consigam abrir suas lojas, porque quem hoje determina a abertura das lojas é o ambulante.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Se o comerciante falar que vai abrir às 7, eles cismarem com isso, as fechaduras amanhecem todas com pregos. É um absurdo. O comerciante investe, por exemplo, em um hotel, em um shopping ou em qualquer outro comércio, tem seus



funcionários e paga impostos, mas um cidadão vai lá à sua porta, faz o que está fazendo, rouba sua energia elétrica e ele tem que ficar calado. Ele vai fazer o quê? Chamar a 12ª? Não há efetivo. Vai chamar a Guarda-Civil? Está se preparando ainda, assim como a Polícia Militar. Então, não sei de que maneira.

Por isso, a fala de todos vocês, eu vou levar ao Prefeito, e a imprensa que fiscalize a parte que cada um deve cumprir. Só isso. É isso que nós vamos fazer.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Perfeito. E pode contar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sem dúvida.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Estamos à disposição de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu lhe agradeço. Minhas perguntas foram muito básicas, mas depende de vocês fazer o levantamento.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Sim. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Material nós temos de sobra para oferecer, e hoje inclusive é notícia de jornais a briga dos bolivianos ou coisa parecida. Está no Estadão.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Obrigado, Inspetor.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Parabéns mais uma vez pelo aniversário da Guarda. Hoje eu vou fazer um elogio normal, mas o júbilo eu farei depois a vocês todos.

O SR. MARCOS DOS SANTOS QUEIROZ – Perfeito. A Guarda agradece. Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Obrigado.

Aproveito para anunciar a presença do meu querido amigo André de Oliveira, candidato a deputado estadual, para quem eu faço questão de gravar um vídeo e recomendar aos amigos taxistas do Rio de Janeiro para que o apoiem, porque é um guerreiro que esteve em Brasília e em todos os lugares e até com o Juiz Moro defendendo a categoria. Sua defesa é muito importante.

Anuncio também a presença do Marcelo, candidato a deputado federal, que está preparado a nos ajudar muito em Brasília. Na hora em que terminar a reunião da Comissão de Trânsito e Transportes, vou gravar um vídeo com vocês. Para mim é uma honra ter vocês, dois grandes guerreiros, aqui. Fora os outros guerreiros: o nigeriano Bira, taxista que veio da Nigéria; o Souza; o acorrentado e o Comandante Dutra, que sempre ajuda essa categoria. Agradeço a todos a presença e, mais uma vez, agradeço ao Inspetor Queiroz.

Está encerrada a reunião.



COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE
ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA - SUBCOMISSÃO
DE ESTUDOS DO COMÉRCIO AMBULANTE

PRESIDENTE: ADILSON AMADEU

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 10 DE OUTUBRO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Bom dia a todos. Está aberta a reunião da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica e Gastronomia, e a Subcomissão de Estudos do Comércio Ambulante da cidade de São Paulo.

Tenho o prazer de ter a presença de toda equipe da São Paulo Transportes, o Gerente de Operações, Sr. Jeová Tenório Lima; e o Sr. Wagner Chagas Alves, que é Diretor de Operações. Também está presente o Comandante Dutra.

Se chegar algum Colega, eu abro os trabalhos da Subcomissão, se não, será apenas uma reunião de trabalho.

Peço que cada um fale e se identifique para o registro nas Notas Taquigráficas.

Jeová, eu perguntaria - vou mostrar – mas, primeiro farei algumas perguntas. Jeová, você é responsável por duas regiões da Cidade? Norte e Oeste?

O SR. JEOVÁ TENÓRIO LIMA – É, positivo, Vereador. Eu sou o responsável pela região Norte-Oeste, que abrange da Av. Celso Garcia para dentro da região do Brás e Pari.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Okay, obrigado. Eu te pergunto, o senhor tem conhecimento dos ambulantes que estão na região Brás, Pari, Canindé? Eu acho que é a parte que você tem, mas você tem também a Oeste?

R - Também a Oeste.

P - Você pega a Lapa também?

R – Também contempla a Lapa.

P - Okay. Você tem uma logística, está sabendo realmente o número de pessoas que tem? Vou te perguntar da região: Brás, Pari e Canindé: você tem mais ou menos o número de ambulantes que estão invadindo as calçadas?

R – Não, esse número a gente não tem. Nós não temos, Vereador.

P – Wagner e Jeová, eu vou assegurar que hoje nós chegamos, da meia-noite às 6h, são 20 mil pessoas trabalhando, 20 mil. São bons esses dados para que vocês, depois até, desenvolvam um trabalho para apresentar ao Secretário.

Agradeço a presença do Presidente do Sindicato dos Taxistas, aliás, parabênzo pela boa campanha que fez como candidato a deputado federal, pelo número de votos que teve, é o terceiro suplente do MDB. Também agradeço a presença da sua diretoria.



Hoje tem uma média de 20 mil pessoas trabalhando nas calçadas, e quando eu falo é na Vautier, na Monsenhor de Andrade, na Barão de Ladário, em toda região, tá?

Queria perguntar a vocês – tanto o Jeová quanto o Wagner – para que me falem, dentro do que vocês passaram, do que já viram, mas é interessante – sei que o horário não é bom mas, de qualquer maneira, nós e vocês, que trabalhemos para cada vez melhorar – que fizessem uma visita da meia-noite às 6h. Em qualquer horário, da meia-noite às 6h, Wagner e Jeová, e em qualquer rua, eu estou falando. A Avenida Vautier é a mais crônica porque ocuparam toda a avenida. Pergunto então a vocês, vocês têm conhecimento de que invadiram as calçadas e as ruas, Jeová?

O SR. JEOVÁ TENÓRIO LIMA – Positivo, Vereador. Temos conhecimento, inclusive é um grande problema para o Transporte porque nós temos linhas que circulam dentro dessa região, a exemplo da Rua Oriente, da João Teodoro, da São Caetano, da Monsenhor de Andrade, da Muller, da Maria Marcolina. É um problema muito sério porque nós trabalhamos sempre olhando sob o prisma da Segurança.

Quando ocorre uma ocupação maior do comércio informal, aí, o nosso técnico faz uma avaliação da questão de segurança e, nesse momento, se não houver caixa suficiente para o transporte, nós aplicamos um desvio, que prejudica os nossos usuários.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Estou entendendo que, quando você fala em desvio, mudam-se as rotas dos ônibus?

O SR. JEOVÁ TENÓRIO LIMA – Mudamos o itinerário.

P – Mas aí complica para a população que usa o transporte público, porque os aproveitadores ficam mais à vontade para agir.

R – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Com os dados que esta Subcomissão está fornecendo, gostaria que você fizesse uma análise e nos mandasse. Aliás, nós temos as fotos para mostrar.

- Apresentação visual.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Aproveitei, Presidente Antonio Matias, para falar do descaso que houve lá com a fiscalização do pessoal do DTP no aeroporto; aquela senhora foi muito mal-educada, e vocês foram testemunhas.

Jeová e Wagner, a Prefeitura Regional não está tendo condições de lidar com isso; e a GCM, com seus 30 homens lá, também não estão conseguindo lidar. Isso, portanto, começa a afetar o lado de vocês, porque eles estão indo para o meio da rua. Vocês, então, tem que alterar o itinerário para fluir. O Paraguai está bonito em comparação.

- Orador passa a referir-se a fotos exibidas no telão.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Isso aí não se dá somente na calçada, mas na rua também. A Avenida Vautier hoje, para mim, supera o Largo da Concórdia, a Barão de Ladário, a Casimiro de Abreu e a Oriente, porque avançaram para o meio-fio e para a faixa de ônibus.

O SR. WAGNER CHAGAS ALVES – Vereador, só para se ter uma ideia, só na região afetada, são 600 ônibus que trafegam, que atendem 41 linhas, prejudicando 320 mil pessoas diariamente. Esse comércio invade o leito, o viário e prejudica o transporte coletivo, deixando muitos ônibus represados. Em função disso, somos obrigados, muitas vezes, a fazer desvios, como o Jeová falou, porque não tem como deixar

três, quatro, cinco, seis ônibus represados, com gente dentro. Daí a necessidade do desvio: fazer girar. Muita gente que está nos pontos aguardando o ônibus ou já dentro do ônibus, não consegue chegar ao seu destino, porque fica impossibilitada. Então, realmente, temos que fazer alguma coisa.

P – Wagner, são quantas linhas que atende aquela região?

R – São 41, das mais diversas regiões.

P – E vêm de tudo quanto é lado?

R – Graças a Deus, pois é um comércio muito forte, uma referência em São Paulo. Por isso, tem que ser ordenado, porque não se consegue passar por ali.

P – A quais órgãos a São Paulo Transportes comunicou esse descaso que está acontecendo na Cidade?

R – À Prefeitura Regional. Conforme vai chegando mais próximo ao final de ano, a tendência é piorar.

P – E a resposta?

R – Não recebemos. Não sei se o Jeová recebeu alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu vou aonde me falam para analisar o que está acontecendo. Por isso é que eu estou falando para vocês que, até para que vocês tenham a condição. Lá, toda hora, tem reportagem; todas as emissoras de tevê, entendeu, Comandante Dutra? Aí, eles dão pau, e cai em cima de quem? Do Secretário João Octaviano ou do Milton Persoli. É a mesma coisa da Celso Garcia: as pessoas estavam reclamando antes de esperar o tempo certo para ver se estava tudo bem. Mas vocês estavam com grandes dificuldades. Eu falei



aqui para o Persoli, para o João Octaviano – eu não sei se você estava – que, por exemplo, do final da Rangel, começo da Celso Garcia, que é no viaduto do Largo da Concórdia, até pelo menos a Rua Joli, estava tudo invadido. Como faz o condutor? Ele fica preocupado, porque os caras estão com a barraquinha na via. Então, vocês sinalizaram, estava tudo o.k.; mas atrasa mesmo.

- Manifestações longe do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Exato.

- Manifestações longe do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E tem mais um detalhe: vocês recebem 4 mil pessoas no Bom Prato da Celso Garcia. O cidadão come, atravessa a rua. Se há uma coisa que eu conheço pelo menos 1% é essa área de transporte.

- Manifestações longe do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Repita isso para nós, sobre os camelôs que estão...

O SR. WALDIR DUTRA – Bom dia a todos. Sou Waldir Dutra, da Secretaria de Mobilidade. Só quero dizer que nós estamos realmente enfrentando esse problema - tanto na Celso Garcia como na região do Largo da Concórdia e também no Brás – dos camelôs. Em razão de eles estarem ocupando as calçadas, está havendo invasão dos pedestres no leito carroçável, causando risco à integridade deles no sentido de serem atropelados. Então, existe uma conversação entre o Secretário de Mobilidade e o Secretário de Subprefeituras no sentido de minimizar esse problema, preservando-se assim um pouco da calçada para os pedestres.



O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muito bem. Todos esses depoimentos são importantes – Wagner, Jeová, Dutra – porque isso acaba caindo sobre vocês mesmos. Essa situação do Brás, a partir de agora, Dutra, terminada a eleição, você vai ver a bagunça, a loucura que estará aquilo ali. Aí, o próprio usuário acha que a SP Transporte não está fazendo nada. O trabalho tem de ser feito em conjunto. Por exemplo, a Subprefeitura da Mooca não é suficiente para ir lá, não tem gente. A Guarda Civil Metropolitana tem 30 pessoas. a Polícia Militar precisa receber ordem para fazer alguma atividade. Se fizermos tudo o que temos vontade agora, aquilo vira uma praça de guerra, entendeu, Jeová? Então, a ideia é que nesta Subcomissão estamos trabalhando isso. Já falei para o Lepique e para o Prefeito Bruno Covas para analisarem todos os setores da Prefeitura, e o primeiro momento que eu vejo é cadastrar todo mundo. Ali há áreas e mais áreas que são da Prefeitura. Há o Araguaia, que já foi da CMTC, por exemplo. Quem é cadastrado, quem tem CNJP de microempresário vai ter condição de trabalhar. É que há UMA pessoa que tem 10 barracas na rua.

Sou repetitivo, vou contar para vocês o que aconteceu hoje, o que aconteceu ontem, o que acontece todo dia. Não há chaveiro mais para atender no Brás, Pari e Canindé. Está vindo chaveiro da Vila Guilherme, de Santana, de Vila Medeiros. Eu sei porque eu conversei sobre isso. Sabe por que, Wagner? Você, por exemplo, usa a porta do meu estabelecimento. Quando chega seis e meia da manhã eu vou lá para abrir a porta e falo: meu amigo, você tem de tirar a barraca. Ele bate boca comigo.

No outro dia, ele põe uma agulha, tipo uma flechinha de guarda-chuva, na fechadura. Cinquenta casos, por dia, acontecem no Brás, Pari e Canindé, 50. Não se abre a porta antes das 10h.



Então, a atividade de chaveiro, que estava meio parada, está sendo muito usada no Brás, Pari e Canindé, aliás, já tem de plantão. Quer dizer, entendeu Jeová? A gente vê de um lado e eles vão do outro, na minha humilde maneira de ver.

Primeiro, há 62 micro shoppings, que viraram shopping, há seis grandes e 62, mais ou menos, deve ter hoje 70, porque todo dia aumenta. Eles pegam duas ou três casas, abrem, fazem boxes de 2X2, ou 1,5X2. Entendeu Wagner?

Dos grandes shoppings eles têm vagas e gostariam que as pessoas fossem para um lugar nesses shoppings, que pagassem 400 ou 500. Mas não, eles preferem pagar a mensalidade do 1X1 na rua, não sou eu que falo, nós temos gravações das milícias e o valor, se tiver aí a gente põe no ponto, vai buscar. Tem a luva e o semanal.

Por exemplo, da Elisa Whitacker a Monsenhor de Andrade, hoje, está sendo uma das calçadas mais caras. Agora pegou a moda de usar toda a Avenida Vautier. Tem milícia, tem associação.

Precisa passar um basta: olha, vocês vão trabalhar agora, nesse final de ano, não tem como mexer, mas vão se cadastrar. E aí a Prefeitura, foi o que eu pedi para o Prefeito Bruno, eu falei: olha, tem algumas áreas, organiza por intermédio de ONG ou coisa parecida. Agora, produtos pirateados são coisas da polícia, não nossas.

O duro é aquele que paga o bilhete e não consegue chegar ao local que quer. Aliás, ele está chegando em vocês, não são vocês, porque se vocês fossem donos de empresas eu ficaria feliz, mas não são, vocês são funcionários do Município. Todas as empresas, falei até para o meu presidente, estão perdendo muito, porque o cidadão, hoje, pega um Uber,



no Centro da Cidade, na Estação da Luz e desce, por R\$ 5,00, até a Avenida Vautier, o que é ilegal também, é um movimento ilegal. É mais barato e tal, mas está acabando com a receita. O Metrô e o transporte público estão perdendo toda receita.

Chegou aqui o meu menino Alessandro Guedes. Alessandro, obrigado.

Eu dei início, podemos abrir? (Pausa.) Não? Não mais.

Estou fazendo uma reunião de trabalho, que é mais ou menos assim: falando das regiões onde estão os ambulantes, o pessoal da São Paulo Transportes está aqui, o Jeová, o Wagner e os demais que vieram, estão comentando a respeito da distribuição de linhas, a chegada do pessoal e a dificuldade que está tendo.

Estão fazendo algumas perguntas, eu estou tratando daquela que a gente tem falado um pouco que se cadastrasse o ambulante, o microempresário e depois arrumasse espaço, bolsões, ou até algumas ruas para fazer um boulevard, não sei. Você tem um projeto desses, não é, Alessandro? Tem um projeto assim, parecido.

É reunião de trabalho, porque não tinha dado quórum.

Se quiser fazer alguma pergunta, fique à vontade.

Tenho para a Comissão de Trânsito e Transportes, estou colocando em pé de pauta. Quero pedir todos os processos da Socicam que estão no Tribunal de Contas, acho que a gente analisa e o atendimento e o trabalho que a Socicam está fazendo na cidade de São Paulo e vamos tentar aprovar hoje, que é algo que você também estava pedindo a respeito da licitação.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Alessandro Guedes.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Sr. Presidente, quero pedir desculpas pelo atraso. Não consegui chegar a tempo, mas nas próximas reuniões estarei aqui para ajudar no quórum, como estava nas anteriores.

Este requerimento que V.Exa. apresentou é importante principalmente porque a Socicam insiste em desafiar o Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sem dúvida alguma.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Eu tenho requerimentos aprovados nesta Comissão que não obtive resposta até hoje. É um absurdo acontecer isso para uma Comissão tão importante e o legislador está aqui justamente para acompanhar a execução orçamentária do Município, contratos, acompanhar o trabalho do Executivo como um todo.

Pode contar com o meu apoio antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Vamos falar com os outros colegas e vamos aprovar.

Os requerimentos que não tivemos respostas vamos imediatamente falar com a assessoria. Acho que vamos ter de trazer o Presidente da Socicam. Parece que ele está falando que nesta Casa ele não pisa, mas ele vai pisar sim, mesmo que for só subcomissão, ele vai sim. Aqui é um lugar muito gostoso e agradável no Centro da Cidade e vamos trazê-los aqui.

Jeová e Wagner, então existem as operações planejadas ali e vocês estão fazendo essas operações e falando ou nem precisam falar com

a Subprefeitura da Mooca, que pertence essa região? Vocês estão sempre conversando com a Subprefeitura da Mooca?

O SR. JEOVÁ TENÓRIO LIMA - Vereador, a nossa fala com a Prefeitura é constante. Como V.Exa. bem disse, esse problema é crônico na região. Sabemos que com a aproximação das festividades de final de ano, momento em que o centro comercial atrai muitos interessados em compras, empregamos um número muito grande de colaboradores para fazer uma operação onde tenha o menor impacto possível para os nossos usuários.

Então, a nossa conversa com a Subprefeitura é constante pedindo auxílio na fiscalização do transporte, para que discipline, para que desocupe o leito carroçável, para que a gente evite acidentes porque temos o acompanhamento e só este ano tivemos 14 atropelamentos. O nosso objetivo é zerar esses atropelamentos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Qual é a rotina de fiscalização de vocês do transporte dos ônibus? Como isso se dá?

O SR. JEOVÁ TENÓRIO LIMA – Nesse período de festas praticamente triplicamos o efetivo ali porque, primeiro, o Largo da Concórdia com a estação da CPTM tem um fluxo muito grande de usuários...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Você tem ideia de quantas pessoas passam ali?

O SR. JEOVÁ TENÓRIO LIMA – Também não temos, Vereador.



O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – De 400 a 600 mil pessoas ali por dia. Seguramente 350 mil são pessoas que trabalham na região.

O SR. JEOVÁ TENÓRIO LIMA – Em função desse fluxo e também das nossas linhas que operam na sua maioria no eixo Rangel/Celso, direcionamos muita mão de obra para poder fazer uma operação menos dolorosa para o nosso usuário.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Vocês viram a situação quando foi feita a mudança na Celso Garcia, o usuário sente, mas ao mesmo tempo depois vai vendo que vai entrando no ritmo. Tenho clareza e já falei para o Prefeito e para o Octaviano também que no Brás, agora, está tão crônico que se você muda hoje – estamos em outubro – querer mudar qualquer coisa hoje é motivo de praça de guerra. Estou vendo na minha cabeça de cadastrar todos, explicar que eles vão ter um lugar certo para trabalhar e com isso fluir o transporte. Porque senão, não vai conseguir nunca e cada vez vai apertar mais. Que você está mudando a rota - não sei como os senhores usam o nome correto -, o itinerário, mas vão chegar a um momento em que vão ter um sufoco e vão falar: para onde eu vou mandar? Não tem condições.

O SR. JEOVÁ TENÓRIO LIMA – Permite fazer um complemento, Vereador? O nosso desejo ali naquela região do Brás, sabemos que a funcionalidade da faixa e dos corredores, a eficácia, porque o transporte coletivo é um transporte de massa e a nossa vontade é implantar pelo menos em duas vias ali faixas exclusivas para o ônibus. Com tudo ao mesmo tempo e do jeito que está com o camelô ocupando parte do leito carroçável, a gente fica com receio de avançar com esse projeto.

O SR. WAGNER CHAGAS ALVES – Apenas acrescentar que nesse período de festas temos um item a mais aí nesse caldeirão, que são os ônibus fretados do interior.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Média de 300 por dia?

O SR. WAGNER CHAGAS ALVES – Então isso prejudica muito trânsito...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – A chegada deles começam a partir das 10 horas da noite e se vocês já os conduzirem para o lugar correto, acredito que ficará bem mais tranquilo. Os bolsões. Por exemplo, lá dentro do espaço onde está sendo construído o novo shopping, já estão com uma área destinada a receber com acomodação para motorista, porque eu fiz a CPI e isso daí fomos identificando. Fui há pouco tempo lá, eles têm já o espaço para 300 ônibus lá dentro com acomodação para os motoristas. Por exemplo, o Mega Polo está recebendo 40 ônibus por dia dentro da garagem.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O Mega Polo é na Rua Barão de Ladário.

Então eles vêm pela Marginal, entram no Mega Polo. Eles fazem o circuito da Marginal, vêm pela Araguaia, Av. Vautier e entram na Barão de Ladário, desembarcam as pessoas. E ali eles ficam parados até às seis da tarde. Então eles ficam das dez à zero hora, até no outro dia à tarde, porque o povo fica comprando, alguns usam o Mega Polo e ficam de dois a três dias porque tem hotel. E também na Av. João Teodoro com a Vautier tem outro hotel onde há também estacionamento para 40 ônibus.



Nesses dois locais são 80 ônibus, mais 250, 300 que agora vai aumentar. Então estamos falando de quase 400 ônibus. Isso não tem como segurar porque eles chegam e têm de desembarcar o pessoal.

Então, é dentro dessa rota toda, que vocês estão tendo grandes dificuldades -imagino que estão tendo mesmo – que a gente deveria fazer assim. A análise que vocês estão fazendo, e pedindo para que a sub responda. O que respondeu e o que não respondeu, se a gente conseguir que vocês me mandem – vejam o tempo que precisam, uns 15 dias – e que venha para esta subcomissão uma análise de tudo isso; da dificuldade que estão tendo, como está, o que dá para fazer de melhor, e qual ideia que vocês teriam para resolver.

Esse é um trabalho em conjunto, nós aqui da Câmara Municipal de São Paulo com vocês, que é para o munícipe se sentir bem. Aí quando a imprensa vir, podemos falar, todos juntos, das dificuldades que estamos tendo para manter.

Hoje não dá para chegar lá e dizer: a partir de hoje vocês não vão ficar mais aqui. São 20 mil pessoas e 20 mil dobra para mais 20 mil, porque todo mundo tem um parente que está esperando em casa o dinheiro chegar para comprar comida. Aí vai todo mundo para a rua, é loucura.

O senhor quer falar, Presidente? Fique à vontade.

O SR. ANTONIO MATIAS – Primeiro, bom dia. Quero parabenizar o nobre Vereador Adilson Amadeu, o Vereador Alessandro Guedes, e os meninos da SP Transportes, pois não é fácil organizar aquilo ali. Há mais de 20 anos que vem tendo essa bagunça no Brás. Imaginem de quatro anos para cá, quando fomos invadidos por essas empresas de



aplicativos, que não se consegue mais lugar para estacionar o veículo por causa desses motoristas de aplicativos.

Aproveitando o gancho, eu gostaria de pedir ao Prefeito de São Paulo que saia de trás da cadeira e faça a regulamentação e a limitação desse transporte por aplicativo, porque todo esse caos é causado por eles: devido à demanda que está havendo em São Paulo desses motoristas de aplicativos, não se consegue mais transitar nem estacionar, porque as ruas estão tomadas por carros de outros municípios, de outros estados e até de outros países. Agora estão trazendo até carros do Paraguai para transitar em São Paulo, e nós precisamos dar um jeito nisso. Portanto, precisamos da regulamentação, da limitação, para poder voltar a transitar em São Paulo, principalmente no Centro.

Sr. Wagner, reconheço o trabalho de vocês, brilhante, sei que tentam fazer o máximo, mas não conseguem. Para conseguir, companheiros, precisamos da limitação, para tirar esses carros do centro; ou colocar em pauta, Vereador, para deixar o centro expandido: até o final do ano, só ônibus e táxi poderão transitar nessa região onde há o comércio mais avançado, que é o comércio popular. Se o senhor definir isso agora, já será uma grande vantagem para a mobilidade, para o munícipe, para todos nós que transitamos em São Paulo.

Por exemplo, o nobre Vereador chegou atrasado por causa do trânsito. Se ele tivesse vindo de táxi, teria chegado mais cedo, mas como ele tem que andar no carro oficial tem que pegar fila. Por isso, Sr. Secretário e Sr. Prefeito, vamos regulamentar já, senão quando chegar em dezembro São Paulo estará travado.

Obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Srs. Wagner e Jeová, precisava fazer uma análise, e vocês têm essa competência; também vou falar com os Srs. Paulo Sérgio e Maurício na Mooca: nós temos nas ruas do Brás, Pari e Canindé, carros que vendem alimentos e atrapalham exatamente porque eles ocupam, inclusive, o lugar de parada do ônibus. Há pelo menos 120 comerciantes desse tipo, com veículo. Então, no apanhado que vocês farão, se vocês também fizerem essa análise, acho que vai ajudar muito, porque isso está prejudicando muito a região.

Estou citando a Av. Vautier, porque ela superou o antigo Largo da Concórdia, onde chegou a ter 1.100 camelôs. A Av. Vautier vem do fundo do Canindé até a Rua João Teodoro, e tomaram conta da avenida toda. Mas por quê? Por falta de organização. Se for tudo organizado, quem for microempresário, com CNPJ, fica bom para todo mundo. O comércio é grande ali, mas a desorganização está tomando conta.

Nas operações, vocês requisitam a presença da GCM?

O SR. WAGNER CHAGAS ALVES – Sempre.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Isso é muito importante. E a GCM tem atendido, tem ajudado bastante?

O SR. WAGNER CHAGAS ALVES – Sim, tem nos ajudado bastante.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E não pode ser diferente, tem que usar a GCM. E a Polícia Militar, quando precisa?

O SR. WAGNER CHAGAS ALVES – Também acionamos.



O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nesse território que estou falando, vocês fizeram alguma operação com Guarda Civil, com Polícia Militar?

O SR. JEOVÁ TENÓRIO LIMA – Na verdade, assim, Vereador: nós temos um calendário de programações mensais de operação com a Guarda Civil Metropolitana. Todos os dias nós temos, em algum ponto, uma fiscalização com o apoio da Guarda Civil Metropolitana. Como o senhor bem sabe, São Paulo tem o centro comercial que estamos discutindo, tem o centro comercial em São Miguel, tem em Santo Amaro, e todos esses centros comerciais, de certa forma, interferem no sistema. Então as nossas operações com a Guarda Civil Metropolitana são itinerantes. Um dia, estamos numa inspetoria; outro dia, em outra; e assim sucessivamente. Esse calendário é estabelecido no início do mês. Fechou o mês, sai um novo calendário.

P – Crônico mesmo é essa região, não é?

R – Sim.

P – Acho que a Lapa não é tanto. São Miguel, parece-me, está muito mais organizado, até.

R – É verdade.

P – É Brás, né? E as linhas, o horário delas, é da meia-noite às seis?

R – É, na verdade, hoje, a gente não pode nem falar da meia-noite às seis, já que São Paulo tem uma frota rodando 24h . Temos a rede da madrugada que atende todas as regiões da cidade. Então São Paulo não tem mais o horário para o transporte.

P – Então na região são 41 linhas?

R – Isso, durante o dia inteiro.

P – E no trabalho que eu estou pedindo, se vocês puderem passar, vocês conseguem fazer uma análise de quantos usuários nesse horário, nessa região, nessas 41 linhas?

R – Podemos, sim.

P – Até para a gente ver se realmente o pessoal está...

R – Ok.

P – Porque 41 linhas deve ter um público, né?

R – São 320 mil passageiros durante o dia.

P – Durante o dia?

R – Durante o dia.

P – E mais ou menos, pelo feeling de vocês, da meia-noite às seis?

R – Vamos colocar 10% disso.

P – Dez por cento? É bastante gente.

R – Tem o comércio, tem hospitais, tem uma série de trabalhos ali, o Mercado.

P – Muito bem. Alessandro, alguma pergunta para os nossos colegas? (Pausa)

Bem, as operações são planejadas junto com a subprefeitura e a Guarda Civil?

R – Sempre.

P – Se vocês puderem passar para mim a última que foi feita na região, seja o ano que for, o mês que for, que é interessante.

Apreensões já não diz respeito a vocês, não é? Quem faz, quando vocês estão acompanhando, é a Guarda Civil e a Prefeitura. Vocês falaram que é de rotina em São Paulo toda, na cidade toda. E procedimento... é conflitante com ambulantes, porque o transporte não consegue andar. Eu acredito, por exemplo, que um que vinha na rua São Caetano e desce ali para a Vautier tem dificuldade de cumprir o horário, não? Tanto durante o dia como à noite.

R- Nós fizemos uma mediação, Vereador. No horário de rush, o coletivo demorou 15 minutos para percorrer 565 metros.

P – Quer dizer, a pé...

R – Sim, sim. E no restante do itinerário, para percorrer 16 quilômetros, 825 metros, foram 58 minutos. Então, se você pegar a proporção, é absurda. Qualquer um perde o horário do compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não tem como, tem de usar todos juntos para fazer a operação funcionar. Se não, cada vez vai agravar mais. Vai agravar muito, muito, mesmo, pelo que eu estou vendo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu estou pedindo e lá pelo Governo foi feito. Como é, Hoty, o nome daquilo que o Sr. Lepique está presidindo? Como é, lá?

- Manifestação fora do microfone.



O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Circuito das Compras dos Bairros. Então, é esse mesmo trabalho que os senhores estão fazendo e vão me oferecer. Nós vamos juntar, porque se vai chegar a um momento, Srs. Jeová e Wagner, em que lá também eles vão ter de chamar. Na última vez, os senhores não estavam lá, nessa comissão. Eu estranhei, porque os senhores conhecem isso. Então, é preciso estar presente. Entendeu, Sr. Dutra?

Então, eu faço questão de, em uma próxima vez, falar com o Secretário. Vou falar, também, com o Sr. Persoli e tal. Os senhores precisam estar ali para dar o seu parecer e o seu conhecimento. A carga sobra da seguinte maneira – e vai sobrar. Não tem como, a imprensa vem com tudo. Fala que não tem Segurança e que ninguém está conseguindo transitar. Aí, eles acham que são os senhores que estão atrapalhando alguma coisa – e não é. É bem por aí. Porém, eu agradeço muito a presença de vocês.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Não, o food truck foi o que eu perguntei. Se eles fizerem o levantamento, logicamente, se não a pessoa não estiver licenciada e estiver usando um local de dois e meio por quatro, vai atrapalhar o transporte. Então, o que eu vou pedir para a Subprefeitura – e vamos fazer o requerimento – é que ela identifique para mim todos os food trucks que estão por ali, além de carrinhos. Não é só food truck que há ali. Há carros. Outro dia eu vi um Omega. Ele adaptou um Omega. O outro adaptou uma Kombi. O outro adaptou outro veículo. É tudo adaptação. Em um Fiorino o cidadão pôs mais um andar. Ficou bonito. Ficou com terraço, até.



Então, vamos pedir para identificarem todos – pelo menos do Brás, Pari e Canindé. Que a Subprefeitura os identifique para mim – ou, senão, eu vou mandar. Estamos fazendo isso in loco. Vou mandar o nosso superespião ir até lá, pegar o espaço, onde é, fotografar e pronto! Acho que fica mais fácil.

Srs. Jeová e Wagner, fico, então, contando com os senhores. Façam uma análise. Entendeu, Sr. Jeová? Vamos juntando. Pelo menos, se um dia vierem falar, diremos: “Não, nós fizemos e colocamos.” A resposta que vocês não tiveram, lá, da Mooca, era bom reforçar, até para juntar. Está ok?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Meu menino, Vereador Alessandro Guedes, Sr. Candidato, tudo bem?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Tudo mal? É um pecado que os bons... Não, entrou muita gente boa, sim. Gostei muito do Paulo Fiorilo, que é amigo. Há o Abou Anni. Viu que o grande Abou Anni é Deputado Federal?

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Abou Anni voltou.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – É a vida, não é? Há tudo em campanha, não é, Vereador Alessandro Guedes?

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Exatamente. Foi uma eleição dura.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Difícil, não é?



O SR. ALESSANDRO GUEDES – Difícil, mas continuo o trabalho, “pé no barro”, tocando aquilo em que acreditamos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – No Ceará, eu fiz a contagem com alguns taxistas que eu encontrei de domingo para cá. Ele teve 93 mil votos. Um votou 16. Outro arrumou 30. O interior arrumou...

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Foi pelo MDB? Foi?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – É, MDB. Ele ficou como terceiro suplente - se Deus quiser. Meu Presidente está chegando. Assessoria do nobre Deputado Conte Lopes, parabéns! Vereador Senival Moura, parabéns!

Meu Presidente, vou já passar o lugar para V.Exa. V.Exa. veio de terno. Desculpe-me porque vim de moto. Só não vim de capacete, mas estou sem gravata.

Ao Sr. Jeová, ao Sr. Wagner e a todos os senhores da São Paulo Transporte e da Secretaria de Transportes meu muito obrigado pela presença.

Está encerrado este bate-papo maravilhoso com os colegas.

SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO AMBULANTE
NA CIDADE DE SÃO PAULO

SOLICITANTE: ADILSON AMADEU

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 31/10/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Bom dia a todos. Há número legal, na qualidade de presidente da Subcomissão de estudos do comércio ambulante da cidade de São Paulo declaro abertos os trabalhos.

Hoje, quarta-feira, 5ª reunião ordinária de 2018, convocada para hoje, dia 31 de outubro de 2018. Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.saopaulo.sp.leg.br, auditórios online.

Passemos aos itens da pauta. Já quero agradecer aos colegas Alessandro Guedes e George Hato. Em atenção ao requerimento SPCA de 4 de 2018, de minha autoria, foi convidado o Sr. Alexandre Francisco Trunkl, gerente de engenharia de tráfego leste.

Alexandre, esta subcomissão do comércio ambulante da cidade de São Paulo logicamente precisa falar com todas as áreas, desde a Polícia Militar, a Guarda Civil Metropolitana, a CET. Mesmo você na batuta da gerência Leste, você conhece bastante das áreas, nós podemos falar não só da região Brás, Pari, Canindé, algumas perguntas que tenho. Mas

de assuntos gerais, sobre polos geradores que possam ajudar a cidade de São Paulo.

Sempre que usar o microfone, fale o seu nome para ficar gravado nas notas taquigráficas. Início fazendo algumas perguntas.

O senhor é responsável por quais regiões da Cidade?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Alexandre. Primeiramente bom dia a todos, presidente, demais vereadores. Sou responsável pela área de engenharia de tráfego Leste da CET, que vai da divisa de Itaquaquetuba até final da Brás Pari, junto da Cruzeiro do Sul, da marginal Tietê, até a Radial Leste.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Dentro disso, até essa área que temos aqui apontada, Brás Pari Canindé. O senhor tem conhecimento da situação hoje da região Brás Pari Canindé, que já se tornou uma calamidade pública do avanço dos camelôs nas ruas e calçadas, especificamente hoje na Avenida Vautier, onde fica intransitável para a passagem de qualquer tipo de automóvel, ônibus. O senhor tem esse conhecimento?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Sim, perfeito. A região do Pari, Vautier, está tomada por ambulantes, pelo comércio irregular. Eles ocupam a calçada, o passeio, por vezes acabam invadindo o leito carroçável, dificultando a mobilidade de veículos, de coletivos. E o próprio trânsito de pedestre, o objeto de todo comércio que é o interessado, o freguês.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Então, na sua visão e profundo conhecedor, está afetando a região mesmo esse comércio não só nas calçadas, mas usando a parte das ruas?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Sem dúvida. Um outro exemplo que é bem grave, bem agudo, é a questão do Largo da Concórdia, no início da Rangel Pestana e Celso Garcia, mais especificamente do Largo da Concórdia até a Rua do Hipódromo, dos dois lados da Rangel Pestana, Celso Garcia, nesse trecho, os ambulantes em determinados horários eles tomam a calçada passeio, porque a quantidade é enorme, e por vezes acaba acontecendo deles ocuparem o leito carroçável dos ônibus, da faixa dos ônibus.

Já tivemos acidentes com ambulantes, atropelamento com ambulantes. O que acontece? Eles acabam entrando, os pedestres não conseguem transitar pela calçada passeio e acabam também transitando pelo leito carroçável.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Alexandre, tem homens da CET que trabalham no horário de meia-noite às 6h da manhã? Tem um plantão naquela área?

Exatamente essa área da Rangel até a Ricardo Gonçalves ou até a Jolie? Ela se torna crônica a partir de alguns horários, porque é a hora que começam a jogar as toalhas e colocam os produtos na calçada.

Temos hoje um comércio, falando do ambulante, que começa à meia-noite às 6h da manhã. Nesse horário, temos homens da CET cuidando desse espaço todo?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Tem, a CET, no caso meu especificamente, na área da zona Leste, eu tenho um turno que se chama turno 4 que pega exatamente esse, das 23h até às 4h30min da manhã. Então, ficam atendendo os principais corredores e emergências que são passadas pela nossa central de operações.

Especificamente, a gente tenta rodar os principais eixos. A equipe é bem reduzida em comparação com o que temos de dia.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E tem operações que vocês estão fazendo em conjunto com a polícia militar? Porque agora estamos chegando, não preciso nem te falar porque você conhece tudo. Temos um momento de final de ano, de festas, e começam a surgir mais ambulantes e ocupando as ruas. Atrapalha todo o trânsito.

Então, vocês têm planejamento, com a Polícia Militar, com a Guarda Civil Metropolitana, para tentar inibir, para que não avancem no leito carroçável? Quais as medidas que vocês estão tomando hoje?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Com relação a esse período de final de ano que aumenta muito o fluxo da clientela no Brás Pari, temos uma operação que chamamos de Operação Natal, inclusive, podia ter trazido, não sabia, enfim em outra oportunidade, nós delimitamos toda a área do Brás Pari no que chamamos de perímetro. E vamos trabalhar no perímetro, não vamos nem entrar.

Para o senhor ter uma ideia por mais que eu coloque, e eu não tenho efetivo lá dentro, some. Não tenho o que fazer, entope, fica completamente parado, paralisado.

O que eu faço? O que eu tenho de efetivo, acabo trabalhando no entorno, no perímetro e no eixo principal que é a Rangel, Celso Garcia para garantir a fluidez.

Antigamente a gente tinha a Operação Delegada, com a Polícia Militar, que a gente trabalhava e contribuía. Mas não temos, hoje não trabalhamos em conjunto, a não ser em alguma operação muito específica que a gente acabe conversando para desonerar alguma via aqui e ali. Na

Monsenhor Andrade já fizemos uma vez uma operação conjunta, mas fora isso não.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Alexandre, você tem conhecimento de, por exemplo, das 20h, 21h, até o período das 10h, o número de ônibus que chega na região, do Brás, Pari, Canindé?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Já foi maior. Hoje não... Teve um pedido até da SPTrans para trabalharmos em conjunto para que achássemos, viéssemos a achar uma área de estacionamento para esses ônibus que vem principalmente do Interior para compras, mas pedi até, reforcei com o pessoal da operação para ficar de olho e são poucos os ônibus que estão chegando. Sinceramente não sabemos onde estão estacionando.

Tenho para mim que alguns locais já têm estacionamentos que recebem esses ônibus, que fazem esse atendimento. Tanto é que acabamos não indicando nem área, nada, pedimos até para a Subprefeitura da Mooca se tivesse alguma área livre, mas enfim isso acabou não se efetivando porque não detectamos essa quantidade de ônibus expressiva.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Hoje posso assegurar que é uma média de 100 a 120 ônibus por dia, mas deve chegar a partir de agora, após o feriado, a 200 ônibus no mínimo. Já houve ocasiões de chegar a 400 ônibus por dia. Agora diminuiu bastante, tenho acompanhado.

Hoje, inclusive, dentro de alguns shoppings ali na região, Barão de Ladário, Rua da Juta, no próprio circuito das compras, antiga Feira da Madrugada, os ônibus estão chegando. O que está ainda acomodando um



pouco o trânsito, por exemplo, se eles vão dentro do polo modas, colocam 40 ou 30 ônibus e ficam ali estacionados, não circulam de jeito nenhum, o que ajuda muito para o trânsito fluir.

Mas dentro daquele levantamento que você está fazendo da região, se possível, se puder nos mandar para juntar aos nossos trabalhos é importante, porque dentro do que estamos fazendo aqui há um esforço grande de secretarias para tentarmos ver o que fazer. Não sei se te passaram, você tem o número mais ou menos de ambulantes que usam hoje as vias entre Brás, Pari e Canindé?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Especificamente ambulantes não, mas tenho o público das 8h até às 15h, 16h, 440 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Temos hoje 20 mil para cima, sem errar, de ambulantes nas calçadas. E aí vem o público em cima disso que está dando 400 mil.

Veja o que vai juntar, os 400 mil que já têm mais 300 mil funcionários que chegam a partir das 6h na Estação Roosevelt e vem andando e os ônibus também. Então fica uma loucura, a cidade de São Paulo fica pequena para comportar tudo isso.

Dentro do que estamos conversando com vocês, tanto do CET, São Paulo Transporte e Guarda Civil Metropolitana, é o que fazer, a ideia de todos. Parece que o teu setor não precisa falar o que fazer com esses ambulantes todos.

Precisamos começar a nos concentrar, ou é área que vamos ter de arrumar e cadastrar o microempresário que está na rua e tentar levá-

lo para alguns lugares, porque senão só vai existir o comércio ambulante pela liberdade que está tendo.

Que tipo de multa vocês aplicam ali na região?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – São autuações ligadas a trânsito. Então conversões à esquerda proibidas, conversões à direita, semáforo vermelho, ultrapassagem irregular, estacionamento irregular e assim por diante. Temos guinchado também quando cabível.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Tudo está crônico no Brás, mas na Rua Hannemann com a Vautier tem um Hospital, Fraturas do Pari, e ali está crônico, por exemplo, são poucos leitos, mas todo dia há cirurgias. É difícil até a chegada e saída de ambulâncias e precisava de uma rotina da CET organizando.

Estou falando porque é um hospital e recebi um pedido para que se verificasse. Falei com a Sub da Mooca – e foram precisos – e foram imediatamente quando puseram todas as barracas na porta desse Hospital. Demarcaram ao redor do Hospital, aí a Sub foi lá e deu uma geral, mas já voltaram. Inclusive, hoje vou tentar falar com o Maurício e com o Paulo Sérgio sobre isso.

Meu nobre Vereador George Hato, tem alguma pergunta a fazer?

O SR. GEORGE HATO – Tenho participado de algumas reuniões da Subcomissão e observamos, todos os prefeitos regionais que estiveram presentes, realmente precisamos de uma área mesmo para abrigar esses trabalhadores. Não dá para ficarem na rua atrapalhando o trânsito.

E se der para reforçar esse pedido para liberar essa via para o Hospital seria muito bom. Acho que é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Na verdade ficou crônico porque a Av. Vautier é até larga e havia um trânsito normal de veículos. Hoje foi tomada todos os dias, não é só na sexta ou na segunda-feira, mas todos os dias a Av. Vautier desde lá do fundão do Canindé até a Rua Oriente está sem condição nenhuma de trânsito.

Fiz a pergunta já a respeito do transporte, a dificuldade, se está desviando ou coisa parecida. Vocês estão com guincho suficiente quando precisa levar os carros ali?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Sim. Temos nosso contrato com a terceirizada, se não me falha a memória, são 32 ou 33 guinchos que cobrem a Cidade.

Então é o tempo de fazer, efetivar o guinchamento que leva para o pátio de apreensão e retorna para o ponto. Ou algum outro ponto que teve chamada, mas vamos intensificar a fiscalização ali no entorno do Hospital. Tentar ver se tem alguma rota de fuga ou de chegada ali. Tentar ver se podemos melhorar isso.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Ali, se você vai pela Rua Tiers, se vai para o Largo Santo Antônio do Pari, ao contrário vai para o Canindé, quer dizer, está toda atrofiada sem condição nenhuma. É mais um reforço para emergência que tem de ser atendida e estou vendo que ali cada dia mais está estreitando. E toda hora preciso usar a Prefeitura da Mooca para que façam um exercício grande.

Como vocês funcionam com a GCM na operação delegada. Eles estão auxiliando vocês em tarefas, por exemplo, agora que vai aumentar o público?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Não tivemos, nem da nossa parte e nem da parte deles, que façamos um trabalho em conjunto. O ideal seria esse porque temos um problema de questão de ordem pública e aí cabe à Segurança mais ostensiva. E nós quanto à questão de trânsito, parada e circulação. De apreensão ou para coibir o comércio irregular seria papel da Administração da Regional. Seria ideal fazer em conjunto, mas por enquanto não temos nada previsto.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Por exemplo, a tarefa é da Subprefeitura, muitos carros se tornam lojas e param nas vias públicas. Por exemplo, na região que estamos falando - 25 de Março, Pari, Canindé -, estão parando e ali ficam e não se locomovem.

Qual é a proposta que a CET tem para não deixar que fiquem parados driblando, inclusive, a Zona Azul?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Se estiverem estacionados irregularmente posso guinchá-los e tirá-los do local, desde que não estejam com produto perecível dentro ou carregados, seja baú, seja lá o que for. Se estiver carregado só a Regional pode fazer porque tem o poder para apreender e recolher.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Então, por exemplo, um carrinho que esteja vendendo qualquer tipo de alimentação, hot dog, fica plantado no mesmo lugar por meses, por anos, o que tem de fazer?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Posso autuá-lo com a questão de trânsito, mas não posso retirá-lo de lá, recolhê-lo, em

função de ter produto perecível. Não posso entrar no pátio com esse tipo de mercadoria.

E mesmo que fosse um baú fechado que não sei o que tem dentro também não posso recolher. Precisa chamar ou a PM para fazer uma autuação, verificar o que tem dentro para fazermos um circunstanciado e aí poder liberar para recolher.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Esse levantamento desses carros que ficam fixos, não saem do lugar, até para ilustrar aqui, já tenho a denúncia desta Subcomissão, na área da 25 de Março geral, que desce a Av. Mercúrio, Av. do Estado e toda região do Brás. É ponto fixo. Como conseguimos tratar essa situação?

Tenho tudo isso para informar. É com vocês da CET em conjunto com as subprefeituras? Por exemplo, 25 de Março é a Sé, vou mandar para o Eduardo Odloak. Recebi isso há 15 dias. E a pessoa faz a denúncia porque está lá na porta do comércio um carro, não sai nem de dia e nem de noite, só vai abastecendo. Por incrível que pareça, na região perto do Mercado Municipal, quem abastece é o próprio restaurante que tem, o comércio do carrinho é deles também. Quer dizer, está tudo em casa.

Como também tem no comércio de ambulantes, o cidadão tem a loja e em frente à loja a barraca é do comerciante. Isso tem muito. Por isso estamos dando uma ideia, por exemplo, o que fazer com todo esse povo que quer trabalhar, não tem renovação, não se oferece TPU.

Vamos chamar todos para um credenciamento e aí arrumar espaço ou fazer algumas ruas de pouco trânsito. Em determinadas ruas você consegue trabalhar da meia-noite às 6h.

E quando comentava, venho comentando isso há muitos anos, as administrações, passaram alguns governantes que deixavam para amanhã, amanhã, por exemplo, o que não dá para fazer, não dá para mexer mesmo, e também não tenho dúvida de que vamos arrumar uma revolução, por exemplo, hoje, chegar com a Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana, CET e falar: vocês não podem mais trabalhar aqui nesta rua, seja na Barão de Ladário, Monsenhor de Andrade, Rua da Juta, Oriente e tal. Seria uma guerra.

Agora, se passar primeiro uma advertência: vocês vão começar a se credenciar porque vamos tentar levar vocês lá para a Rua Araguaia. Aliás, aquilo poderia ser um estacionamento dos veículos para chegarem e pararem, ali está um cemitério há anos e ninguém resolve. O Jurídico não resolve. O Inventário da Prefeitura também não consegue resolver e um monte de carcaça lá que não tem o que fazer mais. Virou histórico aquilo, mas tem de ter uma responsabilidade de espaço.

Então esse levantamento que vocês estão fazendo de operação para o final de ano, logicamente a nossa Subcomissão está falando de comércio ambulante que também tem em Santo Amaro, em São Miguel, mas da área que corresponde a você. Se houvesse condições de dar um mapeamento disso, até para que possamos colocar no trabalho que estamos fazendo, com a sua presença, que vocês também estão fazendo esse levantamento e não depende só de vocês para resolver.

De alguma maneira você já teve a curiosidade de andar ali na região da meia-noite às 6h?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Sim. Eu passo de vez em quando porque eu mesmo vistorio o meu pessoal. Dou umas incertas às vezes porque faz parte da gestão. E não tem como, até

sabemos onde eles estão, quais os pontos viciados e assim por diante. Não tem muito o que fazer. São conhecidos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Semáforos na região. Todos funcionando, como estão?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Estão todos funcionando. Na medida em que há algum problema que recebemos já está dentro daquelas duas horas de atendimento que o Secretário determinou. Isso está tudo ok. Está tudo funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Há grandes obras do polo gerador previstas na região?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Alguns polos geradores sim. Acho que tem uns dois que ainda vão sair. Na Hannemann acho que vai sair mais um.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Na Conselheiro Dantas deve sair também.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Sim. Também.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Ali merecia um novo shopping. Então imagine só, mais um shopping e mais um hotel na região. Crescimento grande.

Muito bem. Quer fazer alguma consideração, Sr. Alexandre?
(Pausa)

Se o senhor tiver o levantamento de área, especificamente, e puder me passar, isso é importante.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO TRUNKL – Sr. Vereador, da minha parte, eu quero agradecer, inclusive, por V.Exa, ter levantado essa questão, e o Vereador Jorge também. Porque, para nós, é muito importante. Para nós, não é só a questão de mobilidade, mas também a questão de segurança do pedestre ali, e estamos dentro daquele intuito de diminuir o número de mortes por cem mil habitantes. A Cidade é signatária da declaração da ONU, a respeito de segurança. Então, para nós, isso é muito importante. E o que pudermos fazer... Se V.Exa. quiser, depois podemos marcar com os demais parceiros – GCM, PM. Estamos à disposição para o que precisar.

Eu vou mandar para V.Exa. todo o material que eu tenho, do nosso levantamento, para que fique à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – A nossa subcomissão está ouvindo a GCM, os senhores, a São Paulo Transportes e, no final, vamos juntar o material com uma, que está em andamento, dos Secretários. Inclusive, é importante que os senhores estejam para argumentar e falar, porque a bucha sempre estoura em cima dos senhores, antes de chegar no topo. “Olha, pela o Operador Leste, da CET, porque o trânsito não está andando e ele é o culpado”. Os senhores também não conseguem organizar tudo nesta cidade. Se mil novos carros são emplacados, na cidade de São Paulo, imaginem! Eu, às vezes, nem posso falar, né. Eu vou falar, aqui, de aplicativo e ficar ruim. Há 200 mil aplicativos contra 40 mil taxistas. Aí, fica...

Aliás, temos as presenças de meu suplente a Deputado Estadual e Presidente do Sintetaxis, Antonio Matias, e do Gimba aqui. Obrigado pela presença.



Então, até estamos pedindo, e o Dutra participou da última reunião e já está em andamento o estudo do viário, até para mostrar a loucura que está a Cidade e a liberdade de como estão andando pela Cidade.

E a CET também... Eu estive lá com o Shingai e tenho estado com o Octaviano e tenho falado que até a maneira de fiscalizar o taxista, precisava ter um molde dentro da linha da educação. Eu tenho combatido muito, porque há algumas coisas que não estão corretas quanto à abordagem, nessa profissão. Mas essas são coisas que já estamos tratando.

Não tenho dúvida de que vamos fazer uma última ou penúltima, ou duas ou três reuniões, com todos que vieram aqui, para essa contribuição, que parece muito pouca, mas é grande, porque os senhores estão no dia a dia e podem nos passar isso da melhor maneira.

Então, agradeço as presenças dos Srs. Alexandre, Antonio Matias, Alessandro Fattioli, meninos batalhadores, que saem à luta pelo politicamente correto.

Dentro disso, informo que a próxima reunião ordinária da Subcomissão ocorrerá, acredito, no dia 14 de novembro de 2018.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO AMBULANTE
NA CIDADE DE SÃO PAULO.

REUNIÃO: ORDINÁRIA
SOLICITANTE: ADILSON AMADEU

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21/11/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Bom dia a todos.

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, Subcomissão de Estudos do Comércio Ambulante da cidade de São Paulo.

Neste momento, estão presentes: eu presidindo, Adilson Amadeu e o nobre Vereador George Hato.

Há número legal. Na qualidade de Presidente da Subcomissão de Estudos do Comércio Ambulante da cidade de São Paulo, declaro abertos os trabalhos. Trata-se da 6ª reunião ordinária, do ano de 2018, convocada para hoje, 21 de novembro de 2018.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link Auditórios On-Line.

Passemos ao item da pauta.

Em atenção aos requerimentos 6/2018 e 13/2018, de minha autoria, foi convidado para esta reunião o Coronel Alexandre Augusto Campos de Souza, Coordenador de Políticas Integradas e Parcerias CPIP - Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

Coronel, se houver condições o senhor usa o microfone, pode ser?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Está ok.

Coronel, em primeiro lugar, obrigado.

Sei que o assunto que tem para me passar também é o das câmaras instaladas na cidade de São Paulo, depois vamos fazer uma leitura. Sempre que eu fizer a pergunta, se possível, Coronel, só Coronel Alexandre Augusto para registrar nas Notas Taquigráficas.

O senhor é responsável por quais regiões na Cidade, Coronel?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA - Sou responsável por todas as regiões, a capital inteira, na parte de monitoramento de câmeras e dos aplicativos do SP+Segura. É um aplicativo novo que é o Waze da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Começou a ser instalado na Cidade há quanto tempo?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA - Esse programa de City Câmeras está ativo há dois anos. Só que agora ele está sendo mais alavancado e já chegamos a 2.400 câmeras na Capital. Tínhamos 75 até o ano passado, agora já estamos com 2.400, até o momento.

O SR. GEORGE HATO – Isso do City Câmeras.

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA - Sim, do City Câmeras. O aplicativo é recente, está sendo desenvolvido, mas estamos com mais de 40 mil seguidores no aplicativo.

O SR. GEORGE HATO – É o programa que a empresa, o comércio e a residência compartilham as imagens junto com...

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA - Esse aplicativo é o que todo munícipe pode, de qualquer lugar que tiver o aplicativo, nos informar na nossa Central de Telecomunicações, a Cetel, onde está acontecendo algum delito, buraco em rua, problema de iluminação, ou seja, tudo o que possa interferir na segurança urbana. Há mais de 40 mil seguidores. Esse programa City Câmeras está interligado no aplicativo também, ele trabalha na Cidade inteira onde as 2.400 câmeras estão distribuídas.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Coronel Alexandre Augusto, o senhor tem conhecimento - eu entendo que é calamidade - na cidade de São Paulo, nas regiões da Cidade onde está tendo realmente uma invasão das calçadas, no Brás, Pari, Canindé, Lapa, Santo Amaro, São Miguel, 25 de Março, Parque D. Pedro, Santa Ifigênia, José Paulino. Nós estamos falando aqui na Subcomissão desse comércio que realmente invadiu os espaços públicos. Por exemplo, a região do Brás, Pari, Canindé, o senhor tem o monitoramento ali, conhece bem essa região?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA – Sim, nós temos acompanhado isso, inclusive, distribuímos câmeras para todas as prefeituras regionais. A Secretaria de Segurança Urbana distribuiu mais de 200 câmeras para cada prefeitura regional, para elas fazerem contato



com as associações comerciais, distribuírem e alavancarem esse monitoramento para que nós possamos acompanhar e monitorar isso e auxiliar com o efetivo da nossa Guarda Civil.

O SR. GEORGE HATO – Quantas câmeras?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA – Foram 200 câmeras por prefeitura regional. Isso foi recente e foi de três meses para cá que foram distribuídas essas câmeras, graciosamente, para cada Prefeitura para que eles possam fazer o contato com as associações comerciais e fazer esse monitoramento. No Brás e em algumas regiões, que foram citadas aqui, já existe esse monitoramento, porém, por questões técnicas, não da Prefeitura, mas de quem fez a parceria, algumas câmeras saíram do ar. Segundo os responsáveis por essa parceria, sempre que é instalado o City Câmera no local há um termo de cooperação entre Prefeitura e o munícipe ou o comerciante. E às vezes, eles deixam de cumprir isso daí, mas está sendo reativado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Coronel, são dados importantes que o senhor está me passando e aqui para esta Comissão, e eu vou inclusive fazer como ofício e aprovado aqui pela subcomissão pelo menos que nessas regiões que têm mais crise, que são Brás, Pari e Canindé, que pertencem inclusive à Mooca e à Sé, então, há um convênio dos senhores da Secretaria com uma empresa para a instalação? E precisa um termo do comércio para que ele autorize a por no seu comércio essas câmeras, é isso?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA – Sim, funciona da seguinte maneira: o comerciante quando quer aderir ao projeto City Câmeras, ele adere a uma empresa e essa empresa é interligada ao nosso sistema. Porém, se com o tempo ele começar a deixar de fazer a

parceria com a empresa e contratar o link, na verdade o link, porque a Prefeitura não dá o link, ela fornece as câmeras, e cabe aos comerciantes fazerem um convênio ou contratarem esse link com as empresas.

P – Pergunto para o Coronel Alexandre Augusto de Campos Souza: o senhor tem informação, vou insistir na região que para mim é uma das mais críticas, do Brás e Pari, se há câmeras lá instaladas?

R – Tem, com certeza tem.

P – Os senhores têm o mapeamento quando instalada?

R – Temos.

P – O senhor teria condições, num prazo que eu acredite que fique razoável de 15 dias, oferecer para essa subcomissão as que estão instaladas?

R – Podemos e toda essa região que foi dita: Pari, Brás e Mooca, temos condições de passar isso em uma semana, 10 dias tranquilamente.

P – Ok. Fico agradecido, Coronel, e ao nobre Vereador George, se passar a esta subcomissão, seria importante, até porque na semana que vem virão aqui associações de bairro, pessoal do comércio e nós também queremos conversar sobre isso. Se você tiver essa condição...

R – Passo até antes dessa reunião para os senhores terem em mãos e detalhadamente onde estão e quais não estão funcionando também porque é uma forma de fazer com que o comerciante, que está usufruindo desse serviço, também participe do programa.

O SR. GEORGE HATO – Esse City Câmera não são só os comerciantes, também há em zonas residenciais também onde há altos índices de crimes também, em praças.

R – Exatamente. Os particulares também. Inclusive, estamos fechando uma parceria com a associação brasileira dos condomínios que detém 75% dos condomínios na Capital e imaginamos que de 2.400 câmeras vamos ter mais seis mil câmeras dos particulares.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Coronel, em torno das estações de trem e metrô também estão instaladas?

R – Em algumas estações de metrô estão instaladas; nas de trem, a CPTM fez contato conosco e estão querendo participar do Programa. Nós já vamos fazer uma instalação de um programa piloto num local em que eles designaram e onde há um risco, onde estão acontecendo alguns furtos. Vamos fazer um piloto com eles para verem o quanto pode ajudar esse programa para eles. De antemão, eles já querem aderir ao Programa também.

P – Coronel Alexandre Augusto, como funciona, por gentileza, se puder dar um feedback da operação delegada?

R – A operação delegada é uma parceria junto com a Polícia Militar. Então, fazemos a cada dois meses uma reunião, porque há um número limitado de vagas destinadas, diminuiu bastante na última administração municipal. Agora, conseguimos um aumento do número de vagas e essas vagas foram redistribuídas. Conforme essas reuniões, cada comandante fez reuniões com prefeitos regionais, identificaram onde necessita e eles vêm até nós e solicitam algumas alterações de vagas. Inclusive, estou também administrando a operação delegada.

P – Muito bem, está acumulando funções.

R – Tem de ajudar, né.

P – Pela capacidade né, Coronel. Ela começou em que ano?

R – A operação delegada – eu imagino - já deve ter por volta de 10 anos. Eu sou o responsável, a partir deste ano, de estar à frente dessa operação delegada, onde nós conseguimos esse aumento e tem um estudo para ter um aumento maior, porque foi diminuído bastante o número de vagas e isso impactou na segurança e na fiscalização nessas regiões inclusive, porque a demanda é grande na Capital e o número de vagas diminuiu muito e agora vem aumentando.

P – Então, a estrutura dela hoje, no município de São Paulo, em número de homens trabalhando?

R – O número geral eu não tenho para passar para o senhor agora, mas eu consigo passar junto com o outro relatório, o número que temos e o número que solicitamos de aumento. Não vai ser o que tinha na penúltima administração municipal, mas vai aproximar bastante e melhorar a qualidade do serviço.

P – Vocês fazem essa operação delegada junto com a Polícia Militar e a Subprefeitura. Vocês coordenam?

R – Exatamente. E há a operação DEAC, que é a operação feita pelos guardas civis. É uma operação delegada dos guardas municipais.

P – Nesse ano, nessa região que eu acho que a calamidade é grande, Brás, Pari, Canindé vocês fizeram algumas ações ali.

R – Foram feitas. Tem na Capital toda, tivemos de diminuir proporcionalmente todas as quantidades de vagas destinadas às regiões de São Paulo. Essa região foi impactada também por conta disso.

P – Pelo número de homens para trabalhar ela não acontece rotineiramente?

R – Acontece rotineiramente, mas diminuiu a quantidade de homens que estão na região.

P – Você teria condições de me passar, só do ano de 2018, as operações que foram feitas?

R – Elas são feitas semanalmente. É que visualmente está muito diferente de antigamente porque antes, por conta da necessidade da região, tínhamos bastante lá.

P – Nessas operações vocês acompanham a apreensão da mercadoria?

R – É acompanhado pela Prefeitura regional. Os policiais militares e os guardas civis acompanham também e fazem todo o trâmite burocrático, BO, laque e tal e é destinado à prefeitura regional para administrar esse problema depois.

P – A respeito de apreensões, acho que o senhor não tinha esse número e quem deve ter esse número é a subprefeitura.

R – A Prefeitura Regional tem.

P – Os senhores fazem relatório para cada operação?

R – Eles enviam o relatório, a quantidade de homens que trabalharam. O controle pertence à Prefeitura Regional que encaminha par



ao Comandante da Polícia Militar local e esse daí envia um relatório somando tudo: efetivo trabalhado, horas trabalhadas e encaminhamos para a Secretaria. Nós produzimos um relatório final para validar, aumentar, melhorar, enfim, ver como está sendo a gestão desse problema. Esses números, nós podemos passar para a subcomissão também para ter um acompanhamento.

P – Da apreensão?

R – Da apreensão eu tenho que verificar porque é encaminhado trimestralmente para nós, mas creio que possamos passar. Agora, de efetivo, quantidade de horas, diminuição é possível passar para os senhores.

P – Se possível, vou pedir para a minha assessoria fazer o ofício para a subprefeitura do Brás, Mooca e Centro para que eles informem a essa subcomissão todas as apreensões do ano de 2018. Não vou nem pedir de 2017. E os depósitos que foram destinados a essas apreensões.

Vocês têm conhecimento e o pessoal de vocês acompanha as apreensões nos depósitos?

R – Quem fica acompanhando é o pessoal da Polícia Militar que está no local. Eles acompanham junto com o pessoal da Prefeitura regional e depois mandam um relatório discriminando tudo o que foi feito. Esse relatório trimestralmente é computado e fazemos uma análise de tudo que está ocorrendo na região. Mesmo para verificar se é necessário remanejar a efetivo para lá, por em outro local que não está ocorrendo operações. Enfim, para fazer essa gestão de pessoas em locais onde há maior necessidade.

P – Essas operações, as maiores delas, se dão devido ao comércio irregular, de procedência não qualificada.

R – É feita essa solicitação da prefeitura regional para o comando do policiamento local que manifesta a vontade de remanejar os efetivos para onde há maior necessidade. Então, essas reuniões é que vemos a necessidade. Essa informação da subcomissão vai ser importante para nós fazermos um remanejamento do nosso efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Coronel, até um pouco antes de iniciar estava falando para o Cel. Alexandre Augusto, para o nobre Vereador George Hato e a todos, que estamos fazendo a nossa tarefa aqui na Câmara Municipal. Está sendo feita também uma tarefa pelo Executivo coordenada por alguns funcionários. E vamos juntar todo esse trabalho e levar ao Prefeito, dando sugestões também.

Por isso que essas perguntas batendo com a Subprefeitura também para que tenhamos uma linha. Acredito que esse trabalho que vocês fazem da operação delegada nessas regiões que estamos falando – 25, Brás, Pari e Canindé -, se houver 500 homens por dia é pouco para todas as operações, porque todo dia brota.

Vou passar o número, hoje tem 20 mil pessoas trabalhando da meia-noite às 6h, no comércio Brás/Pari/Canindé. E sem dúvida alguma neste mês de novembro e final, festas, vêm mais 10 mil porque todos trazem um parente para ajudar. Quer dizer, é mais gente trabalhando em todas as ruas do Brás. E quem sofre realmente é o comércio que tem dificuldade para abrir suas portas.

O senhor acredita então que esse molde, esse jeitão dessa operação delegada, como coronel habilitado que é, da Polícia Militar e



agora servindo também junto com a Guarda Civil Metropolitana, GCM, o senhor acredita que tenha um efeito positivo.

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA - Com certeza tem, tanto que a demanda de solicitação é muito maior do que temos condições de oferecer. Por isso que há um projeto de lei tramitando para tentar pelo menos voltar ao número que tínhamos antigamente em outras gestões municipais para poder auxiliar o comércio. Sabemos pelo número de pessoas lá que o quanto colocar é pouco, mas temos de colocar o máximo possível para ajudar a região.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Quando falei desse número, hoje estamos com os imigrantes, bolivianos, haitianos, nigerianos, tem de tudo lá. Então é complicado porque às vezes tem a dificuldade até de entender todos os procedimentos legais.

E nessas operações há manifestações mais violentas? O senhor tem algum caso específico?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA - Acompanho que o nosso serviço desta gestão não fica in loco, mas as informações que chegam é que às vezes há esse confronto. Por isso que às vezes o próprio guarda civil fica com o pé atrás. E o pessoal do policiamento tem que dar um apoio. Então essa demanda realmente tem de aumentar.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Coronel, o senhor já esteve ali na região no horário da madrugada, Brás, Pari e Canindé?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA - Já estive. Fomos fazer um levantamento e realmente o lugar é complicado.



Tem lugar que você não consegue andar, ruas fechadas, as calçadas todas tomadas. Já fui lá.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Para a cidade de São Paulo, hoje, se tornou crônico. Por isso estamos querendo dentro da experiência dos senhores e dentro do que queremos levar, não agora, porque o momento é difícil para se fazer qualquer tipo de operação, a não ser de emergência. Mas que essas pessoas tivessem a condição de se inscrever nas subprefeituras para serem microempresárias, se cadastrarem para que se tenha a condição de colocar em ruas a serem determinadas pela Subprefeitura para que houvesse um controle maior, porque hoje todas as ruas estão tomadas.

Inclusive, o perigo que até falei com o pessoal que sempre está aqui, da CET e Secretaria de Transportes. Por exemplo, a Rangel Pestana, do Largo da Concórdia até a Rua Joli está um caos porque estão usando as calçadas e a população não consegue andar e está andando na faixa dos ônibus.

Então além do perigo também se torna difícil para o transporte. Logicamente que deve estar dando uma demora no percurso do transporte por causa disso. Eu mesmo, no sábado, fiz o trajeto porque fui para a Água Rasa e é impressionante. Nunca vi nada igual, o ônibus tem de pedir licença para andar nas faixas. E os automóveis também, eles chamam de siri, jogam o lençol e vão pegando agora dos dois lados, da descida do Viaduto do Largo da Concórdia até a Rua Joli, dos dois lados já tomaram conta do espaço também.

E comentamos que agora, época de festas, vai aparecendo de tudo. E a dificuldade, tenho falado, inclusive, com o Delegado do 12º DP,

está difícil porque não tem número de pessoas para ficarem rodando ali e aparece de tudo no meio da população.

As operações mais violentas, não sei se os senhores tiveram casos de levar para a delegacia ambulantes que na hora da abordagem não querem...

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA – Não tenho números, mas ocorreram apreensões, detenções e condução à delegacia, mas os números, não tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E a operação delegada de vocês também faz o trabalho à noite?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA – Sim. Trabalho à noite também.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Tem de ser programada.

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA – Programada.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – São as subprefeituras que sugerem?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA – As prefeituras regionais juntamente com o comando do policiamento local. Eles levam os problemas, entram em discussão e nos levam a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Se a Subprefeitura, por exemplo, da Mooca ou da Sé, hoje, pedir para os senhores uma operação desse nível que estamos falando, de 20 mil pessoas ali, comércio

ambulante ilegal, infelizmente temos de falar que é ilegal, os senhores precisam de quanto tempo para preparar?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA – Esse número, como falei, é uma operação que atua na Capital inteira. Então como foi diminuída e muito na gestão anterior a quantidade de vagas, não conseguimos tirar de outra região, pegar da zona Sul que tem os problemas locais, tirar o número de vagas e trazer aqui para a Mooca, Brás, Pari e 25. Vamos ter de trabalhar em cima do que tem na região.

Por isso que é importante, como comentei anteriormente com os senhores, esta Subcomissão, porque dará força para que consigamos aumentar ou pelo menos igualar o número de vagas que tínhamos antigamente na gestão municipal. Com aquele número podíamos deixar uma reserva para essas condições diferenciadas, este momento, final de ano e tal, pegar essa gordura e trazer para fazer essas operações especiais.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Coronel, pela sua experiência, 21 ruas e três avenidas, região do Brás, com 20 mil pessoas. Quantos homens precisaríamos para fazer uma operação igual a essa?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA – A quantidade que colocarmos lá será pouca, porque é uma demanda muito grande, mas tem de ser feito um estudo técnico para tentar por o máximo de guardas e policiais lá para fazer essa operação.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Acho que a palavra impossível, nunca é impossível desde que tenha uma técnica, um trabalho. Mas precisaria realmente dividir por áreas para poder pelo menos se comunicar com essas pessoas que estão ali. Vejo assim, até vou aproveitar



hoje uma reunião que vou ter com o Secretário João Octaviano, apesar de estar super acumulado com tudo o que está acontecendo, com o Viaduto do CEAGESP, mais tudo que acontece no dia-a-dia, mas por ser já época de festas, final de ano, e vocês que são representantes da Secretaria, precisava de pelo menos nas calçadas da Av. Celso Garcia até a Rua Joli, uma orientação para esses ambulantes que estão ali tomando conta da calçada e a população não consegue andar. Tem de ir para a avenida com o perigo de atropelamento e o transporte local que também cada vez mais vai ficar um trânsito superlento.

Coronel, há uma ideia que dentro da minha visão, o nobre Vereador George Hato também conhece bem ali, de que temos de juntar as forças e trazer todo esse povo que está ali, quer trabalhar, ter espaço, bolsões, lugares fechados para ter um controle. Sou repetitivo, mas acontece todos os dias. Tem uma ação deles, os ambulantes, que praticamente todos os dias, isso é fácil identificar porque os comerciantes vêm falar, colocam tipo de uma varinha de guarda-chuva nas fechaduras das portas. E o cidadão hoje perde pelo menos umas três, quatro horas por dia para abrir cada loja. Isso acontece em média com 20 lojas por dia.

O cidadão pega a energia, faz o gato da tua loja e agora o público, os ônibus começam a chegar 21h, 22h e chegam, em média, 400 ônibus por dia nesse período. E aí o cidadão fica ali vendendo e às 6h precisa sair da calçada. A alternativa de ele ficar ali é a loja não abrir. E a loja não abre mesmo porque até vir o chaveiro. Está faltando chaveiro. Isso está acontecendo direto na Tiers, Barão de Ladário, Monsenhor Andrade, Casemiro de Abreu, em toda região está acontecendo.

Cheguei a ver algumas lojas que os chaveiros foram. É uma flechinha na fechadura e precisa ser bom o chaveiro, porque senão ele



recorta e solda outra fechadura. É horrível. E tive a oportunidade infelizmente de me chamarem. Fui lá e numa sequência de quatro, cinco lojas da Tiers, perto do Hospital de Fratura. Não conseguimos abrir, e, na Vautier, a mesma coisa, porque além de haver grandes shoppings lá trabalhando, de madrugada também, há lojas ao lado, e elas são ponto favorável para quem quer estar com o seu comércio. Então, infelizmente isso acontece.

Coronel, o senhor poderia me informar esses dados de cabeça?

O SR. ALEXANDRE AUGUSTO CAMPOS DE SOUZA – Quais deles?

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Do planejamento. Nós falamos algumas coisas do efetivo. O senhor sabe o valor da verba que é destinada?

R – Mensalmente há uma variação, pelo número de policiais que se inscrevem na Operação Delegada. Então, é variável.

P – Sim.

R – Mas todas as informações, para ser mais precisas e nortear melhor a subcomissão, eu posso encaminhar, inclusive hoje à tarde já.

P – Está. Se o senhor permitir a minha Assessoria e a Assessoria do Vereador, nós vamos lhe passar, por e-mail, dentro do que nós falamos aqui, só para ficar notificado e para que venha para nós.

R – Perfeito. Melhor ainda.

P – São detalhes, mas são detalhes que nós vamos juntar no nosso trabalho final, para entregar para o Sr. Prefeito.

R – Melhor ainda.

P – Se amanhã falarem: “A Câmara Municipal não fez nada”, direi: “Fez sim, fez uma subcomissão, mostrou o que está acontecendo, o que tem condições de fazer e o que tem condições de melhorar”. Como essa das câmeras aí, como vai vir a Lobras aqui e associações grandes do comércio Brás, Pari, Canindé e 25 de Março, nós vamos perguntar também a disposição deles, de instalar essas câmeras, lógico que com o aval dos senhores, sempre.

R – Perfeito.

P – Porque eu acho que não podem instalar sem o aval dos senhores.

R – Não, não. Há todo um planejamento, um programa, para seguir direitinho, para não haver problemas no sistema. Inclusive, queria agradecer as informações que foram passadas. Nós vamos encaminhar também para o nosso serviço de inteligência, na secretaria, para se aprofundarem nesse detalhe, da questão da chave. Foi bastante oportuno.

P – Coronel Alexandre Augusto Campos de Souza, se precisar, nós temos uns 38 policiais militares preparadíssimos. Estão à disposição dos senhores também, eu acredito. Eles estão sempre de prontidão. Então, Sr. Coronel, se precisar, há pessoas da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana. Às vezes, eles, à noite, também querem trabalhar. Eles, então, sem dúvida alguma, acredito que devem ajudar também nesse trabalho.

R – Agradeço. Vamos solicitar à noite, principalmente em final de semana.

P – Capitão, aquele é polivalente.

R – Muito bom esse Capitão.

P – Muito bom esse Capitão. O Capitão Alexandre é muito polivalente, e a Guarda Civil Metropolitana também.

R – É a nossa Guarda.

P – É maior de idade. São 37 ou 38 anos?

- Manifestações fora do microfone.

P – Trinta e um.

R – Essa Guarda está fazendo história, está de parabéns.

P – Está indo bem mesmo. Aqui, pelo menos, é show de bola.

O SR. GEORGE HATO – Agradeço o senhor, Coronel Alexandre Augusto Campos de Souza, pelas informações que deu aqui na subcomissão. Parabenizo o Vereador Adilson Amadeu, pela condução dos trabalhos, e me coloco à disposição também. Esse projeto do city câmeras é uma revolução na nossa Cidade, e tem que ser ampliado e modernizado. Contem com a gente, para melhorar a nossa segurança.

R – Muito obrigado.

P – Coronel, deixe um grande abraço lá para o Sr. Secretário também.

Muito obrigado, Coronel.



Em nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada essa reunião.

Muito obrigado a todos e um bom dia.

SUBCOMISSÃO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO AMBULANTE
NA CIDADE DE SÃO PAULO.

SOLICITANTE: ADILSON AMADEU

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 05/12/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Bom dia a todos. A Comissão de Trânsito e Transporte e Atividade Econômica está hoje reunida na Subcomissão do Comércio Ambulante. Temos alguns convidados que devem chegar ainda. Vamos fazer uma reunião de trabalho e os convidados são os representantes da Associação de Lojistas do Brás, o Alobrás, e também da Associação Comercial de São Paulo. Temos aqui também a presença já do Sr. Álvaro Godoy Filho e também o acompanha a Sra. Maria Helena Ribeiro de Moraes, que é assessora jurídica.

Não estava previsto nos convites de hoje, mas nós vamos abrir um momento para o senhor representante da ABCF, Sr. Rodolpho Ramazzini. O Sr. fique à vontade e gostaria que o senhor falasse um pouco da Associação e depois vou lhe fazer o convite para que venha e que explique o trabalho que os senhores já fizeram em São Paulo e no Brasil.

O SR. RODOLPHO RAMAZZINI – Bom dia, Vereador, é um prazer estar aqui com V.Exa. Sou advogado especializado em combate à falsificação de produtos e sou diretor da ABCF, que é a Associação Brasileira de Combate à Falsificação. É uma entidade associativa sem fins



lucrativos, inscrita na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que existe desde 1992 e congrega cerca de 80 indústrias nacionais e multinacionais, visando trabalhar em conjunto com as autoridades para combater o comércio de produtos ilegais no território brasileiro.

Isso diz respeito a quê principalmente? À segurança dos consumidores, porque o produto falsificado sempre lesa, ou a saúde, ou a segurança desse consumidor. O Brasil perde hoje cerca 145 bilhões de reais por ano com o contrabando e a falsificação de produtos industrializados. Essas perdas se dão tanto em arrecadação tributária, como em perda de faturamento das indústrias legalmente estabelecidas, que são vítimas dessa concorrência desleal, bem como dos comerciantes idôneos que acabam perdendo mercado e renda para quem trabalha de maneira irregular.

Não temos absolutamente nada contra o comércio de rua, desde que ele seja regulamentado e que não se venda produtos falsificados. Infelizmente, não é o que anda ocorrendo na Cidade de São Paulo onde existem diversos bolsões hoje de venda de produtos falsificados que lesam a saúde e a segurança do consumidor e a ABCF se faz presente aqui para colaborar com os senhores e com a Prefeitura de São Paulo para assinar um termo de cooperação futuramente com a Prefeitura para colaborar de uma maneira mais proativa e efetiva no combate à venda de produtos ilegais.

Por que isso? Se prejudica a recuperação do País, depois da grave crise econômica, a retomada do emprego, crescimento, arrecadação de impostos, então, temos de fazer um trabalho efetivo no que diz respeito a preservar o mercado para quem trabalha de maneira legal e tirar da rua quem trabalha de maneira ilegal. Trabalhar de maneira ilegal é não recolher



nenhum tipo de tributo, é oferecer produtos que podem lesar a segurança e a saúde de terceiros e o trabalho da ABCF em conjunto tanto da Polícia Federal, a Receita Federal, Receita Estaduais, Delegacias especializadas, Guardas Municipais, Vigilância Sanitária é esse: informar, denunciar e acompanhar essas diligências.

A ABCF desde já se coloca à disposição de V.Exa. para subsidiá-lo com dados, números e fatos que ocorrem hoje na Cidade de São Paulo, provenientes de investigações realizadas pelo nosso pessoal a respeito da venda de diversos tipos de produtos para contribuir com essa comissão num relatório proativo que possa fazer com que a Prefeitura veja que não se trata de um problema menor, muito pelo contrário, se trata de um problema que causa uma celeuma no mercado e que atrapalha e muito o desenvolvimento da cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Dr. Rodolpho agradeço desde já e essas contribuições são importantes, inclusive, a Diretoria da ABCF esteve no encontro com o Prefeito e foi formada a Secretaria de Combate do Piratas e Ilegais. O Decreto 58.546, Comissão Municipal de Combate ao Mercado Ilegal e efeitos decorrentes. A Secretaria foi instalada no último dia três.

Não sei se a associação possui dados específicos, vou falar da região do Brás. O que acontece hoje com quem está ali com as barracas vendendo os produtos ilegais. Hoje têm 25 mil barracas nas 29 ruas do Brás. Um exemplo, uma parte da Av. Valtier, está totalmente tomada e pertence à Sé. O Canindé na divisão pertence à Sub da Sé, depois quero confirmar com o Álvaro e com a Dra. Maria Helena. Os senhores têm essa grandiosidade de pessoas trabalhando hoje na associação?

O SR. RODOLPHO RAMAZZINI – Aproximadamente a ABCF calcula que existam hoje mais de 30 mil ambulantes somente na região do Brás. A Rua Oriente, por exemplo, eu estive lá pessoalmente num trabalho na semana passada e às cinco horas da manhã as barracas, além de estarem nas calçadas, estavam no meio da rua, impedindo o tráfego de veículos. Os transeuntes não tinham como passar na calçada. O volume de produtos está numa escala que nunca foi vista anteriormente, nunca houve tanto produto ilegal sendo vendido por esses comerciantes ambulantes dessa região do Brás especificamente.

O que a ABCF defende é que os comerciantes ambulantes, organizados por cooperativas, ou com o auxílio da Prefeitura, após terem todos os seus alvarás concedidos e estarem organizados, vendam produtos originais, se organizem através de cooperativas para adquirir esses produtos com uma condição mais facilitada e vendam produtos originais independente da marca. O problema é vender esse produto ilegal, atrapalhar o comércio legal, formal, que existe na região, que é centenário, que é um dos comércios que fez crescer a Cidade de São Paulo e atrapalhar também o tráfego de veículos e transeuntes naquela região como anda ocorrendo.

Na semana passada alguns ambulantes estavam colocando manequins no meio da rua, com as suas roupas falsificadas, era impossível de trafegar e isso precisa mudar. Como é que isso muda? Com o trabalho de inteligência sendo feito pelas entidades civis que trabalham em conjunto com as autoridades, como a ABCF, fornecendo essas informações aos senhores e à Prefeitura para que posteriormente a Guarda Civil Metropolitana em conjunto com outras esferas do Poder Público possam atuar para coibir isso de uma maneira que possa haver uma coexistência



pacífica, uma coexistência profícua para todos e que não haja tanto produto irregular à venda na região do Brás.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Nós estamos falando da região do Brás, mas também há em todas as regiões hoje. O número maior acredito que seja do Brás, superou totalmente a 25 de Março, Ladeira Porto Geral.

Nas diligências, quando a Associação vai, o produto que é apreendido, só queria um esclarecimento, há uma necessidade de uma peritagem no local?

O SR. RODOLPHO RAMAZZINI – Quando se trata de um produto que está reproduzindo uma marca de terceiro, ou seja, um produto falsificado, a Polícia ou a Guarda apreende esse produto, depois é enviado para uma perícia oficial do Instituto de Criminalística do Estado de São Paulo e paralelamente a isso a indústria vítima faz um laudo técnico também para subsidiar o trabalho do IC e o trabalho da Polícia.

Somente com a comprovação da falsificação desse produto é que essa pessoa responde depois pelos crimes cometidos, no caso específico do produto falsificado. Quando se trata de um produto contrabandeado, ou seja, um produto que entrou no Brasil pelo sistema do contrabando do descaminho, mas é um produto original, que não pagou simplesmente a tributação, nesse caso o produto é apreendido independente de quem o apreenda e depois é encaminhado à Receita Federal que obviamente dá o perdimento dessa mercadoria e posteriormente esse produto, se for legal, vai a leilão, se for um produto ilegal, é destruído.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – A Prefeitura da Mooca vai em algum shopping e já vai com documento judicial para que possa essa apreensão, é isso?

O SR. RODOLPHO RAMAZZINI – Não necessariamente, pode ir com uma ordem judicial, pode ir com uma equipe policial, com uma ordem de serviço expedida por um delegado, porque como se trata de comércio ambulante ou aberto ao transeunte, a Polícia pode fiscalizar a qualquer tempo bem como a Guarda Civil Metropolitana. Só existe necessidade de mandado de busca e apreensão, segundo súmulas do Tribunal Superior quando se trata de um estabelecimento industrial residencial fechado,. O comércio aberto ao público consumidor pode ser fiscalizado a qualquer tempo pela Prefeitura, pelas polícias e pelas guardas.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Estamos recebendo algumas denúncias e é importante que haja o combate contra produtos piratas e ilegais, mas o que acontece e as denúncias que tenho, por exemplo, num departamento num shopping que foi feito as apreensões nos últimos dias, produtos piratas, foram sete caminhões. E consta só no processo de notificação sete itens que não cabem nem num caminhão. Então, nesse caso a própria Prefeitura é responsável para armazenar e ao mesmo tempo no recolhimento disso?

O SR. RODOLPHO RAMAZZINI – Exatamente. A autoridade que efetua a diligencia é responsável pela guarda dos produtos apreendidos até que a Justiça autorize a destruição ou que esse produto seja encaminhado à Receita Federal, quando é o caso de um produto contrabandeado.

Agora, é importante ressaltar que a ABCF dá esse suporte às autoridades logístico, técnico e operacional quando solicitado e também

protocola as notícias crimes, ou seja, as denúncias que subsidiam o Poder Público para poder fazer esse trabalho com segurança jurídica maior.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – No caso da subprefeitura tal, que foi determinada a apreensão. Na notificação, ou no auto de apreensão teria de constar todos os sacos recolhidos, não é isso?

O SR. RODOLPHO RAMAZZINI – Em tese, quando você faz a operação num shopping popular, por exemplo, deve se individualizar as apreensões por tipo de mercadoria, por box, por proprietário. Algumas vezes isso não é possível porque quando as autoridades chegam para fiscalizar esses locais, os proprietários já baixam as portas das lojas e é necessário chamar chaveiros para abrir esses boxes. Depois é muito difícil identificar também os locatários desses boxes porque nem os donos dos prédios, que é o caso da Galeria Pagé, do Shopping 25 e outros, conseguem informar com precisão quem são os reais locatários desses espaços que revendem os produtos falsificados.

Muitas vezes essas lojas estão em nome de cidadãos chineses, de outros países, que não tem sequer um documento nacional e estão aqui trabalhando ilegalmente. Estão sendo explorados e fica difícil de você individualizar a responsabilidade de cada um. Por isso que nós especificamente quando vamos efetuar esse tipo de ação junto às autoridades, focamos um dia após o trabalho de inteligência, vamos lá só atrás de boxes que estão vendendo um produto específico, noutro dia atrás de outros boxes que estão vendendo outro produto. Para quê?

Para facilitar a responsabilização criminal de cada um deles e a identificação de todos esses produtos. Na operação que foi feita no ano passado, no Shopping 25, pela Receita Federal que fechou tudo, como a Receita fechou o shopping de cima em baixo e só depois foi verificar essas



mercadorias, o que aconteceu? Depois de nove meses ainda não havia uma individualização do que era de cada box, e quem eram os proprietários das mercadorias. Isso dificulta até a punição de quem está vendendo um produto falsificado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Entendi perfeitamente. Nessa última apreensão que eu estou citando, nem vou falar local e nada, foram 30 e poucos boxes e a Prefeitura chegou junto com a fiscalização e com advogados de um determinado instituto, que o Presidente é o Sr. Luís Mona, e pediu que todos os locadores saíssem do local, saíssem de sair, pediram que saíssem. E aí fizeram toda essa apreensão. A denúncia é exatamente em cima disso, lógico, está ilegal, não tem documentação, não tem regras que tem de ter da Prefeitura está tudo ok, mas da maneira que foi feita, acho que depois pode sofrer punição juridicamente mesmo fazendo esse trabalho. A própria Subprefeitura não teve a cautela de ter as pessoas lá.

A medida que o senhor está falando é muito correto. Por exemplo, o Brás vende de tudo, não vou nem citar outros bairros, porque eu ando ali, e vende tudo o dia todo. É lógico, quando vocês vão fazer uma diligência e vai antes e vê os óculos ali você já sabe que os óculos não tem procedência alguma ou coisa parecida. Aí fica muito mais visível e transparente a posição da denúncia que está vindo. Por que algumas dessas lojas, muito poucas, têm algumas notas e nem isso foi observado nessa diligência. Então, essa diligência, a meu ver, de certo modo está muito penalizada.

Por isso que eu queria que no dia de hoje viesse aqui o chefe de gabinete da Prefeitura da Sé, Sr. Rodrigo Arraval, por compromissos não pode vir, aproveito até, não é um desabafo, vou falar para o Prefeito



Eduardo Odloak, que eu precisaria que S.Exa. viesse aqui até por respeito a Câmara Municipal e ao Vereador para que explicasse.

Não tem nada a ver com a minha Subcomissão, mas ao mesmo tempo, tenho aqui como Vereador que estou na Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia de querer saber um pouco mais.

Mas estou muito satisfeito em ter vindo aqui o Sr. Álvaro e Maria Helena, mas Dr, eu fico muito feliz, você já me entregou o DVD e mais um trabalho. Deveremos chamá-lo para esclarecer muito o trabalho e para que possamos juntos fazer um relato final e levar para o Sr. Prefeito.

O SR. RODOLPHO RAMAZZINI – Vereador, muito obrigado, só gostaria de fazer um aparte e V.Exa. está corretíssimo. Existe uma maneira correta de se fiscalizar e realizar essas operações. Não se pode fazer nada de maneira atabalhoada, sem planejamento, sem trabalho prévio de inteligência. As coisas têm de ser feitas de maneira correta para que ninguém seja prejudicado injustamente, para que as pessoas que são responsáveis de fato sejam punidas. Concordo em gênero, número e grau com a colocação que V.Exa. fez. Sem planejamento essas ações são desastrosas. Tem que serem feitas de maneira correta.

Por isso mesmo que a ABCF já na gestão anterior do Prefeito João Doria teve tratativas com o Secretário Anderson Pomini para assinar um termo de cooperação no qual a ABCF se coloca à disposição para dar apoio técnico, logístico e operacional nessas ações. Nossa tentativa agora é de realizar o mesmo contato com a Prefeitura, com o auxílio de V.Exa. se possível, para que nós possamos dessa maneira dar um suporte maior para essas ações para que sejam feitas da maneira correta e alcancem resultados.



Os dois setores que têm mais problemas na cidade de São Paulo, hoje, em relação ao comércio ilegal, são o setor do cigarro e o setor ótico. Ou seja, a Abióptica e as empresas de cigarro estão perdendo bilhões de reais e os consumidores estão sendo altamente prejudicados por isso. São ambas as indústrias representadas, também, pela ABCF e nós queremos auxiliar no que for possível.

Agradeço ao senhor pelo espaço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O nobre Vereador George Hato acaba de chegar.

Doutor, muito obrigado. Fico muito agradecido, mesmo. Fiquei feliz pelo gabinete do Vereador Eduardo Tuma – se Deus quiser, para o ano que vem, Presidente desta Casa – ter falado a respeito da associação e o senhor ter comparecido hoje, mesmo sem nenhum tipo de convite. Convidamos as pessoas, até para que se possa esclarecer o que acontece, e às vezes as pessoas têm muito trabalho e não conseguem vir por pelo menos uma horinha, para dar uma satisfação.

Entretanto, dentro das condições que eu, como Vereador, tenho, assim como os nossos colegas, esse assunto de que falei já está identificado – que foi desse shopping, aí, em que foi feita essa apreensão de sete caminhões. Nós vamos acompanhar, inclusive, no galpão, para ver a mercadoria, lá, com lacre – y otras cositas más. Achamos que está correto: quando é ilegal, tem de apreender mesmo. Agora, a maneira que se usa, com que é feita a apreensão, não está correta. Então, nós vamos fazer valer a posição, aqui, da Casa e dos Vereadores.

O SR. RODOLPHO RAMAZZINI – Quero só lhe pedir vênica para cumprimentar a pessoa do Vereador George Hato. O meu pai era um



grande amigo do seu pai. Seu pai sempre colaborou com a ABCF e com meu pai, também, no combate aos produtos ilegais na cidade de São Paulo. É um prazer vê-lo aqui, participando desta Comissão, também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Obrigado, doutor.

O SR. GEORGE HATO – Sou eu que agradeço a sua presença e a sua colaboração na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muito bem. Vamos lá. Nobre Vereador George Hato, eu tinha pedido que viesse aqui. É mais para falar a respeito da Subprefeitura Sé, até de dados que temos, de número de carros vendendo produtos alimentícios e do pessoal trabalhando. Sabemos que faltam funcionários e estão sem condição nenhuma. Então, eu tinha pedido que viessem aqui o Chefe de Gabinete, um engenheiro de carreira e a Assistente Jurídica. Vieram aqui o Sr. Álvaro e a Dra. Maria Helena, Assistente Jurídica da Sé. Porém, o Adjunto do Eduardo Odloak deve ter muitos compromissos e não pôde vir. Também ia perguntar para ele a respeito do que aconteceu há uns dias na Avenida Paulista, em algumas galerias, e das apreensões que foram feitas, até para explicar juridicamente, para formalizar melhor o nosso final de trabalho. Contudo, não vindo, nós vamos chamar. Já vou deixar registrado. Que ele venha na próxima semana.

Eu quero iniciar com o Sr. Álvaro. Sempre que usar o microfone, por favor, fale o nome. Sr. Álvaro, qual função o senhor exerce na Subprefeitura?

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Bom dia, Vereadores. É um prazer estar aqui, pelo convite. Minha função na Prefeitura há 35 anos e



meio é engenheiro de carreira. Não tenho nenhum cargo em comissão na Prefeitura e minha ação, ela toda, se presta a assuntos técnicos. Então, nós só fazemos o nosso trabalho e o trabalho do engenheiro na fiscalização é meramente de apresentação de informações técnicas, dando subsídio à fiscalização, para as providências que vão ser adotadas. Na verdade, nós não damos despacho de nada. O poder da caneta nós não temos. Só fazemos, realmente, o trabalho de assistência.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muito bem. Sr. Álvaro, em outros órgãos públicos já trabalhou, ou só na Prefeitura?

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Eu já trabalhei em diversos setores da Prefeitura. Trabalhei no DSV. Trabalhei na Secretaria da Saúde. Trabalhei na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Sempre fui convidado para diversos setores. Ajudamos muito, principalmente, nas questões de cada setor. Graças a Deus, nós sempre deixamos um legado em cada um desses setores. Foi muito importante, na época em que ainda era SVP, nosso trabalho.

Fizemos um grande trabalho na época da Sra. Erundina, a respeito de pavimentação. Criamos lá uma comissão. Mudamos toda a legislação. Fizemos economias, na época, de cem milhões de dólares em custo de execução de obra. Foi um trabalho bem interessante. Fora isso, foram outros grandes trabalhos, mesmo a implantação, na época da Sra. Marta, da Vigilância Sanitária em São Paulo. Estávamos lá, juntos, cooperando com isso, com esse trabalho. Foram diversos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Parabéns! Foram 35 anos, trabalhando muito.

O senhor, no comércio ilegal, que é a nossa Subcomissão, e ambulantes... Quando há uma diligência, o senhor é chamado para colaborar com a Subprefeitura de que maneira? Por exemplo, saem ali, à 24 de Maio, à Barão de Itapetininga, ali, no setor dos senhores. Os senhores são chamados pelo Chefe de Gabinete ou pelo Prefeito da Sub?

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Então, essa convocação é feita, normalmente, pela Administração – não necessariamente o Subprefeito ou o Chefe de Gabinete. Eu tenho, acima de mim, uma Chefe de Fiscalização, um Supervisor e um Coordenador, para depois, ainda, assumir as outras.

Então, quando eu vou para uma diligência dessas, eu só sei da diligência, mas eu não sei realmente quem está no comando desse trabalho. Como o meu trabalho é mais técnico, eu vou verificar somente a situação da edificação. Eu sou engenheiro civil e sou engenheiro de segurança. Tenho especializações em diversas áreas. Uma delas também é estrutural. Então, é um trabalho gabaritado. É um trabalho técnico que fazemos. Então, somos convocados. Agora, eu dizer para o senhor quem foi que direcionou fica difícil. Eu vou estar mentindo para o senhor se eu falar que foi Fulano ou Ciclano.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu entendi, Sr. Álvaro. Há pessoas acima, que liberam: “Olha, Álvaro, amanhã vai ter uma diligência. Hoje, chega cedo.” Aí, o senhor fica sabendo na hora.

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Registro a presença do nobre Vereador Alessandro Guedes, também.

Agora, eu pergunto para o senhor: então, para saber quem mandou o senhor a tal diligência, eu preciso trazer o... Depois, inclusive, vou ler, que chegou aqui, do Sr. Rodrigo Arraval, que é o Sub-Sé... Lá ele é o Chefe de Gabinete.

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu teria de perguntar para ele, para ele falar: “Olha, eu convoquei. Falei com a Sra. Tal, que liberou o Sr. Álvaro.” Porque, na verdade, o senhor é técnico. O senhor é chamado para ver a parte estrutural e tudo isso aí, não é?

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Então, está bem. Quem, depois, vai explicar para nós, aqui, vai ser o Sr. Rodrigo Arraval. Ele mandou, inclusive, um ofício, o de nº 13, de 2018, que passo a ler.

- É lido o seguinte: (Ofício 13/2018, do Sr. Rodrigo Arraval)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu agradeço ao Sr. Rodrigo, mas nós já deixamos marcado para a próxima sessão nossa. Peço para a Assessoria já reforçar, para que ele venha explicar, inclusive, a composição, quando vai fazer diligência, e quem é que cuida disso.

A equipe de que, por exemplo, os senhores dispõem eu sei que sempre é muito pequena. Faltam funcionários. Anteriormente, já estava falando com os senhores. Por exemplo, em uma ação de shopping, quais pessoas seguem para fazer a diligência, Sr. Álvaro?



O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Na verdade, o técnico só sou eu. Dos outros eu não saberia dizer para o senhor. Como não sou eu que estou coordenando, eu vou muito especificamente pela minha área.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Então, a sua área, vamos... O senhor foi a tal lugar, onde houve a apreensão. O senhor vai verificando o quê? Para sabermos qual trabalho o senhor foi fazendo ali, o senhor faz um laudo, lá, na hora?

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Então, na hora da vistoria, nós fazemos as constatações em relação à parte de segurança. Então, eu vou olhar. Eu tenho um formulário que eu mesmo criei para etapas da vistoria. Então, eu vou verificar hidrantes, extintores, rotas de fuga, sinalização, iluminação de emergência, escadas, porta corta-fogo, e assim por diante. Então, se houver chuveiro automático, vou verificar, não só se o têm instalado, como vou ver se está realmente funcionando o sistema, se ele é operante ou inoperante, e outros. Há a própria questão do sistema de alarme que eles têm lá dentro. Então, vou verificar tudo isso e baseado nisso é que eu vou dar... No caso, lá, eu dei uma intimação para execução de obras e serviços. Eu não interditei o estabelecimento.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Eu digo, em qualquer situação que o senhor tiver, o senhor dá um laudo?

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Se não houver nada para fazer, eu não vou deixar documento algum.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Normalmente, pela sua experiência de 35 anos, de zero a 10, como está o comércio de São Paulo? Ele está regular? Está com as exigências todas cumpridas?

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – A parte de segurança é muito baixa. O pessoal deixa muito aquém. São 10 ou 15% os que passam em vistoria. Infelizmente, é muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – E há o perigo, não é? Que pode... O risco...

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Há o risco que todo mundo está correndo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Lamentavelmente. Eles, do comércio, precisavam se organizar, também.

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Eu creio que eles deveriam pensar melhor sobre isso. É um investimento que não é tão caro para se manter em dia.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Está bem. Quanto a diligências a que o senhor é chamado, durante um mês são quantas vezes?

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Varia muito. Há semanas em que eu vou a três ou quatro diligências.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – No mesmo dia?

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Não, no mesmo dia nem dá. É impossível.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Na semana?

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – É, na semana.

O SR. GEORGE HATO – O senhor fala sobre a segurança nos estabelecimentos, mas todos eles têm o AVCB.



O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Então, não necessariamente todos têm. Agora, é assim: o problema é que às vezes o pessoal tem o AVCB e ele já tem um ano e meio ou dois anos. Não é que a pessoa não renove. Ela está dentro do prazo de validade, mas você chega lá, ao local, e a porta corta-fogo está desregulada ou a iluminação de emergência está queimada. Ou seja, não existe uma manutenção do próprio serviço. O bombeiro não vai estar lá, o tempo inteiro, verificando se aquilo está ou não adequado.

A vistoria é uma vistoria na data. Então, na data é que você constata. Se o bombeiro for lá, também, naquele mesmo dia, ele vai cassar o AVCB dele. Se o pessoal da SMUL, que deu um certificado de manutenção, tiver emitido, eles também vão cassar. Como técnico, vai verificar que não houve a devida manutenção. O senhor entrega um documento, um Auto de Licença de Funcionamento. A maioria são declarações. Então, há um responsável técnico, falando que ali está tudo em ordem. Você chega lá, ao local, e você não encontra? É um problema extremamente sério.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Sr. Álvaro, por exemplo, em um estabelecimento há 30 lojas ou 40 lojas. O senhor faz a fiscalização individualmente ou o prédio todo, em si? Aí, o auto é entregue à administração do edifício, do galpão? Como é que vocês... A responsabilidade, aí, da...

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – A responsabilidade nós damos à administração e onde nós focamos sempre é a área comum, porque é onde todos correm risco, não só os lojistas, como também as pessoas que utilizam aquele estabelecimento. Realmente, a saída que temos é procurar, pelo menos, abrir a visão do pessoal e falar: “Olhem, por



favor, arrumem essa situação, para que ninguém corra risco.” É nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muito bem. Quanto ao auto de apreensão, o senhor colhe a assinatura do proprietário, de um gerente ou de um administrador do prédio?

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Então, eu não trato de auto de apreensão. Isso é a própria fiscalização. Não entro nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – O senhor só faz o laudo?

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Só o laudo da parte técnica. Eu não mexo com isso. Nem é nossa competência. É competência do agente vistor.

Assim, o que dá o parâmetro para nós fazermos a vistoria da parte técnica é o artigo 87, § 2º, do Decreto 57.776, de 2017, que deu atribuição para o engenheiro da Sé, da Subprefeitura, para fazer a fiscalização nessa parte de segurança. A intimação é feita e assinada junto com o agente vistor. É assim que é feita essa ação. Então, a minha parte é realmente a parte de segurança.

Da outra parte eu não posso dizer nada para o senhor, porque eu realmente desconheço. Na verdade, durante todo esse tempo em que eu trabalhei na Prefeitura, eu nunca trabalhei com ambulante, nem nessa área de apreensão. Nunca nem chefieei um órgão desses. Assim, se o senhor me pedir algum parecer sobre a parte de pavimentação, largura de via, o que é tráfego, eu vou poder ajudar, bem como na parte de Vigilância Sanitária. Dentro das especificações daquilo com que eu já trabalhei, eu

poderia ser útil em outras coisas, mas, infelizmente, nisso eu não vou poder ser útil.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Está bem. Dra. Maria Helena, a senhora está na parte de assessoria jurídica. Esses casos de apreensão vêm para a senhora fazer uma análise, ou não? Por exemplo, saiu uma diligência e fizeram a apreensão. Depois de todo o serviço ter sido realizado, no mesmo dia ou em um próximo dia, já vem para a senhora fazer uma análise de tudo que aconteceu?

A SRA. MARIA HELENA RIBEIRO DE MORAES – Vereador, eu iniciei na Sé exatamente no mês de setembro deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Ah, sim!

A SRA. MARIA HELENA RIBEIRO DE MORAES – Peguei toda essa parte de fiscalização, mais por experiência, pois eu vinha de outra Secretaria. Eu vim da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, onde eu mexi muito com a fiscalização.

Os processos de fiscalização que vêm para o jurídico, vêm para a análise, já, do auto de intimação, infração ou notificação. O auto é um só, com três títulos. O fiscal tem de colocar o “x” em um dos títulos. No caso da fiscalização de ambulantes, que eu estou pegando mais, que é de produtos ilegais, eles dão o auto de intimação no momento em que eles fazem a apreensão dos produtos. Nesse auto de intimação têm de constar o número do documento da pessoa. O número do lacre, é do material que foi apreendido e o número da TPU. Tem de ter assinatura. Verificamos se teve assinatura das testemunhas ou do próprio ambulante, o dono da TPU. Dentro desse contexto a gente abre o prazo para a pessoa verificar sobre o



produto. Aí exijo que seja colocado um laudo, sobre esse produto. É nesse caminho que estou indo.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Em quanto tempo, por exemplo: uma mercadoria apreendida, qual tempo é oferecido para aquele que possa se achar o proprietário, desde que tenha nota, ou coisa parecida, para que venha rever tudo isso? Essa apreensão.

A SRA. MARIA HELENA RIBEIRO DE MORAES – No auto de intimação já está previsto o prazo de cinco dias para ele apresentar as notas fiscais dos produtos apreendidos e verificar se esses produtos são deles mesmos, dizer sobre aqueles produtos que foram apreendidos na sua banca.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Se em cinco dias, não apresentaram, qual é o processo da subprefeitura?

A SRA. MARIA HELENA RIBEIRO DE MORAES – Aguardam cinco dias, se ele não se apresentar, ainda é feito mais uma notificação, porque tem um laudo, toda essa mercadoria que foi apreendida se houver mercadoria ilegal, é preparado um laudo, geralmente pelos donos das marcas. Os representantes das marcas, para que ambulante venha a ter conhecimento desse laudo, ele tem mais três dias para ver se ele tem conhecimento desse laudo. Se ele quer ver o laudo, se ele quer se defender.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Aí não precisa ser feito também uma peritagem, o acompanhamento do IC, Instituto Criminalística, para saber se é falsificado, pirateado.

A SRA. MARIA HELENA RIBEIRO DE MORAES – Estou falando em dois processos, temos um processo administrativo. Esse nosso



é o processo administrativo e esse laudo, considero das marcas. O outro, seria, nós encaminharmos ofício, naturalmente, à delegacia de policia para abertura de inquérito. Seriam dois processos.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Ai no caso recente, que foram sete caminhões de mercadorias apreendidas, caso recente, na Paulista, pelas denúncias que constam, o trabalho feito lá não foi correto. Primeiro o esvaziamento das lojas, pediram para que esvaziassem, não ficasse ninguém. Achei muito estranho isso. Segundo que a notificação que tenho não bate com a mercadoria apreendida. Não vai bater jamais. Sete caminhões, e o que puseram na notificação, no auto de apreensão, não dá um Corsa lotado. Essa denúncia quando vem, a gente, apesar de estar fazendo comercio ambulante, mas nós aqui na nossa comissão de Atividade Econômica, também começa querer entender um pouco mais. Por isso, que talvez até em diligência iremos, vou falar com o Sr. Prefeito Eduardo Odloak, iremos nos galpões onde está apreendida para ver se consta os lacres direitinho tudo corretamente.

Só estou fazendo perguntas. Entendo perfeitamente o seu trabalho, como o do Álvaro, eu vou um pouquinho mais em cima, quem está com o comando, que é o xerife. Então a gente acha correto o trabalho, o comércio de ambulantes a ideia era tentar cadastrar todos, para serem um micro empresário, e ter condição de trabalhar, no seu espaço. Agora, estão invadindo todas as calçadas, na região do Brás, Pari, Canindé, 40 mil pessoas em todas as calçadas, 29 ruas. Aí quando a gente vê que tem aqui um “monta-se” ou “cria” comissão municipal do combate no mercado ilegal. Eu vi isso daqui, no Governo do Kassab, com o Secretário chamado Ortega. Era muito ligado ao Sr. Luís Mona. Mas queremos ver acontecer. Nós vereadores recebemos aqui pessoas que querem trabalhar, mas não tem o TPU, mas ao mesmo tempo, querem saber se há uma possibilidade



de arrumar uns bolsões, espaço publico para eles. Tudo isso aqui nessa Subcomissão que parece ser muito simples, mas não. a gente veio aqui , alias já veio gente da Sé, e deu informações precisas como os senhores estão dando, primeiro que faltam funcionários, não tem como fazer. Acho que o trabalho que só teve no verde, era um. Hoje quando vem para a fiscalização, é uma loucura,. Não é de hoje que começou. Há muitos anos que vem brotando ainda mais agora época do final de ano. Como agora, fizeram essa operação segunda feira, passada no Brás, eu nem fui, porque depois eu ser muito cobrado. O Dr. Rodolpho veio aqui e fez uma explanação maravilhosa, é da Associação ABCF, que lida com todo esse trabalho de produtos pirateados. Deu muitas informações. vai dar muito mais. Quando falaram dessa apreensão que iam fazer, essa diligência no Brás, fui muito claro, por exemplo: onde os senhores irão fazer? Ah vamos fazer da Rangel Pestana, do Lago da Concordia até a Rua do Hipódromo. Então os senhores vão pegar mil, pelo menos que usam os siris - jogam o lençol - que são os Nigerianos, Africanos e tal. No momento, mesmo que quiser colocar todo o estafe da Prefeitura do Município de São Paulo, toda Guarda Civil Metropolitana e toda Policia Militar, não têm condições. Vai tornar uma revolução. O que precisa sim, é dentro de orientação, igual o Álvaro, tem orientação vai em determinado prédio: amigo, você tem realmente 30 dias, pelo menos para cumprir as exigências da lei. Muitas vezes a pessoa não tem o hidrante, não rem nada dentro do galpão ou da loja, o que acontece hoje na região que pega uma parte de vocês que é o fundão do Canindé. O imóvel de cinco de frente, por 20 de fundo, estão fazendo grandes galpões e faz lá 30 barraquinhas. Monsenhor de Andrade toda, Altieres, toda. E como isso, todo afunilado. O povo chega, e quer comprar, tá tudo dentro desses espaços, e também os espaços das calçadas. Eu arrisco e falar que no Brás, Pari e Canindé, 95% não tem nenhuma documentação para abertura das lojas. Até chamei aqui hoje a



Associação Alô Brás, não veio. Eles sempre cobram. Cobram, aliás estavam assinando o Termo na Prefeitura do Município de São Paulo, estavam lá a Associação, e deveriam ter vindo aqui, eles reclamam, para dar ideias O que dá para fazer. É difícil, para vocês funcionários, então, imaginam uma loucura que é. É um só, tem de ir. Depois os procedimentos a ser cumpridos.

Agradeço a presença dos senhores. Já entendi, mais ou menos, a situação, como chamam os senhores participarem de diligências. Quem vai explicar bem, e hora em que passar aqui, é o Rodrigo, sem tem problema nenhum, Aliás, nós deixamos muito claro que queremos tentar de alguma forma ver a maneira correta para que todos possam trabalhar, mas dentro da legalidade. Do jeito que está tomaram conta. Quando fala: olha, tornou-se Paraguai. Está pior que Paraguai. São Paulo hoje está uma bagunça. Tenho falado para o prefeito. O Prefeito Bruno Covas veio em uma reunião aqui, semana passada – eu disse o que senhores fizeram no Brás, é um melhora. Uma água com açúcar. No outro dia eu estive lá às sete da manhã, fiquei até uma da tarde, dobrou o número de pessoas lá. O que vai fazer? Não tem um policiamento correto. Imaginem o Sr. Álvaro e Dra. Maria Helena, só vocês vão em determinados galpões, em regiões assim. Bem capaz de sequestrarem vocês. Mas como vocês vão é diligência vai todo em um formato aí de Guarda Civil, Polícia Militar, mas da maneira, os procedimentos que vejo e depois o que fizeram ali Doutor, eu achei uma coisa, uma cena de teatro, cinema, o trator passando em cima dos notebooks e tudo. Isso aí é muito bonito para Inglês ver, para quem conhece, como nós aqui no dia-a-dia queremos saber das soluções para que possamos, por exemplo: tirar das 29 ruas do Brás, espaço para colocar as pessoas, cadastradas. O cidadão tem direito a trabalhar, desde que ele trabalhe na legalidade, e dá a oportunidade que o senhor mesmo falou:



vamos fazer umas marcas nacionais e vamos mostrar que somos melhores, infelizmente, não! Até a população ajuda, ao contrário, um pouco mais barato e é igual à mercadoria, não faz mal que o tênis tomou chuva, solado saiu todo, mas o povo entra nessa.

Não sei se os nobres Vereadores Alessandro e George têm alguma pergunta, mas fico agradecido e sempre sabendo que o funcionário é penalizado porque não tem estrutura nenhuma. Não tem estrutura nenhuma para fazer o trabalho de vocês. Vocês fazem porque gostam mesmo. Estão tantos anos, em qualquer secretaria que os senhores forem, farão um excelente trabalho. São trinta e cinco anos? É muito trabalho. Parece que foi ontem, que entrou. Passou por muitos lugares e precisa, realmente, ter o apoio do Executivo. Tem de ter um apoio gigante para que as coisas aconteçam.

Nobre Vereador Alessandro, sem perguntas? Álvaro, entendi perfeitamente, você vai, faz o teu trabalho, a Doutora também. Fico agradecido. Querem usar a palavra final? Meu presidente, nobre Vereador Senival Moura? Se realmente precisarmos de mais informações, entramos em contato com os senhores.

O SR. ÁLVARO DE GODOY FILHO – Vereador, fico à disposição dos senhores. quando precisar, para qualquer esclarecimento.

O SR. RODOLPHO RAMAZZINI – Essa é a nossa função. Somos funcionários públicos, então, realmente, temos de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – As informações, como eu já falei, vou pedir muitas informações, vou fazer com os meus colegas, e vou pedir o Prefeito Eduardo Odloak, responder a todas. Sei que ele é muito ocupado, não tem muito tempo para estar aqui, nós não somos



muito ocupados, mas ele é muito ocupado, aliás, até se for votar o projeto da Previdência, devo convidá-lo para vir no meu lugar, votar. Quero troca com ele, pelo menos, um dia, pela necessidade que terei, de ficar no lugar dele, sentado e ele vem aqui votar. Muito obrigado a todos.

A SRA. MARIA HELENA RIBEIRO DE MORAES – Nobre Vereador estou muito agradecida por ter sido convidada, - não fui convidada – vim como acompanhante do convidado...

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Fez muito bem vindo com o Álvaro, é o que falamos aqui. Queremos saber as informações e hoje graças a Deus, veio Dr. Rodrigo, passou informações boas..

A SRA. MARIA HELENA RIBEIRO DE MORAES – Disponho-me a passar todas as informações sobre os procedimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu) – Muito obrigado a todos. Estão encerrados nossos trabalhos.